



COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,
EXTENSÃO E CULTURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

FLAVIA BAIANO DA SILVA

APLICAÇÃO DA LEI N.º 10.639/03 NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO PROEJA: Proposta
de oficina pedagógica para estudantes do curso de
Assistente Administrativo no campus Tijuca II do Colégio
Pedro II

Rio de Janeiro

2025

FLAVIA BAIANO DA SILVA

**APLICAÇÃO DA LEI N.º 10.639/03 NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA DO PROEJA: Proposta de oficina pedagógica para estudantes
do curso de Assistente Administrativo no campus Tijuca II do Colégio Pedro II**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Cesar da Silva Magalhães

Rio de Janeiro

2025

COLÉGIO PEDRO II

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER

CATALOGAÇÃO NA FONTE

S586 Silva, Flavia Baiano da
Aplicação da Lei n.º 10.639/03 na educação profissional e tecnológica do PROEJA : proposta de oficina pedagógica para estudantes do curso de assistente administrativo no campus Tijuca II do Colégio Pedro II / Flavia Baiano da Silva. – Rio de Janeiro, 2025.

119 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Rodrigo Cesar da Silva Magalhães.

1. Educação profissional. 2. Educação tecnológica. 3. Educação de jovens e adultos (EJA). 4. PROEJA. 5. Ensino médio integrado. 6. Brasil. [Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003]. 7. Interdisciplinaridade. I. Magalhães, Rodrigo Cesar da Silva. II. Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 374.013

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.



COLÉGIO PEDRO II
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



FLAVIA BAIANO DA SILVA

APLICAÇÃO DA LEI N.º 10.639/03 NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO PROEJA: Proposta
de oficina pedagógica para estudantes do curso de
Assistente Administrativo no campus Tijuca II do Colégio
Pedro II

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em **dia** de **mês** de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Cesar da Silva Magalhães
ProfEPT -- Colégio Pedro II
Orientador

Prof. Dr. Leonardo Leônidas de Brito
ProfEPT -- Colégio Pedro II

Profa. Dra. Analise de Jesus da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais
Rio de Janeiro

2025



COLÉGIO PEDRO II
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



FLAVIA BAIANO DA SILVA

OFICINA PEDAGÓGICA “PRÁTICAS DE VALORIZAÇÃO DAS RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: CONSTRUINDO NOVOS
CAMINHOS NO PROEJA A PARTIR DA LEI N. ° 10.639/03”

Produto Educacional apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em **dia** de **mês** de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Cesar da Silva Magalhães
ProfEPT -- Colégio Pedro II
Orientador

Prof. Dr. Leonardo Leônidas de Brito
ProfEPT -- Colégio Pedro II

Profa. Dra. Analise de Jesus da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais

Rio de Janeiro
2025

Dedico este trabalho aos estudantes do curso de Assistente Administrativo do campus Tijuca II do Colégio Pedro II. Muito obrigada pela acolhida e ajuda.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pela força, saúde, amparo e sabedoria. Agradeço à minha mãe e ao meu irmão pelo carinho, e ao meu companheiro de vida Luiz Augusto, por estar sempre pronto para me ajudar. Aos meus amigos do trabalho do GET Luís Carlos da Fonseca e da E.M. Professora Sandra Pires, em especial a Bruna Ferreira, Cintia Coutinho, Cristiane Castro, Thaís Vianna e Eduardo Brides. Aos amigos da turma 2023 do mestrado ProfEPT, em especial a Jéssica Truta, Suellen Vieira, Leonardo Marques, Heloisa Gomes, Tais Alves, Juliana Correa e Felipe da Cunha. Aos professores do curso ProfEPT, por compartilharem seus conhecimentos e pelas orientações. Agradeço aos estudantes do curso de Assistente Administrativo das turmas PASS 101 e PASS 201, aos professores e coordenadores do PROEJA do campus Tijuca II. A todos e todas, muito obrigada.

RESUMO

SILVA, Flavia Baiano da. **A aplicação da Lei n.º 10.639/03 na Educação Profissional e Tecnológica do PROEJA**: Proposta de oficina pedagógica para estudantes do curso de Assistente Administrativo no campus Tijuca II do Colégio Pedro II. 2025. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2025.

A presente pesquisa tem como tema a aplicação da Lei n.º 10.639/03 no Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, o PROEJA, do curso de Assistente Administrativo, das turmas PASS 101 e PASS 201, do campus Tijuca II do Colégio Pedro II. Pretende investigar como a integração de estudantes do PROEJA com as discussões étnico-raciais, pressupostas aos objetivos da Lei n.º 10.639/03, podem contribuir para a sua formação integral (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005; Bezerra, 2013; Moura, 2014). Para isso, busca-se trabalhar a interdisciplinaridade (Bezerra, 2013) e a transdisciplinaridade (Moraes; Bataloso, 2015), importantes elementos na construção do Ensino Médio Integrado, utilizando a Lei n.º 10.639/03 articulada às disciplinas das formações geral e específica do curso como estratégia para buscar a reflexão. Esses elementos são apresentados no produto educacional, uma oficina pedagógica (Candau, 1999) intitulada: “Práticas de valorização das relações étnico-raciais na educação profissional: construindo novos caminhos no PROEJA a partir da Lei n.º 10.639/03” e orientada pela pedagogia pós-crítica (Freire, 1993; Gasparin, 2012; Freire; Vieira, 2019; Saviani, 2023).

Palavras-chave: PROEJA, Lei n.º 10.639/03, Ensino Médio Integrado, interdisciplinaridade.

ABSTRACT

SILVA, Flavia Baiano da, **A aplicação da Lei n.º 10.639/03 na Educação Profissional e Tecnológica do PROEJA**: Proposta de oficina pedagógica para estudantes do curso de Assistente Administrativo no campus Tijuca II do Colégio Pedro II. 2025. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2025.

This research focuses on the application of Law No. 10,639/03 in the Program for the Integration of Professional Education with Basic Education, in the Youth and Adult Education Modality, PROEJA, in the Administrative Assistant course, classes PASS 101 and PASS 201, at the Tijuca II campus of Colégio Pedro II. It aims to investigate how the integration of PROEJA students with ethnic-racial discussions, assumed to be the objectives of Law No. 10,639/03, can contribute to their comprehensive education. To this end, it seeks to work with interdisciplinarity and transdisciplinarity, important elements in the construction of Integrated Secondary Education, using Law No. 10,639/03 articulated with the general and specific subjects of the course as a strategy for reflection. These elements are presented in the educational product, a pedagogical workshop entitled: "Practices for valuing ethnic-racial relations in professional education: building new paths in PROEJA based on Law No. 10,639/03." To address the hypothesis that the implementation of a pedagogical workshop with characteristics of post-critical pedagogy, which integrates PROEJA professional education with ethnic-racial discussions, can contribute to the objectives of Law No. 10,639/03. This integration, achieved through the articulation between general education subjects and specific training subjects, can help in the comprehensive training of young people and adults served by PROEJA.

Keywords: PROEJA, Law No. 10,639/03, Integrated Secondary Education, interdisciplinarity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Preparação para a oficina.....	69
Figura 2 – Refletindo sobre a instituição.....	70
Figura 3 – Vídeos exibidos na oficina.....	71
Figura 4 – Trabalho análogo à escravidão.....	72
Figura 5 – Cotas raciais.....	74
Figura 6 – Racismo no futebol.....	75
Figura 7 – Capa.....	88
Figura 8 – Contracapa.....	89
Figura 9 – Resumo.....	90
Figura 10 – Descrição Técnica do Produto.....	91
Figura 11 – Sumário.....	92
Figura 12 – Apresentação da oficina.....	93
Figura 13 – Preparação da Oficina.....	94
Figura 14 – Etapas da Oficina.....	95
Figura 15 – 1ª Etapa da oficina.....	96
Figura 16 – 2ª Etapa da oficina.....	97
Figura 17 – 2ª Etapa da oficina.....	98
Figura 18 – 4ª Etapa da oficina.....	99
Figura 19 – 4ª Etapa da oficina, parte 4 e avaliação da oficina.....	100
Figura 20 – Considerações Finais.....	101
Figura 21 – Referências.....	102
Figura 22 – Apêndice 1: dinâmica utilizada na 1ª etapa.....	103

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Classificação racial dos Institutos Federais do censo de 2023	31
Gráfico 2 – Perfil da amostra	77
Gráfico 3 – As contribuições da oficina para a formação do estudante do curso de Assistente Administrativo.....	78
Gráfico 4 – Articulação entre as disciplinas da Formação Específica e da Formação Geral	79
Gráfico 5 – O grau de importância dos assuntos apresentados na oficina.....	80
Gráfico 6 – Algum assunto não foi trabalhado nesta oficina?.....	80
Gráfico 7 – O quão preparados os estudantes estão para reconhecer e combater a discriminação e o racismo no ambiente escolar ou de trabalho	81

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1 O que é formação integral?.....	24
2.1.1 Mas por que fazer a proposta de integração no Ensino Médio?.....	25
2.2 A trajetória do Colégio Pedro II e suas transformações ao longo do tempo.....	28
2.2.2 Desafios na oferta e consolidação do PROEJA.	31
2.3 Oficina pedagógica: uma proposta que promove uma educação mais inclusiva e adequada às necessidades dos estudantes do PROEJA.	33
2.3.1 A Lei n.º 10.639/03: um tema transversal que não pode deixar de ser debatido	34
2.3.2 A pedagogia pós-crítica: um elemento chave na busca da formação do sujeito crítico	36
2.3.3 A interdisciplinaridade como ferramenta politécnica.....	38
2.4 Descrevendo a oficina pedagógica “Práticas de valorização das relações étnico-raciais na Educação Profissional: construindo novos caminhos no curso de Assistente Administrativo a partir da Lei nº 10.639/03”.....	40
3 METODOLOGIA.....	45
3.1 Investigando o ensino médio integrado, a instituição e a legislação	45
3.2 Descobrimos mais sobre os estudantes da instituição e suas experiências em torno da educação para as relações étnico-raciais	46
3.2.1 Dados coletados.....	48
3.3 A oficina.....	64
4 ANÁLISE DOS DADOS.....	69
4.1 1ª Etapa da oficina – Refletindo sobre uma educação antirracista. Tema central: Educação e o racismo estrutural.....	69
4.2 2ª Etapa da oficina – O trabalho. Tema central: Trabalho análogo à escravidão.	71
4.3 3ª Etapa da oficina – Cotas raciais. Tema central: A questão das cotas raciais e a reflexão sobre a importância das etnias e reconhecimento dos povos originários.	73
4.4 4ª Etapa da oficina – Esporte, cultura e lazer. Tema central: Racismo no Futebol.	74

4.5 Avaliação da oficina	76
5 Produto Educacional	86
5.1 Desenho do produto educacional.....	87
5.1.1 Capa.....	87
5.1.2 Contracapa.....	88
5.1.3 Resumo.....	89
5.1.4 Descrição Técnica do Produto.....	90
5.1.5 Sumário.....	91
5.1.6 Apresentação da oficina	92
5.1.7 Preparação da Oficina e Etapas da Oficina	93
5.1.8 1ª Etapa da oficina	95
5.1.9 2ª Etapa da oficina	96
5.1.10 3ª Etapa da oficina	97
5.1.11 4ª Etapa da oficina	98
5.1.12 Avaliação da Oficina.....	99
5.1.13 Considerações Finais	100
5.1.14 Referências	102
5.1.15 Apêndices.....	103
6 CONCLUSÕES	104
REFERÊNCIAS.....	106
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL.....	112
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO COM OS ESTUDANTES DO PROEJA DO CURSO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO DAS TURMAS PASS 101 E PASS 201	113
APÊNDICE C – TCLE ALUNO DO PROEJA – Parte 1.....	117
APÊNDICE D – PARECER DA PESQUISA.....	119

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre preconceito e apagamento social dos povos afro-brasileiros tem sido relevante para formar uma sociedade democrática, justa e igualitária. Isso porque a história da sociedade brasileira vem sendo marcada por processos de colonização, escravização e marginalização desses cidadãos. Tais ações resultaram na exclusão de suas culturas, tradições e direitos, o que ainda se reflete nas desigualdades sociais, econômicas e culturais que enfrentamos hoje. Pensando nisso, a presente pesquisa tem como tema a aplicação da Lei n.º 10.639/03 dentro da Educação de Jovens e Adultos da Educação Profissional e Tecnológica, no Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, mais conhecido como PROEJA, pois proporcionando o debate para esse público, de modo que todos tenham os seus direitos respeitados e suas vozes ouvidas, pode-se combater o racismo, fortalecer os princípios de cidadania e promover uma convivência harmoniosa, baseada no respeito às diferenças.

Inicialmente, a Lei n.º 10.639/03 tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas brasileiras (Brasil, 2003), sem dispor sobre a obrigatoriedade de trabalhar com a história e cultura dos povos indígenas. Ela propunha que essa temática fosse desenvolvida em todo o currículo escolar, enfatizando as disciplinas voltadas para as áreas de educação artística, literatura e história brasileira. Posteriormente, a Lei n.º 11.645/08 ampliou a obrigatoriedade, incluindo também a história e cultura dos povos indígenas no currículo escolar (Brasil, 2008). Assim, a promulgação da Lei n.º 10.639/03 foi um passo inicial importante, e a Lei n.º 11.645/08 veio para fortalecer e ampliar essa abordagem.

Então, podemos pensar que as Leis n.º 10.639/03 e 11.645/08 também têm um papel importante na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Isso porque a EJA tem como objetivo garantir o direito à educação para quem não teve acesso ou não concluiu os estudos na idade obrigatória, que é até os dezessete anos, conforme a determinação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, em seu Art. 4º. A EJA muitas vezes inclui pessoas de diferentes origens culturais. Portanto, trabalhar com essas questões pode contribuir para valorizar a identidade, a história e as experiências desses povos, para promover uma educação inclusiva, representativa e que reconheça a diversidade cultural do Brasil, e formar cidadãos conscientes de suas

raízes e de suas histórias.

Os autores Passos e Santos (2018), Corenza e colaboradores (2022) e Souza e Silva Júnior (2023) apontam que são muitos os desafios do retorno dos estudantes jovens e adultos aos estudos, frequentemente abandonados por fatores sociais e econômicos. Entre eles, destaca-se o fato de que muitos professores não recebem formação para lecionar para o público dessa faixa etária, e acabam não abrindo espaço para o diálogo acerca de questões voltadas para sua identidade como cidadãos brasileiros, o que pode distanciá-los ainda mais da escola. Tornam-se essenciais, portanto, pesquisas que desenvolvam trabalhos em torno das discussões acerca das relações étnico-raciais, como tentativa de envolver os estudantes nas propostas curriculares.

A educação profissional e tecnológica (EPT), de acordo com o Ministério da Educação (MEC) (Brasil, 2024), é uma modalidade educacional amparada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que tem como finalidade o preparo do estudante para os “exercícios de profissões”, inserindo-o no mundo do trabalho e na vida em sociedade. Nesse contexto, a EPT desempenha um papel fundamental na EJA, pois oferece aos jovens e adultos a oportunidade de adquirir conhecimentos e habilidades que podem facilitar sua inserção no mundo trabalho e promover sua inclusão social. Dessa forma, a integração da educação profissional na EJA contribui para formar cidadãos mais capacitados e com maior potencial de desenvolvimento profissional e pessoal.

A educação profissional pode ser ofertada de forma integrada (integra o ensino médio com a educação profissional), concomitante (às disciplinas específicas do curso são oferecidas em turno diferente ao que o estudante está matriculado) ou subsequente (as disciplinas da educação profissional são oferecidas após a conclusão do ensino médio).

O PROEJA procura atender os estudantes¹ jovens e adultos que estão retornando aos estudos, depois de não terem tido oportunidade de concluí-los em idade obrigatória de ensino. Ele é oferecido pelos institutos federais de educação, que

¹ Neste trabalho, ao fazer referência ao corpo discente, será utilizado o termo estudante, pois segundo o dicionário online de português Dicio (2025), há diferença nos termos aluno e estudante. Aluno é quem assiste à aula, aquele que recebe informação de diferentes formas, em sala de aula, de forma passiva esperando que o professor transmita esses conhecimentos. Já o termo estudante compete àquele que pratica a atividade de estudar de forma ativa, individual e investigativa. Como o ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica busca formar sujeitos críticos para que possam ser capazes de refletir e transformar suas realidades, a palavra estudante, neste contexto, é o termo mais adequado.

buscam reservar dez por cento de suas vagas para esse público.

Geralmente, as aulas são oferecidas no turno da noite, uma vez que os estudantes, em sua maioria, trabalham no período diurno. O programa tem como objetivo fazer a integração entre trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura para buscar a formação integral do sujeito. Ele propõe a interdisciplinaridade no currículo e na prática pedagógica, visando a superação da fragmentação do conhecimento, com integração da teoria e da vivência da prática profissional, envolvendo o eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias.

Além das disciplinas do Ensino Médio, as instituições oferecem disciplinas voltadas à educação profissional, a fim de proporcionar uma formação para o trabalho que promova reflexões e questionamentos, incentivando os estudantes a transformar sua realidade, para que, assim, possam atuar no mundo do trabalho, se sustentar e se realizar profissionalmente (Santos *et al.*, 2018).

De acordo com Saviani (2003), trabalhar com a interdisciplinaridade na educação profissional é um caminho para alcançar a politécnica, que é o processo que visa a formação integral do sujeito. Ao fazer a leitura do livro de Bezerra (2013), *Ensino médio (des)integrado*, chamou-me a atenção o fato de que os Institutos Federais estão com dificuldade de atender às demandas do currículo do Ensino Médio Integrado, ou seja, da articulação das disciplinas de formação básica com as disciplinas da formação profissional. Segundo a autora, em vez de haver integração entre as disciplinas, elas ocorriam de forma justaposta, sem um “diálogo” real entre elas, sendo poucas as instituições que realizam projetos realmente integrados.

O Colégio Pedro II é um exemplo de instituição de ensino que pertence à rede federal e oferece o PROEJA, com sede no estado do Rio de Janeiro. Sua primeira unidade foi instalada no centro da cidade, em 1837, e recebeu esse nome em homenagem ao imperador Dom Pedro II, cujo reinado ocorreu entre 1840 e 1889. No decorrer dos anos, a instituição passou por diversas mudanças em seu currículo para atender às Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as LDBs (Brasil, 1961; 1971; 1996). Em 2012, por meio da Lei n.º 12.677, o Colégio foi equiparado à condição de Instituto Federal, atendendo, além do ensino propedêutico, à educação profissional² (Santos *et al.*, 2018).

² O Colégio possui um Projeto Político Pedagógico Institucional (2017- 2020), o PPPI, um documento que contém as características da instituição e as metas que pretende atingir por meio do plano de ensino. O documento atualizado ainda está em construção. O projeto teve uma pausa devido à

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), uma das finalidades do ensino médio é desenvolver o aprimoramento do educando como pessoa humana. Isso inclui sua formação ética, além do desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. Tendo em vista esses objetivos, o trabalho com questões étnico-raciais torna-se imprescindível para a formação dos estudantes, já que uma das formas de combater o preconceito é proporcionar um espaço de aprendizagem, onde o estudante possa refletir sobre as injustiças sociais que muitas vezes são, de acordo com Almeida (2018), causadas pelo racismo estrutural. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Brasil, 2012) também falam sobre relações étnico-raciais em seu documento. O inciso XI diz respeito ao reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, incluindo os povos indígenas e quilombolas.

O tema deste trabalho foi escolhido após a leitura dos livros *Práticas curriculares Antirracistas: Temas em construção*, de Corenza (2021), e *Caminhos para uma educação antirracista: teorias e práticas docentes*, de Souza e Silva Junior (2023). Ambas as obras trazem relatos de trabalhos antirracistas elaborados por professores de diferentes disciplinas da educação básica. Esses professores relatam que sentiram a necessidade de produzir essas obras por causa das situações de preconceito racial vivenciadas por seus estudantes, passando a desenvolver um estudo voltado à educação antirracista e decolonial para promover a reestruturação curricular.

Eu, que já desenvolvia trabalhos antirracistas com estudantes do ensino fundamental, percebi que a discussão é ampla e perpassa todas as disciplinas. Trata-se de um tema que precisa ser discutido em diferentes âmbitos, não só do ensino, mas também em outras áreas, como saúde, política, violência, segurança pública e meio ambiente. Atuo como professora do Ensino Fundamental I desde 2011, lecionando para estudantes dos anos iniciais do 1º ao 5º ano na rede municipal de ensino do município do Rio de Janeiro. Desde 2023, leciono em uma escola que está localizada no bairro de Madureira, Zona Norte da cidade. A escola é um Ginásio Educacional Tecnológico³ (GET), e atende estudantes entre 6 e 12 anos de idade que

pandemia da COVID-19. O Projeto Político Pedagógico Institucional (2017/2020) pode ser visualizado na página da instituição, disponível em: <https://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2018/JUL/PPPI%20NOVO.pdf>. Acesso 15 maio 2025.

³ Modelo de escola criado na gestão do prefeito Eduardo Paes (2020 até 2024), que visa buscar melhoria do ensino através da inserção tecnológica da educação, criando Laboratórios Makers, onde

residem, em sua maioria, na comunidade do Cajueiro, localizada em frente à instituição de ensino.

A Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro apresenta, como uma de suas propostas curriculares, desenvolver trabalhos pedagógicos partindo das leis n.º 10.639/03 e 11.645/08, e os desenvolve desde 2020. Três anos depois, atuando em uma sala de aula do 5º ano, trabalhei com uma atividade cujo tema era gráficos, apresentada no material Rioeduca⁴. Nele, constava o Censo do IBGE (2019), com dados de que apenas 9,4% da população se declarava preta e 1,1% indígena, enquanto 42,7% optou por se declarar branca e 46,8% parda.

Após o uso do material Rioeduca, propus uma roda de conversa, para que os estudantes pudessem discutir como declararam sua identidade étnico-racial. O tema da aula foi “como eu me vejo?”. O momento foi utilizado para que eles se descrevessem (nome, idade, estatura, cor da pele, o que gostavam de fazer, o que não gostavam de fazer) e, ao se descreverem fisicamente, os estudantes, em sua maioria, optaram pela cor parda. Questionei o motivo da escolha: alguns estudantes responderam que não queriam sofrer bullying, o que poderia acontecer caso optassem pela cor de pele preta. Muitos afirmaram que já foram vítimas de racismo devido à cor da pele e a maioria dos agressores eram colegas de pele clara.

Durante o relato de um dos estudantes, um colega riu. Ofendido, o estudante devolveu: “Tá rindo do quê? Você é mais escuro do que eu”. A reação desse aluno me fez lembrar do livro de Abdias Nascimento (2016, p. 45), *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*, onde o autor fala que um dos processos de apagamento social do povo negro no Brasil está na preocupação das pessoas se declararem brancas, devido ao critério de classificação fenotípica, baseado na aparência. No ponto de vista daquele estudante, quanto menos negra uma pessoa fosse, menos preconceito ela sofreria. Pelo relato dele, identifiquei um sujeito que sofre preconceito racial desde a infância, inclusive nos espaços formais de

os estudantes transformam as teorias em prática. Nesses laboratórios, há notebooks, impressora 3D, pia industrial, forno elétrico, material de costura (incluindo máquina), retroprojetor, caixa de som, televisão, entre outros aparelhos tecnológicos. Durante a gestão de Eduardo Paes, a prefeitura conseguiu inaugurar duzentos GETs, alguns sendo escolas novas e outros a partir da reforma de espaços já existentes.

⁴ Apostila desenvolvida pela Secretaria Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro que visa orientar os professores e estudantes quanto ao conteúdo a ser abordado em aula. Essa apostila abrange a educação infantil e todas as disciplinas do ensino fundamental. Possui versão física e digital, que está disponível no site da Secretaria Municipal de Educação em: <https://multirio.rio.rj.gov.br/materialrioeduca/>. Acesso 15 maio 2025.

educação. Essas situações se agravam fora da escola e são apresentadas quase todos os dias nos telejornais, internet e redes sociais.

Enquanto as pessoas negras lidam com a discriminação na escola e dificuldades na construção de sua identidade racial, os povos indígenas enfrentam uma negligência governamental que se manifesta em casos de massacre e fome. Embora as situações sejam distintas, ambas refletem formas de marginalização e vulnerabilização social que merecem atenção.

Na época em que frequentava a educação básica, nas redes municipal e estadual do Rio de Janeiro das décadas de 1980 e 1990, a educação para as relações étnico-raciais se resumia ao “Dia do Índio”, em 19 de abril, e à história da Lei Áurea, que aboliu a escravização de afro-brasileiros, em 13 de maio de 1888. Se não fosse a criação das Leis n.º 10.639/2003 — que, inclusive, instituiu o Dia da Consciência Negra no calendário escolar — e n.º 11.645/2008, provavelmente não teríamos discussões sobre a importância dos povos indígenas e afro-brasileiros para a formação do Brasil, e nem reflexões sobre as consequências que o racismo estrutural trouxe para a sociedade.

O que inspirou a realização desta pesquisa foi observar os corredores do Colégio Pedro II, no campus Tijuca II, onde as aulas do mestrado profissional ProfEPT eram realizadas. Elas aconteciam no turno da noite, três vezes por semana (terças, quartas e quintas-feiras), e percebi que outro nível de ensino frequentava aquele mesmo espaço. Eram estudantes do PROEJA, dos cursos de Técnico em Administração e Técnico em Auxiliar Administrativo. Nas paredes da instituição, é possível encontrar ofertas de diversas oficinas e rodas de conversas de temáticas étnico-raciais para os estudantes do campus que, no entanto, não acontecem em horários que contemplem o PROEJA, ficando restritos a outros segmentos de ensino. Pensei: de que forma os estudantes do PROEJA recebem as mesmas oportunidades que os estudantes do diurno? Como é feita a divulgação desses eventos? Será que, se fossem oferecidas propostas de atividades que viabilizassem a educação profissional com discussões étnico-raciais, poderia ser possível integrar os estudantes ao ensino, de modo que eles pudessem interagir com seus colegas e professores, contribuindo para evitar o abandono dos estudos?

Considerando esse cenário, surgiu a seguinte **questão-problema**: de que forma a implementação de uma oficina que integre a educação profissional com discussões étnico-raciais pressupostas aos objetivos da Lei n.º 10.639/03 pode

contribuir para a formação integral dos estudantes jovens e adultos atendidos pelo PROEJA?

Na tentativa de responder aos questionamentos apresentados, parte-se da **hipótese** de que a implementação de uma oficina pedagógica com características da pedagogia pós-crítica que integre a educação profissional do PROEJA com discussões étnico-raciais pressupostos aos objetivos da Lei n.º 10.639/03, mediante a articulação das disciplinas da formação geral e das disciplinas da formação específica, pode contribuir para a formação integral dos estudantes jovens e adultos atendidos pelo PROEJA.

Pensando nisso, esta pesquisa tem como **objetivo geral** investigar como a integração de estudantes do PROEJA com as discussões em questão podem contribuir para a sua formação integral.

Especificamente, pretende-se:

- a) Compreender a proposta do PROEJA e o perfil dos seus estudantes;
- b) Analisar a história e o papel da instituição, Colégio Pedro II, na oferta do PROEJA;
- c) Examinar a Lei n.º 10.639/03 e sua aplicação na valorização da cultura afro-brasileira;
- d) Caracterizar as experiências e o conhecimento dos estudantes sobre questões étnico-raciais;
- e) Desenvolver e aplicar uma oficina pedagógica que articule esses elementos de forma transdisciplinar e interdisciplinar;
- f) Compreender os significados e sentidos atribuídos pelos estudantes em relação às discussões étnico-raciais propostas na oficina.

O estudo sobre a aplicação da Lei n.º 10.639/03 no PROEJA é um campo em expansão, pois se refere a um programa que está sendo executado pelos institutos federais de educação a partir do Decreto n.º 5.840, de 13 de julho de 2006 (Brasil, 2006), que visa a formação integral do sujeito mediante a integração do trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura (Brasil, 2007). Através do ensino das relações étnico-raciais a esta pesquisa, será possível proporcionar novos estudos para a busca da formação integral desses estudantes, por meio, por exemplo, da integração das disciplinas específicas da educação profissional com o tema

transversal étnico-racial. As disciplinas específicas, segundo o Projeto Pedagógico do Curso de Assistente Administrativo do Colégio Pedro II são: Contabilidade Básica, Fundamentos da Administração (FAD), Marketing e Vendas, Administração de RH, Informática Aplicada e Inglês Técnico. Isso quer dizer que esta pesquisa pretende articular, com base nos estudos de Castro e colaboradores (2023), um tema transversal com a interdisciplinaridade para buscar a formação integral dos estudantes do PROEJA.

Para tanto, pretende-se trazer contribuições para os estudantes do curso de Assistente Administrativo do campus Tijuca II do Colégio Pedro II, pois esse público busca, a partir da retomada dos estudos, formação profissional tendo em vista melhores oportunidades de trabalho. As reflexões propostas nas práticas de valorização das relações étnico-raciais na educação profissional poderão promover trocas de experiência, e contribuir ainda mais em sua formação para atuarem no mundo do trabalho.

Pensando nisso, este estudo, inserido na linha de pesquisa Organização e Memórias em Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), sugere estratégias transversais e interdisciplinares que possibilitem a formação integral e significativa do estudante, sustentadas no trabalho como princípio educativo, e, além disso, contribuam para a construção de um senso de pertencimento à instituição na qual se estuda.

Para além da Introdução e das Conclusões, esta dissertação apresenta, então, capítulos de Referencial Teórico, Metodologia, Análise de Dados e Produto Educacional.

Em *Referencial Teórico*, conduzo a discussão a partir do materialismo histórico-dialético, desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels, orienta a presente pesquisa tanto em seu aspecto teórico quanto metodológico. A obra de Manacorda (2007) é utilizada como referência por aprofundar a análise das ideias marxianas aplicadas à educação, evidenciando a indissociabilidade entre trabalho, conhecimento e formação humana integral. Assim, Manacorda contribui para a compreensão de como o método marxista pode ser traduzido em práticas educativas comprometidas com a transformação social. Neste sentido, este estudo busca compreender a sociedade, a história e a realidade social a partir das condições materiais existentes e da luta de classes. O caráter histórico demonstra que cada sociedade se organiza em torno de um modo de produção específico, que no caso do Brasil é o modo de produção

capitalista. Nesse contexto, o materialismo se manifesta na medida em que o capitalismo condiciona as esferas sociais, políticas e econômicas. Por fim, a dialética proporciona uma dinâmica que impulsiona uma mudança social no cenário vigente. Neste sentido, desenvolver e aplicar uma oficina pedagógica, promovendo discussões étnico-raciais e ao mesmo tempo buscando a reflexão sobre o trabalho com os estudantes do PROEJA, poderá permitir que eles contestem o mercado e se coloquem no mundo do trabalho cientes de que podem transformar as suas realidades.

Foi utilizado, inclusive, o conceito de interdisciplinaridade, que de acordo com Fazenda (2008), trata de um diálogo de diferentes áreas do conhecimento, buscando a integração entre os saberes, tornando assim a aprendizagem completa e significativa. A interdisciplinaridade é uma proposta que busca superar a fragmentação das disciplinas. Para que isso aconteça é preciso a colaboração dos docentes, que passam a ser mediadores e pesquisadores de suas práticas, em vez de um transmissor de conteúdo. Além disso, são essenciais a participação ativa dos estudantes e a troca de experiências entre eles, para que alcancem uma bagagem mais ampla de conhecimento. Essa troca pode ser realizada através de projetos e oficinas que favoreçam a integração entre os saberes.

Isso quer dizer que a interdisciplinaridade não se realiza apenas em currículos prescritos, e sim na vivência cotidiana. Por esse motivo, é necessário inserir elementos que façam parte do cotidiano dos estudantes para elencar o diálogo entre as disciplinas. Em se tratando da articulação das disciplinas da educação básica com as disciplinas da educação profissional, a interdisciplinaridade torna-se um elemento fundamental para a formação integral dos estudantes.

A transdisciplinaridade, para Morin (2000), ultrapassa as fronteiras disciplinares, propondo a construção de um conhecimento que seja capaz de refletir e resolver problemas contemporâneos. Morin afirma que a transdisciplinaridade nasce da necessidade de reconhecer a complexidade do real, abrindo espaço para o diálogo entre ciências naturais, sociais, humanas, artes e filosofia. Ela não é apenas uma metodologia, mas, acima de tudo, uma reforma do pensamento, que exige contextualização e articulação dos saberes, ações necessárias para enfrentar os desafios da complexidade do mundo contemporâneo. Por isso, as discussões advindas da Lei nº 10.639/03 têm um caráter transdisciplinar, pois trata-se de uma lei que busca trabalhar com a diversidade cultural, rompendo com a imposição de um conhecimento dominante.

Nessa pesquisa também discuto a ideia de formação integral, a partir de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), Bezerra (2013) e Moura (2014), e a trajetória do Colégio Pedro II, dando especial atenção à oferta de ensino integrado. Parto, então, para analisar, com base em Silva e Oliveira (2013), Neves (2015) Remédios (2021), os desafios na consolidação do PROEJA. Por fim, busco entender a oficina como ferramenta pedagógica (Candau, 1999), a pedagogia histórico-crítica (Freire, 1993; Gasparin, 2012; Freire; Vieira, 2019; Saviani, 2023) e as ideias de interdisciplinaridade (Bezerra, 2013) e transdisciplinaridade (Moraes; Bataloso, 2015) para começar a estruturar a oficina “Práticas de valorização das relações étnico-raciais na educação profissional: construindo novos caminhos no PROEJA a partir da Lei nº 10.639/08” como produto educacional.

Em *Metodologia*, apresento as principais etapas de desenvolvimento do trabalho, começando com a pesquisa bibliográfica e documental, o formulário semiestruturado e a oficina em si. A oficina, então, é analisada mais detidamente em *Análise de Dados*, onde se discute seus resultados, minhas impressões sobre a experiência e a avaliação feita pelos estudantes. Apresento os principais pontos do produto educacional no capítulo seguinte.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta dissertação tem como objetivo discutir os impactos de uma oficina pedagógica que ponha em diálogo os temas pressupostos à Lei 10.639/2003 e as disciplinas oferecidas no curso de Assistente Administrativo do campus Tijuca II do Colégio Pedro II. A ideia é que a oficina contribua para o desenvolvimento de cidadãos críticos, capazes de transformar a sua realidade e, ao mesmo tempo, fornecer instrumentos para reconhecer e lutar contra o racismo estrutural (Almeida, 2018). Para tanto, ela tem por conceito fundamental a ideia de formação integral (Marx, 2007), historicamente discutida como meio de proporcionar ao estudante uma compreensão crítica da sociedade em que está inserido.

À luz do materialismo histórico-dialético, a formação integral não se restringe ao acúmulo de conhecimentos fragmentados, mas busca articular teoria e prática em um processo educativo que considere as condições materiais de existência e as condições da realidade social.

Nesse sentido, a politécnica, princípio orientador do PROEJA, fundamenta-se na superação da histórica separação entre trabalho manual e intelectual, concebida pelo capitalismo como forma de manutenção da divisão social de classes. O referencial marxista possibilita compreender que a educação profissional integrada deve ir além da qualificação para o mercado de trabalho, constituindo-se como prática social crítica e emancipatória, capaz de formar sujeitos históricos conscientes de seu papel na transformação da sociedade.

2.1 O que é formação integral?

Formação integral significa desenvolver no estudante uma formação mais ampla, que integre sua vivência, experiência, cultura, seu modo de pensar e agir com o trabalho. Em outras palavras, significa atribuir uma formação omnilateral, na busca de acabar com a divisão social do trabalho, entre trabalho manual e trabalho intelectual, e acabar com a divisão de classes. A concepção de omnilateralidade, originada na obra de Marx, reforça a necessidade de uma educação que envolva todas as dimensões do ser humano: intelectual, corporal, técnica e social, promovendo uma formação completa e crítica.

A formação integral também é conhecida como politécnica. Vale lembrar que, embora os termos integrado, politécnica e omnilateralidade não sejam exatamente sinônimos, eles compartilham o mesmo objetivo de promover uma educação completa e abrangente. Reforçando a ideia do que é integrar, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p.17) informam que:

No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico e à educação profissional, postula em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que se busca enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual do trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p. 17).

A integração entre o ensino médio e a educação profissional possui um significado importante para a formação da classe trabalhadora, especialmente quando considerada sob uma perspectiva emancipatória (Bezerra, 2013, p. 10). Por isso, a proposta da construção de uma oficina pedagógica intitulada: “Práticas de valorização das relações étnico-raciais na educação profissional: construindo novos caminhos no PROEJA a partir da Lei nº 10.639/03” pretende buscar desenvolver atividades que alcancem a formação humana integral, que é imprescindível para formar um sujeito omnilateral, que seja capaz de refletir sobre seu lugar no mundo e de ser agente transformador de sua história (Moura, 2014).

2.1.1 Mas por que fazer a proposta de integração no Ensino Médio?

A proposta de integrar o ensino médio à educação profissional baseia-se no fato de que essa etapa, sendo a fase final da educação básica obrigatória por lei, é o momento em que o jovem já possui maturidade e começa a ser introduzido na fase adulta. No caso do PROEJA, temos estudantes que já estão na fase adulta, portanto, muitos deles já atuam no mercado de trabalho. Mas este ensino não se trata de pensar somente na questão da empregabilidade:

Para esta perspectiva, o papel da educação tecnológica vai além da instrumentalização para a empregabilidade. Evidentemente, não se nega a importância dos conhecimentos teóricos e tecnológicos inerentes à formação, mas não restringe a esses. Assim, ratifica-se a importância da formação humana integral, omnilateral, na perspectiva da autonomia e da emancipação que vai tornar viável a inserção do país de forma autônoma nessa “outra globalização” (Moura, 2014, p. 56).

Assim, a proposta de lei que integra o ensino médio à educação profissional dispõe em seu Artigo 1º: “I - qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores; II - educação profissional técnica de nível médio; e III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação” (Brasil, 2004).

Seu Artigo 2º prevê:

I - organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica; II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia; III - a centralidade do trabalho como princípio educativo; e IV - a indissociabilidade entre teoria e prática (Brasil, 2004).

Ou seja, a proposta que defende a construção de uma sociedade justa e igualitária através de um ensino integrado à educação profissional e tecnológica tem o amparo desta lei. Há, no entanto, uma brecha na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394/96. No Artigo 36-B consta que a educação profissional poderá ser desenvolvida das formas subseqüente, integrada e concomitante (Brasil, 2023). O mesmo texto aparece no Decreto nº 5.154/04, Artigo 4º, Parágrafo 1º, nos incisos I, II e III⁵. Quando são propostas as formas de oferta para a educação profissional, o ensino subseqüente e o concomitante não foram retirados. Isso quer dizer que fica a cargo das instituições de ensino decidir como vão ofertar a educação profissional.

Podemos dizer que, com base nas leis expostas acima, é possível concluir que a proposta de integrar o ensino médio à educação profissional e tecnológica busca promover uma formação mais completa, que valoriza o desenvolvimento humano integral, que contemplem a autonomia e a emancipação dos estudantes. Decidir pelo ensino médio integrado é garantir uma abordagem flexível, que deverá ser adaptada

⁵ I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou este já cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

ou

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III - subseqüente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 2004).

às realidades locais e às demandas dos estudantes, e isso reforça o compromisso de construir uma sociedade justa e igualitária por meio de uma educação que une teoria, prática e formação humana. Conforme Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 85): “o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação mais completa para a leitura de mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política”.

Ao adaptar o ensino às realidades locais e às demandas dos estudantes, essa abordagem torna o aprendizado mais relevante e acessível, o que pode diminuir desigualdades e ampliar oportunidades para diferentes grupos. Inclusive, ao unir teoria, prática e formação humana, o ensino integrado incentiva o desenvolvimento de competências que vão além do conhecimento técnico, como valores, ética, responsabilidade social e habilidades de convivência. Por isso, é fundamental promover mudanças sociais profundas. Quando a educação integra esses elementos, ela não apenas transmite conhecimentos teóricos, mas também incentiva a aplicação prática desses saberes no cotidiano, estimulando a reflexão crítica e a responsabilidade social. Essa abordagem permite que os estudantes compreendam as realidades sociais, identifiquem desigualdades e se tornem agentes de transformação.

Entendemos, assim, que o ensino médio integrado ao ensino técnico, como uma condição social e historicamente necessária para a construção de ensino médio unitário e politécnico, entendendo que a educação politécnica não é aquela que só é possível em outra realidade, mas uma concepção de educação que busca, a partir do desenvolvimento do capitalismo e de sua crítica, superar a proposta burguesa de educação que potencialize a transformação estrutural da realidade (Ramos, 2010, p.56).

Ao promover uma formação que valoriza o diálogo, a ética e a participação ativa, estamos preparando indivíduos capazes de questionar injustiças, lutar por direitos e contribuir para uma convivência mais harmoniosa. Assim, a educação deixa de ser apenas transmissão de conhecimentos e passa a ser um instrumento de emancipação social, fundamental para a construção de uma sociedade mais equitativa e solidária.

Por outro lado, a ideia de Ensino Médio Integrado também está profundamente ligada a uma concepção de educação que valoriza o trabalho como princípio educativo, uma perspectiva defendida por autores como Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005). Para esses autores, o trabalho é o elemento que dá sentido à existência humana, pois é por meio dele que o indivíduo se humaniza e se realiza plenamente

(Della Fonte, 2018, p. 10). Essa visão remete às ideias de Marx, que defendia uma educação politécnica, voltada para o domínio dos fundamentos científicos das técnicas de produção, e que buscava uma formação ampla e integrada, capaz de preparar o jovem para o exercício de profissões técnicas e para a participação consciente no mundo do trabalho (Bezerra, 2013; Manacorda, 2007).

Gramsci também contribui, ao defender uma escola unitária, que ofereça conhecimento igualitário, e que consiga formar sujeitos capazes de refletir sobre seu trabalho e sua contribuição social, promovendo a consciência de classe e a emancipação (Manacorda, 2007). Assim, a educação integral proposta no Brasil, inspirada nessas ideias, busca formar estudantes questionadores de sua realidade, que possam compreender e transformar suas condições sociais, por meio de uma formação que une teoria, prática e valores humanos. Mas como essas questões levam ao PROEJA do Colégio Pedro II?

2.2 A trajetória do Colégio Pedro II e suas transformações ao longo do tempo

Cabe fazer um breve histórico da instituição investigada para entendermos que como um colégio voltado ao ensino propedêutico aceitou o desafio de atender o ensino médio integrado.

O Colégio Pedro II ocupa uma posição de destaque na história da educação brasileira, sendo considerada a segunda instituição mais antiga do país⁶. Sua origem remonta ao século XVIII, quando surgiu a partir do Abrigo dos Órfãos de São Pedro, uma obra de caridade organizada pela paróquia São Pedro na região central do Rio de Janeiro. Com o passar dos anos, essa instituição evoluiu, passando por diferentes fases e nomes, como o Colégio dos Órfãos de São Pedro e o Seminário São Joaquim. Em 2 de dezembro de 1837, após uma reorganização do seminário, foi fundado oficialmente o que hoje conhecemos como Colégio Pedro II, nome dado em homenagem ao jovem imperador Dom Pedro II (Colégio Pedro II, 2018).

Inicialmente destinado aos filhos da elite carioca, incluindo diplomatas, políticos e pensadores, o colégio tinha como foco uma educação tradicional, voltada para os

⁶ A primeira foi o Colégio São Vicente em 1553. Mais informações acesse o link <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/fNtbRj6Hd6xnfgZVKCbMqRH/?format=pdf&lang=pt> do artigo de MATTOS, Luiz Alves de. Primórdios da Educação no Brasil – o período heroico (1549-1570). Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora Ltda, 1958.

valores clássicos e a formação intelectual da classe dominante. Nesse período, a instituição desempenhava um papel importante na manutenção das estruturas sociais, atendendo às demandas da sociedade aristocrática, que, antes da criação das escolas nacionais, preferia enviar seus filhos para estudar em Portugal.

Contudo, ao longo do século XX, especialmente a partir da década de 1970, o Colégio Pedro II passou por significativas mudanças curriculares e pedagógicas. Essas transformações foram impulsionadas pelas novas diretrizes estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692/71. Essa legislação promoveu uma ruptura com a tradição anterior, ao estabelecer uma nova organização curricular, que transformava todas as escolas de segundo grau em educação tecnológica. Como consequência dessa mudança normativa, o percurso tradicional do estudante foi alterado para atender às demandas contemporâneas de uma educação mais diversificada e adaptada às propostas da lei vigente:

O resultado desta legislação provocou um esvaziamento do Colégio no final da década de 1970, tendo em vista que, pela nova lei, o antigo ginásio seria competência do Estado, e deixaria de existir o exame de admissão, promovendo uma redução progressiva do número de alunos do ginásio (Santos *et al.*, 2018, p. 95).

Dessa forma, observa-se que o Colégio Pedro II não apenas possui uma história marcada por sua antiguidade e relevância social no Brasil, mas é também uma instituição que se adapta às mudanças legislativas e sociais ao longo do tempo. Sua trajetória reflete as transformações na concepção de educação no país, desde sua origem elitista até a sua atual postura mais inclusiva e diversificada.

É importante ressaltar que, desde a década de 1980, o Colégio Pedro II já tinha em seu currículo um “ensaio” de Ensino Médio Integrado. Nessa época, havia sido criado o “Curso Técnico de Informática” (Santos *et al.*, 2018, p. 223) na unidade de São Cristóvão⁷, onde, no terceiro turno, eram atendidos estudantes que podiam estagiar a partir da segunda série do segundo grau⁸. Estudantes interessados em ingressar no curso deveriam se submeter a uma avaliação interna. No entanto, somente em 2006 o ensino médio diurno passou a ofertar o Ensino Médio Integrado (Santos *et al.* 2018, p. 224).

⁷ Antes do Decreto nº 12.677 de 2012 os campi eram chamados de unidades.

⁸ Antes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, o termo utilizado era “série”, que passou a ser “ano de escolaridade”. “Primeiro grau” passou a ser “ensino fundamental” e “segundo grau” passou a ser ensino médio.

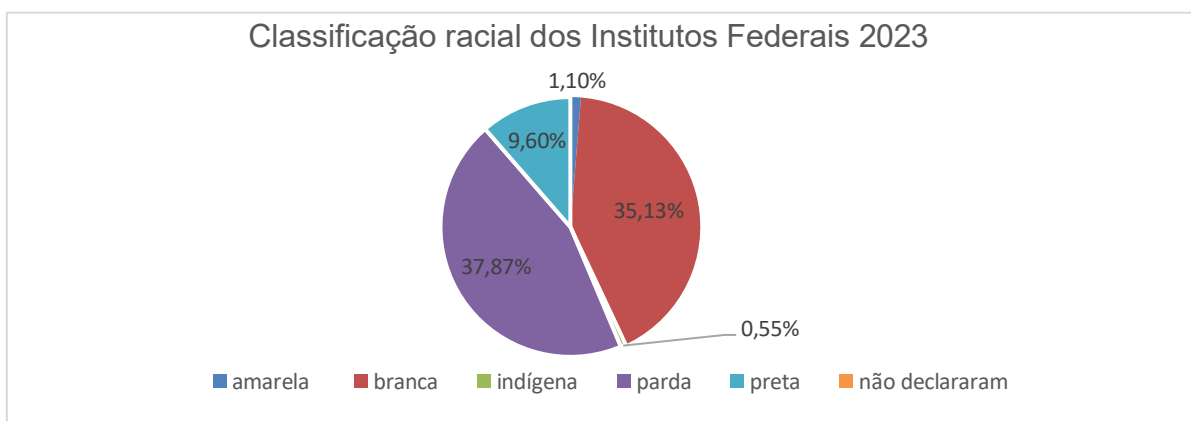
Foi durante um Fórum dos Dirigentes de Ensino (FDE), no qual o Colégio Pedro II era membro do Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica, nessa mesma época, que a instituição tomou conhecimento do Decreto nº 5.478 de 2005, que deu origem ao Programa de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, o PROEJA, nas instituições federais de educação tecnológica. Até então, o Colégio Pedro II não era obrigado a oferecer esta modalidade de ensino. Todavia, a instituição adotou o programa, que teve início no primeiro semestre de 2006 (Santos *et al.*, 2018, p. 225).

Por que uma instituição com histórico de escolarização básica propedêutica como o CPIL resolve oferecer o PROEJA? Algumas respostas despontam, tais como: a necessidade de se assegurar sua manutenção na órbita do Governo Federal; o posicionamento político do grupo dirigente que é historicamente “adesista” ao bloco do poder em nível federal; a necessidade de legitimar-se frente a população e ao Governo enquanto instituição capaz de diversificar suas atividades (modalidades e níveis) para “atender às necessidades do país”; e o desejo de diversificar suas atividades para atender aos requisitos para se igualar aos IFETs, tendo a prerrogativa de ministrar o ensino popular (Neves, 2015, p. 82).

Com a criação do Decreto nº 5.840 de 2006, que fez algumas modificações no decreto anterior, o colégio foi incluído “no conjunto das instituições federais que deveriam oferecer pelo menos 10% (dez por cento) de suas vagas em processos seletivos para novos alunos, para esta modalidade de ensino” (Santos *et al.*, 2018, p. 226).

Sendo equiparado a Instituto Federal, o Colégio Pedro II também fica a cargo de ofertar o curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, o ProfEPT, que é realizado no campus Tijuca II do Colégio Pedro II. Esse campus não só oferece o mestrado, mas também é responsável pelo segundo segmento do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), pelo Ensino Médio propedêutico, pelo Ensino Médio Integrado com o curso técnico em administração e técnico em desenvolvimento de sistemas, além do PROEJA, que atende jovens e adultos com cursos técnicos em administração e assistente administrativo⁹. Como o mestrado é oferecido à noite, foi possível acompanhar de perto os estudantes do PROEJA, que muitas vezes chegavam cansados, às vezes bem depois do horário de início das aulas, correndo pelas rampas da instituição para não perderem o conteúdo das aulas.

⁹ Informação disponível em: <https://www.cp2.g12.br/blog/tijuca2/cursos-oferecidos/>. Acesso 15 maio 2025.

Gráfico 1 – Classificação racial dos Institutos Federais do censo de 2023

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da Plataforma Nilo Peçanha (2024).

De um modo geral, pode-se ver no Gráfico 1, que o público que ingressa nos institutos federais é racialmente diverso: 1,1% se declarou amarelo, 35,13% branco, 0,55% indígena, 37,87% pardo, 9,6% preto e 15,75% não declarou raça. Esses dados corroboram a ideia de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 44), de que o Ensino Médio Integrado é fundamental em uma sociedade marcada por desigualdades sociais, pois busca atender aos filhos dos trabalhadores que precisam obter uma profissão ainda no ensino médio. Por isso, reforça-se a importância de adotar estratégias que unam a formação básica com a formação profissional, além de fortalecer discussões sociais que fazem parte do cotidiano dos estudantes.

2.2.2 Desafios na oferta e consolidação do PROEJA.

A educação de jovens e adultos representa um importante instrumento de inclusão social e de promoção de oportunidades para aqueles que, por diferentes razões, não tiveram acesso ou continuidade na educação formal na idade adequada. Nesse contexto, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego para Jovens e Adultos (PROEJA) surge como uma iniciativa voltada à oferta de ensino gratuito e acessível, buscando reduzir as desigualdades educacionais. No entanto, apesar das ações implementadas para incentivar a permanência dos estudantes, um dos maiores desafios das instituições que oferecem o PROEJA é a evasão escolar.

Diversos fatores contribuem para esse fenômeno, incluindo dificuldades financeiras, falta de apoio institucional adequado e questões relacionadas à vulnerabilidade social dos estudantes (Remédios, 2021, p. 17 e 18). Para minimizar

esses obstáculos, programas de auxílio financeiro têm sido disponibilizados, como a Bolsa PROEJA¹⁰ no valor de R\$250,00, condicionada à frequência mínima de 75%, além do Auxílio Financeiro de Apoio ao Estudante¹¹ e do programa Pé-de-Meia, criado pelo governo federal. É permitido aos estudantes receberem tanto a bolsa frequência quanto o Pé-de-Meia, no entanto, esta bolsa é disponibilizada apenas a estudantes até 24 anos.

Apesar dessas iniciativas, a evasão permanece como um problema recorrente tanto no Colégio Pedro II quanto em outros Institutos Federais.

Outro fator que contribui significativamente para a evasão escolar do PROEJA é a dificuldade de acompanhar as aulas. Essa problemática não é exclusiva do Colégio Pedro II, sendo observada também em outros Institutos Federais, onde o descompasso entre as metodologias de ensino e as necessidades dos estudantes dificulta sua permanência na escola. Segundo Neves (2015, p. 15), embora muitos professores conheçam os princípios estabelecidos nos Documentos Base (2007), há uma lacuna na implementação prática dessas diretrizes, o que compromete a efetividade do processo pedagógico. Moura (2014, p. 37) acrescenta que essa dificuldade se intensifica pela falta de adaptação dos conteúdos às especificidades do público jovem e adulto, que já possui vivência profissional e experiência escolar anterior. Silva e Oliveira (2013, p. 151) reforçam essa questão ao afirmar que “o mundo do trabalho é, no processo educativo, abstraído da realidade do educando”, fato que acaba por desmotivar os estudantes e contribuir para a sua evasão. Assim, a inadequação das práticas pedagógicas às características dos estudantes revela-se um obstáculo importante à sua permanência no sistema educacional.

No texto de Moura (2014, p. 42), são apresentadas três abordagens possíveis para o trabalho com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto do PROEJA. A primeira abordagem é crítica à existência de um único modelo de Ensino Médio Integrado, que não contempla as especificidades dos estudantes do PROEJA, resultando em uma formação inadequada e exclusão, o que contradiz o discurso da inclusão. Por isso, ele propõe que haja um ensino adaptado à EJA. A segunda possibilidade sugere a adoção de diferentes ferramentas de integração, adaptando-

¹⁰ https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/PROEX/edital_sistmico_ifrj_n.57_-_pap_2024.2_27-08-2024_sipac.pdf

¹¹ https://cp2.g12.br/ultimas_publicacoes/225-noticias/13585-cpii-lan%C3%A7a-edital-de-aux%C3%ADlio-financeiro-de-apoio-ao-estudante-2024.html

as às necessidades específicas do público-alvo, promovendo, assim, uma maior efetividade no processo educativo. Por fim, a terceira abordagem reconhece a singularidade dos dois grupos, adolescentes e jovens e adultos, defendendo que a escola deve oferecer formação específica para os professores, capacitando-os a atender às particularidades do PROEJA de maneira mais eficaz. Essas perspectivas evidenciam a importância de modelos pedagógicos que considerem as diferenças e necessidades dos estudantes, promovendo uma educação mais inclusiva e adequada às suas necessidades.

2.3 Oficina pedagógica: uma proposta que promove uma educação mais inclusiva e adequada às necessidades dos estudantes do PROEJA.

Afinal, o que é oficina? De acordo com Candau (1999), a oficina é um espaço destinado à construção coletiva de conhecimentos, onde ocorre a troca de ideias e análises da realidade por parte de seus participantes. Nesse ambiente, é fundamental que os envolvidos saibam tanto falar quanto ouvir, promovendo uma interação dinâmica e participativa. A oficina se caracteriza pela realização de diversas atividades, como jogos, leituras, dinâmicas, músicas e vídeo-debates, utilizando diferentes gêneros textuais para debater temas propostos. Assim, ela se configura como um espaço de diálogo e troca de experiências, que favorece o aprendizado colaborativo e a reflexão sobre questões relevantes.

A oficina “Práticas de valorização das relações étnico-raciais na Educação Profissional: construindo novos caminhos no PROEJA a partir da Lei N.º 10.639/03”, realizada com os estudantes do curso de Assistente Administrativo do campus Tijuca II do Colégio Pedro II, teve o objetivo de contribuir para uma educação profissional integrada e inclusiva, através de debates advindos da lei nº 10.639/03.

Ao prever o ensino de história e cultura africanas e afro-brasileiras, a lei 10.639/03 evidencia a importância de abordar temas relacionados à diversidade cultural e racial no contexto educacional. Embora essa abordagem seja fundamental para todos os níveis de ensino, a lei não destaca especificamente a Educação de Jovens e Adultos (EJA). No entanto, quando consideramos as vivências de estudantes que integram o mundo do trabalho, essa importância se torna ainda mais clara, pois é necessário promover uma reflexão crítica sobre seu papel na sociedade. Essa abordagem visa conscientizar os estudantes sobre os problemas sociais existentes,

incentivando-os a reconhecer situações enraizadas de preconceito racial e desrespeito, bem como a buscar formas de agir diante dessas questões.

Segundo Honneth (2003), a luta por reconhecimento é fundamental para a conquista da justiça e dos direitos sociais, pois está relacionada à necessidade de afirmar o amor, o direito e a solidariedade como elementos essenciais à vida coletiva do indivíduo. O autor fundamenta-se nos estudos de Hegel, ao afirmar que o não reconhecimento surge quando há negação do acesso a uma educação de qualidade, privando os sujeitos de seus direitos e afetando sua autoconfiança, autoestima e senso de pertencimento.

Nesse contexto, os estudantes do PROEJA representam sujeitos com experiência de vida diversas, muitos dos quais retornam à escola com o objetivo de recuperar conteúdos curriculares não aprendidos na idade adequada, buscando, assim, reconstruir suas trajetórias educativas e sociais (Da Silva, 2021). Dessa forma, a educação deve promover um ambiente que valorize o reconhecimento do sujeito em suas múltiplas dimensões, contribuindo para a sua formação integral e para a construção de uma sociedade justa e inclusiva.

2.3.1 A Lei n.º 10.639/03: um tema transversal que não pode deixar de ser debatido.

Uma abordagem eficaz para o trabalho com estudantes do PROEJA consiste em integrar as práticas escolares às suas experiências de vida, considerando que muitos deles possuem uma trajetória marcada pelo trabalho e pela vivência social (Silva e Oliveira, 2013). Nesse contexto, a abordagem da transdisciplinaridade, aliada à interdisciplinaridade, representa um avanço significativo no processo de construção do conhecimento (Moraes; Bataloso, 2015, p. 1.380). Essa abordagem promove uma conexão mais profunda entre o sujeito e o saber, indo além dos limites das disciplinas tradicionais e dialogando com a história, cultura e vivências dos estudantes.

Assim, a transdisciplinaridade busca tornar a aprendizagem mais flexível e significativa, tornando o ensino mais humano, crítico e alinhado à realidade desses estudantes. Além disso, é importante explorar temas relevantes para a sociedade, como sustentabilidade, desigualdade social, igualdade de gênero e questões étnico-raciais. Nesse contexto, integrar discussões previstas na Lei nº 10.639/03 às disciplinas do curso do PROEJA de Assistente Administrativo torna-se uma estratégia que representa um avanço na construção do conhecimento, pois promove uma

conexão entre sujeitos e saberes, indo além das disciplinas tradicionais.

Trata-se, portanto, de captar o que é complexo, tecido em conjunto, não somente como informações procedentes de diferentes âmbitos disciplinares, mas como uma construção genuinamente singular do fenômeno humano, atendendo, dessa forma, às suas diversas dimensões, que não abarcam somente a natureza cognitiva referente ao hemisfério cerebral esquerdo, mas também as dimensões afetivas, artísticas, estéticas e espirituais (Moraes; Bataloso, 2015, p. 1.391).

A proposta da interdisciplinaridade, por sua vez, trata de integrar os conteúdos das disciplinas de formação geral com as disciplinas de formação profissional, que, segundo Castro e colaboradores (2023 apud Fazenda, 2011), consiste na relação de disciplinas e na compreensão de fenômenos em movimento, que atravessam diferentes áreas do conhecimento. Em outras palavras, trata-se de uma troca harmônica de saberes provenientes de diferentes campos, promovendo uma compreensão mais ampla e integrada.

A interdisciplinaridade, nesse sentido, funciona como uma ferramenta que une as fronteiras tradicionais das disciplinas, preservando as características específicas de cada uma, mas possibilitando procedimentos e resultados bem definidos, que dialogam entre si (Castro *et al.*, 2023, p. 167 apud Japiassu, 1976). Além de favorecer a integração de conhecimentos, ela é vista como um elemento fundamental para a formação integral do indivíduo, pois contribui para a construção de uma educação politécnica. Essa abordagem busca formar cidadãos críticos, capazes de pensar de forma ampla e articulada, por meio da combinação de saberes conceituais e operacionais.

Neste contexto, Saviani (2003, p.141) destaca que a proposta politécnica no Ensino Médio envolve a articulação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Ou seja, ela promove a interação entre a prática e a teoria, permitindo que os estudantes compreendam os princípios científicos que fundamentam as atividades manuais. Como exemplo, o autor cita uma oficina na qual se trabalhava com madeira e metal, que explorava os princípios da Física tanto na teoria quanto na prática produtiva. Essa abordagem contribui para a formação de um sujeito crítico e questionador, além de ajudar a superar a divisão social do trabalho, eliminando a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual. Ela torna a aprendizagem mais significativa, flexível e humanizada, permitindo que os estudantes dialoguem com sua história, cultura e tradições.

Destaca-se, portanto a importância de discutir os preconceitos raciais enfrentados por negros, pardos e indígenas na sociedade brasileira, articulando esse debate às disciplinas do curso PROEJA. Assim, o tema é tratado de forma transdisciplinar, alinhando-se às diretrizes da Lei nº 10.639/03 e promovendo uma formação crítica, contextualizada e socialmente consciente dos estudantes, de modo a potencializar a aprendizagem e torná-la mais alinhada às demandas sociais atuais.

2.3.2 A pedagogia pós-crítica: um elemento chave na busca da formação do sujeito crítico.

A pedagogia histórico-crítica, formulada por Saviani no início da década de 1980, surge como resposta às limitações do ensino tradicional, escolanovista e tecnicista, que frequentemente reproduzia uma visão fragmentada e descontextualizada da realidade. Fundamentada no materialismo histórico-dialético, essa pedagogia tem como propósito central possibilitar que os estudantes se apropriem do conhecimento sistematizado e o utilizem de modo crítico, relacionando-o às práticas sociais e contribuindo para a transformação da realidade (Saviani, 2023).

Já as teorias pós-críticas do currículo, que ganharam força no Brasil a partir da década de 1990, enfatizam temas como identidade, diferença, diversidade cultural e relações de poder no espaço escolar. Essas teorias contribuem para problematizar as formas pelas quais o currículo reproduz ou desafia as desigualdades, destacando questões relevantes à humanidade, como violência, desemprego, exclusão social, problemas ambientais, miséria, fome, questões de sexualidade e machismo. Dessa forma, ela busca promover uma educação crítica e transformadora, que dialogue com os problemas sociais contemporâneos. Além disso, pedagogia histórico-crítica dialoga com a teoria do currículo pós-crítica, ao reconhecer e valorizar a pluralidade cultural e a diversidade humana, elaborando questões relacionadas à identidade e ao respeito às diferenças.

Assim, embora a pedagogia histórico-crítica e as teorias pós-críticas compartilhem a preocupação em promover uma educação crítica e socialmente comprometida, suas bases teóricas são distintas: a pedagogia histórico-crítica ancora-se no Marxismo e na luta de classes, enquanto as teorias pós-críticas se apoiam em perspectivas pós-estruturalistas e nos estudos culturais.

Ao integrar esses princípios à dinâmica da oficina, pretende-se promover uma

formação consciente e crítica dos estudantes, contribuindo para o desenvolvimento de uma visão ampla e inclusiva da sociedade, conforme previam Freire e Viana: “neste sentido, o currículo traz à tona a necessidade de formação humana integral em que seja possível o desenvolvimento da capacidade de olhar através do olhar social do outro, da capacidade de compreender e respeitar as diferenças étnicas, culturais, sexuais etc.” (Freire; Vieira, 2019).

Segundo Gasparin (2012), o ponto de partida para uma abordagem pedagógica eficaz reside na prática social, ou seja, na vivência do conteúdo pelo educando. Essa perspectiva destaca a importância de que o professor realize uma investigação prévia para preparar os temas que serão abordados na oficina, permitindo uma compreensão mais aprofundada da realidade dos estudantes e de como o conteúdo será inserido nesse contexto. Nesse sentido, considere fundamental identificar o que os estudantes já sabem sobre preconceito, se já tiveram aulas relacionadas às questões étnico-raciais e se presenciaram ou vivenciaram situações de discriminação. Essas questões foram levantadas através da realização de um questionário, uma etapa inicial que visou compreender o ponto de partida dos estudantes e suas experiências, criando uma base para o desenvolvimento do conteúdo.

No segundo momento, a proposta foi questionar a realidade dos estudantes e o conteúdo trabalhado, direcionando as discussões para possíveis soluções dos problemas identificados. Essa abordagem busca promover uma reflexão crítica que leva à transformação social, contribuindo para que a escola pública, como o Colégio Pedro II, seja um espaço verdadeiramente popular e inclusivo. O objetivo é criar condições que incentivem a permanência dos estudantes do PROEJA na escola, oferecendo meios concretos para que eles possam compreender suas próprias experiências e atuar de forma consciente na construção de uma sociedade justa e igualitária. Assim, essa metodologia valoriza a relação entre teoria e prática, promovendo uma educação que dialoga com a realidade social dos estudantes e fomentar sua participação ativa no processo de aprendizagem, conforme preconizava Paulo Freire, “a educação popular a que me refiro é a que reconhece a presença das classes populares como um *sine qua* para a prática realmente democrática da escola pública progressista, na medida em que possibilita o necessário aprendizado daquela prática” (Freire, 1993, p. 103).

Considerando que se trata de um trabalho realizado em grupo, envolvendo pessoas de diferentes idades, vivências e conhecimentos, é fundamental que

estudantes e professores desenvolvam habilidades de comunicação, ou seja, saber falar e saber ouvir. Uma das características essenciais desse processo é a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), conceito de Vygotsky que defende a ideia de uma interação contínua entre as condições sociais e mutáveis e a base biológica do comportamento humano (Davi, 2010). Essa teoria enfatiza que o aprendizado ocorre na troca com o outro, sendo um espaço onde o sujeito constrói conhecimento por meio da interação social. Assim, compartilhar saberes torna-se uma estratégia para ampliar o entendimento coletivo, promovendo uma aprendizagem mais significativa.

Além disso, essa abordagem visa proporcionar ao estudante sua memória enquanto discente pertencente àquele espaço educativo, reforçando seu sentimento de pertencimento e identidade dentro da comunidade escolar. Nesse sentido, a proposta de trabalho voltada aos estudantes do curso de Assistente Administrativo do PROEJA consistiu na realização de uma oficina baseada na pedagogia histórico-crítica, com um tema transdisciplinar, que integra os estudantes às questões relacionadas às Leis nº 10.639/03 e 11.645/08, presentes no Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) da instituição. Essa iniciativa busca promover a interdisciplinaridade, prevista no Projeto Pedagógico do Curso de Assistente Administrativo do Colégio Pedro II, articulando diferentes áreas do conhecimento para abordar temas relevantes à formação dos estudantes.

Para implementar essa proposta de forma efetiva, foi necessário realizar um levantamento das experiências dos estudantes em relação à educação para as relações étnico-raciais. Essa etapa inicial permitiu compreender seu ponto de partida e suas vivências anteriores, possibilitando a elaboração de atividades que dialogassem com suas realidades e promovessem uma reflexão crítica sobre preconceitos e desigualdades raciais. Dessa maneira, o projeto visa fortalecer a formação cidadã dos estudantes, promovendo uma educação inclusiva e consciente das diversidades culturais presentes na sociedade brasileira.

2.3.3 A interdisciplinaridade como ferramenta politécnica.

A questão da interdisciplinaridade no Ensino Médio Integrado é um tema de grande relevância para a promoção de uma formação mais articulada e contextualizada dos estudantes. Segundo Bezerra (2013, p. 111), observa-se que, na prática, há uma ausência significativa dessa integração entre as disciplinas de

formação geral e as disciplinas de formação profissional. Essa falta de articulação contribui para que o ensino se torne fragmentado, se assemelhando ao modelo adotado pelo Decreto nº 2.208/97, que prioriza uma abordagem separada e desarticulada do conhecimento.

Alguns Institutos Federais têm tentado criar uma educação mais integrada, tentando unir a educação profissional com a educação básica. A ideia é que essas duas áreas trabalhem juntas de forma mais harmoniosa, promovendo uma aprendizagem mais completa e conectada. Porém, muitas dessas tentativas ainda enfrentam dificuldades. Uma delas é que, muitas vezes, as atividades são organizadas de forma “justaposta”. Isso quer dizer que as propostas de atividade são apresentadas separadamente, uma ao lado da outra, sem uma conexão real entre elas. Ou seja, cada área do conhecimento realiza suas atividades de forma isolada, sem integrar ou relacionar o conteúdo de uma com a outra.

Um exemplo citado por Bezerra (2013) ilustra bem isso. Ela fala de uma tentativa de realizar uma oficina de integração, na qual se buscava unir diferentes disciplinas ou áreas de conhecimento. No entanto, essa tentativa não teve sucesso porque as atividades realizadas eram isoladas, ou seja, cada disciplina fazia sua parte, sem articulação efetiva com as demais. Como resultado, não houve uma verdadeira integração entre os conteúdos ou as atividades, o que tornou mais difícil que os estudantes percebessem as conexões entre o que aprendiam em diferentes áreas. Então, o problema foi que, apesar da intenção de promover uma educação mais integrada, as atividades continuaram sendo feitas de forma separada, sem conexão real, o que comprometeu o objetivo de uma aprendizagem mais unificada.

Para que haja interdisciplinaridade, não basta apenas a oferta simultânea de disciplinas de diferentes áreas de formação, aspecto este que se refere mais propriamente à integração curricular. A interdisciplinaridade ocorre quando os saberes de distintas áreas são efetivamente articulados, possibilitando que o estudante perceba suas conexões e compreenda a aplicação prática do conhecimento em contextos reais. Nesse sentido, Saviani (2023, p. 141) ressalta que a politécnica, entendida como formação integral do estudante por meio do contato com diversos campos do saber, só se realiza plenamente quando há efetiva interdisciplinaridade, e não apenas a justaposição ou integração de disciplinas.

Diante desse panorama, a proposta de oficinas integradas busca justamente articular as disciplinas de formação geral com as específicas, promovendo uma

aprendizagem mais significativa e contextualizada. Essa estratégia visa não apenas evitar a fragmentação do ensino, mas também estimular o desenvolvimento de competências transversais e o entendimento holístico dos conteúdos pelos estudantes. Portanto, promover a interdisciplinaridade no Ensino Médio Integrado é um passo fundamental para formar cidadãos críticos e preparados para os desafios contemporâneos.

2.4 Descrevendo a oficina pedagógica “Práticas de valorização das relações étnico-raciais na Educação Profissional: construindo novos caminhos no curso de Assistente Administrativo a partir da Lei nº 10.639/03”

Para a realização desta oficina, adotamos o método da pedagogia histórico-crítica, que se fundamenta na interação entre estudantes, professores e o conhecimento, com o objetivo de buscar soluções críticas que promovam a omnilateralidade. Essa abordagem visa estimular uma reflexão aprofundada sobre o espaço que as pessoas pretas, pardas e indígenas ocupam na sociedade, iniciando-se com uma dinâmica em que os estudantes são convidados a refletir sobre quantos profissionais dessas identidades étnico-raciais conhecem, como médicos, advogados, dentistas, técnicos de futebol ou políticos. Ela busca despertar a consciência social e promover o reconhecimento das múltiplas identidades presentes na sociedade.

Essa primeira etapa da oficina recebeu o nome de “Refletindo sobre uma educação antirracista” e, em sua proposta de atividade, se relacionou com as disciplinas de Língua Portuguesa, Educação Física, Fundamentos da Administração, Sociologia e Matemática. O objetivo era estimular a percepção de que as diferenças sociais existem, e a educação de qualidade é destinada sobretudo para aqueles que possuem maior poder aquisitivo.

Almeida (2018) aponta que o racismo está na estrutura da sociedade, e cabe às instituições combaterem-no para promover a igualdade. Ele acrescenta que as instituições que realmente se preocupem com a questão racial têm o dever de promover políticas internas que visem:

- a) promover a igualdade e a diversidade em suas relações internas e com o público externo – por exemplo, na publicidade;
- b) remover obstáculos para a ascensão de minorias em posições de direção e de prestígio na instituição;
- c) manter espaços permanentes para debates e eventual revisão de práticas institucionais;

d) promover o acolhimento e possível composição de conflitos raciais e de gênero (Almeida, 2018, p. 37).

Diante dessas considerações, fica evidente que o combate ao racismo estrutural exige uma atuação proativa e institucional, que vá além de ações pontuais e se manifeste na implementação de políticas internas efetivas. As instituições têm a responsabilidade de promover ambientes mais inclusivos equitativos, adotando medidas que favoreçam a diversidade, eliminem barreiras para minorias e fomentem espaços de diálogo e reflexão contínuos. Somente por meio de um compromisso genuíno com essas práticas é possível avançar na construção de uma sociedade justa, na qual a igualdade racial seja concreta e sustentável.

A segunda etapa da oficina teve como tema “O trabalho”, discutindo, mais especificamente, o “trabalho análogo à escravidão”, apresentado como um problema social que vem sendo denunciado nos jornais e tem como maioria das vítimas pessoas pretas, pardas e indígenas. A proposta desta parte da atividade era criar uma campanha contra o trabalho análogo à escravidão, conscientizando sobre esse crime e buscando sensibilizar a sociedade e promover ações que ajudem a prevenir e combater essa prática. Essa campanha deveria ter pelo menos dois idiomas, e os estudantes deveriam informar quais as mídias utilizadas e o custo da campanha. Nesta atividade, foram trabalhadas as disciplinas de Língua Portuguesa, Francês (que é o idioma que eles estudam), Marketing e Vendas, Informática, História, Geografia, Sociologia, Contabilidade, Fundamentos da Administração e Filosofia, integradas de modo uniforme.

Kilomba (2019) afirma que o “racismo é uma realidade violenta” (p. 71), e que o que a caracteriza é a construção da diferença e do estigma da inferioridade, por uma combinação de poder histórico, político, econômico e social, ou seja, de toda uma estrutura:

O racismo é revelado em um nível estrutural, pois pessoas negras e *People of Color* estão excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas. Estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestadamente seus sujeitos brancos, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes. Isso é chamado de racismo estrutural (Kilomba, 2019, p. 77).

É essa estrutura em que o racismo opera que Neusa Santos Souza (1983) demonstra que parte do ideal de ego, que é o domínio simbólico. É o discurso enraizado que ocupa lugar na sociedade, tanto nos indivíduos como nas instituições. É o que está no inconsciente e que acaba tornando comuns expressões e atos que

que menosprezam o outro pela cor da pele e que nunca deveriam ser permitidos. Alguns grupos que são resistentes à mudança de paradigma ofendem aqueles que lutam por igualdade de direitos, desmerecendo e diminuindo quem reivindica direitos iguais, chamando-os muitas vezes de “mimizentos”¹².

Na terceira etapa, que fala sobre “Cotas raciais”, o tema principal foi “A questão das cotas raciais e a reflexão sobre a importância das etnias e o reconhecimento dos povos originários”. Depois de ler a poesia “Índio não sou”¹³, de Márcia Wayna Kambeba, e assistir aos vídeos “AGU Explica – Sistema de cotas raciais” e “COTAS raciais NÃO SÃO um favor”, os estudantes fizeram um quebra-cabeças do mapa do Brasil. Esse quebra-cabeças mostrava onde vivem as comunidades dos povos indígenas. Após fazerem o quebra-cabeças, discutimos quais etnias eram de seu conhecimento, e se conheciam artistas ou políticos indígenas.

Para concluir esta etapa, eles imaginaram que trabalhavam na FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas), contratando agentes para fazer o censo dessas comunidades, considerando ser necessário preencher 30% das cotas raciais destinadas a pretos, pardos e indígenas. Construíram, então, uma tabela que continha as cinco regiões do Brasil e as etnias encontradas em cada uma delas, com a quantidade de vagas necessárias para as cotas raciais. Nesta etapa da oficina foram trabalhadas as disciplinas: Fundamentos da Administração, Língua Portuguesa, Biologia, Geografia, História, Sociologia, Filosofia, Matemática, Informática Aplicada à Educação, Recursos Humanos, Química e Física.

Essa atividade traz a reflexão sobre a realidade do Brasil como consequência de invasões e colonialismo em dois continentes, com povos sendo sequestrados em um e vendidos como escravizados para o outro. Aqueles que resistiam à travessia, eram “apagados” de sua cultura, mudando os seus nomes, suas crenças e suas vidas. O mesmo aconteceu com os povos originários. Começando no Brasil colonial e passando pelo período da monarquia, os povos negros e indígenas são apresentados, na maioria das vezes, como subalternizados e escravizados (Carvalho; Júnior, 2023, p. 60).

¹² Segundo o Dicionário Informal, mimizento é quem faz muito mimimi. O mimimi tem uma conotação pejorativa, sendo que muitas vezes é utilizado para satirizar alguém que passa a vida reclamando. Aquele que reclama muito, que vive resmungando, chorando. Frescurento. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/mimizento/>. Acessado em 15/12/2024.

¹³ Disponível em: <https://tomaaiumpoema.com.br/504-marcia-kambeba-indio-eu-nao-sou-literatura-indigena/>. Acesso 15 maio 2025.

As marcas dos chicotes, dos abusos, dos castigos, da humilhação podem ser vistas mesmo anos após a Lei Áurea, através do racismo estrutural, do preconceito racial, do preconceito religioso e das desigualdades, que vêm tentando ser compensadas através das cotas raciais, questão de grande polêmica na sociedade brasileira.

A quarta etapa da oficina, intitulada “Esporte, cultura e lazer”, que tem como tema central “O racismo no futebol”, abordou a importância de se promover a inclusão, o respeito e a igualdade no esporte. Discutimos maneiras de combater o racismo e de se criar um ambiente justo e acolhedor para todos os torcedores, jogadores e profissionais envolvidos. Foram exibidos os vídeos: “Começo do futebol sob a sombra do racismo” e a paródia “FutParódias: Chega de racismo”. Os estudantes tiveram que responder à seguinte questão: se fossem assistentes administrativos de uma empresa de propaganda, como criariam uma campanha de conscientização sobre o racismo no futebol? Essa parte da oficina, além de trabalhar a transversalidade, atendendo ao proposto pela Lei nº 10.639/03, trabalhou com as disciplinas da formação específica Marketing e Vendas, Informática e Inglês instrumental, e as disciplinas da formação geral que são: Sociologia, História, Filosofia, Geografia, Língua Portuguesa e Francês.

A abordagem das relações étnico-raciais é fundamental para promover uma formação mais inclusiva e consciente das diversidades presentes na sociedade. Reconhecer a importância de trabalhar essas questões no ambiente escolar implica compreender que a educação deve ir além da transmissão de conhecimentos, atuando também na construção de valores de respeito, igualdade e valorização das identidades culturais. Nesse contexto, é imprescindível refletir sobre as práticas pedagógicas e os currículos adotados, de modo a atender às especificidades dos estudantes, especialmente aqueles da Educação de Jovens e Adultos, que muitas vezes carregam consigo realidades distintas das demais turmas.

Passos e Santos (2018, p.5) reforçam que trabalhar com as relações étnico-raciais com os Jovens e Adultos significa reconhecer os estudantes deste nível de ensino como sujeitos plenos de direitos à prática educativa, superando, assim, a visão que a sociedade possui sobre eles: pessoas com carência de saberes. Complementando esta ideia, a teoria pós-crítica busca dialogar com as teorias decoloniais e os estudos culturais, uma vez que a oficina pretende abordar questões de identidade, diversidade, diferença, multiculturalismo, sexualidade, raça/etnia. Junto

a isso, a oficina vai questionar o papel da escola na produção das desigualdades e de que forma o estudante poderá identificar essas desigualdades e a melhor forma de resolver essas questões.

3 METODOLOGIA

A instituição investigada nesta pesquisa é o Colégio Pedro II, uma instituição de destaque na educação pública brasileira, reconhecida por sua história e compromisso com a formação de cidadãos críticos e conscientes (Colégio Pedro II, 2018). O objetivo central deste estudo é compreender como discussões étnico-raciais, alinhadas aos objetivos da Lei nº 10.639/03, podem contribuir para a formação integral dos estudantes do PROEJA, especialmente aqueles matriculados no curso de Assistente Administrativo no campus Tijuca II. Para tanto, estruturei-a em três partes, que vou explicar mais detidamente neste capítulo.

3.1 Investigando o ensino médio integrado, a instituição e a legislação

A primeira etapa foi sobretudo uma pesquisa bibliográfica, visando um entendimento do projeto do ensino médio integrado, a partir do Decreto nº 5.154/04, que regulamenta que a integração do ensino médio à educação profissional e, assim, a criação dos Institutos Federais, e do PROEJA. Além disso, foi feita uma análise aprofundada da história do Colégio Pedro II, buscando compreender de que forma é realizada a oferta do ensino médio integrado do PROEJA e seu impacto na sociedade. Também foi fundamental estudar a Lei nº 10.639/03, que determina o ensino sobre a história e cultura afro-brasileira.

Essa etapa pode ser também caracterizada como pesquisa documental, visto que são feitos levantamentos de diversos documentos para embasar a pesquisa e que “as fontes são muito mais diversificadas e dispersas” (Gil, 2010, p. 46), porque foram pesquisados documentos impressos, do site da instituição investigada, dos sites do governo e documentos cedidos pela coordenação do Colégio Pedro II e as leis e decretos que regem o ensino da educação profissional. Os documentos mais importantes nesta investigação foram: o Projeto Político Pedagógico Institucional do Colégio Pedro II, pesquisar a Lei nº 12.677 de 2012, que equiparou a instituição ao Instituto Federal, Projeto Pedagógico de Curso Assistente Administrativo do Colégio Pedro II Educação Profissional Técnica de Nível Médio – PROEJA (PPC Assistente Administrativo) (2022), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (DCNEPTNM) (Brasil, 2012), as Diretrizes

Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) (Brasil, 2011) e o Documento Base (Brasil, 2007), que fala sobre o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Também foram pesquisados, no site, os horários das disciplinas oferecidas e os editais que falam sobre a forma de ingresso desses estudantes.

3.2 Descobrimos mais sobre os estudantes da instituição e suas experiências em torno da educação para as relações étnico-raciais

De acordo com Gasparin (2012), uma abordagem pedagógica eficaz começa com a prática social, ou seja, com a experiência do conteúdo pelos próprios estudantes. Essa visão enfatiza a importância de se fazer uma investigação preliminar para planejar os temas que serão abordados na oficina, o que ajuda a entender melhor a realidade dos estudantes e a inserir o conteúdo de forma mais relevante. Nesse contexto, achei essencial descobrir o que os estudantes já sabem sobre preconceito, se já tiveram aulas relacionadas às questões étnico-raciais e se já presenciaram ou vivenciaram situações de discriminação. Essas informações foram coletadas por meio de um questionário, que serviu como uma etapa inicial para entender seu ponto de partida e suas experiências, formando uma base para o desenvolvimento do conteúdo.

Propus, então, um questionário semiestruturado. Conforme explica Vieira (2009), o questionário constitui-se em um instrumento de pesquisa composto por questões sobre um determinado tema, cujas respostas podem ser sistematizadas e analisadas estatisticamente. A partir das respostas obtidas, foi possível delinear com mais precisão o perfil desse/a estudante.

Por essa razão, esta pesquisa é também de natureza participativa, o que, de acordo com Minayo e colaboradoras (2005), constitui uma investigação sobre situações a serem analisadas junto aos participantes da pesquisa, a fim de entender suas opiniões, crenças e atitudes mediante ao assunto pesquisado. Segundo as autoras, uma das técnicas para fazer uma pesquisa qualitativa seria a sondagem de opinião, que pode ser feita por meio de questionário totalmente estruturado, no qual a “escolha do informante está condicionada a dar respostas às perguntas formuladas pelo investigador” (p. 85).

Após a aprovação do projeto de pesquisa pela Plataforma Brasil e a emissão

do parecer¹⁴ final pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Colégio Pedro II (CEP), foi feita a solicitação da pesquisa através do e-mail junto à coordenação do curso, que agendou a aplicação do questionário aos estudantes.

Ao todo, foram 33 estudantes maiores de dezoito anos, dezessete estudantes da turma PASS 101 e dezesseis da turma PASS 201, que concordaram em participar da pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O questionário foi aplicado de modo presencial, mas também foi criada uma versão no Google Forms¹⁵, que acabou não sendo utilizada. A escolha do modo presencial foi feita por orientação da coordenação do curso de Assistente Administrativo, com o objetivo de atingir maior aderência à pesquisa.

Para a coleta de dados, foram feitas três visitas ao campus Tijuca II, nos dias 17, 23 e 24 de setembro de 2024, quando foram entrevistados ao todo 33 estudantes das turmas PASS 101 e PASS 201. É importante informar que não foi possível aplicar os questionários nos dias 18 e 19 de setembro, por ocasião de um decreto da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, que determinava ponto facultativo a partir das 15h, em virtude dos eventos do festival de música Rock in Rio e dos jogos de futebol da Taça Libertadores da América. Este decreto foi somente para os servidores municipais, mas como o campus Tijuca II fica nas proximidades do Estádio Jornalista Mário Filho, mais conhecido como Maracanã, as ruas do entorno costumam ser interditadas, dificultando o acesso. A instituição ficou aberta para garantir o atendimento de seus estudantes, todavia, entendeu-se que a presença seria baixa em virtude das interdições das ruas, desvios do tráfego, trânsito caótico, partes de algumas ruas desertas e riscos de presenciar brigas entre torcedores e assaltos.

O questionário¹⁶ teve como indicadores elementos tangíveis, como idade, gênero, turma cursada e autodeclaração de raça, além do apelido para garantir o sigilo do participante. Os elementos intangíveis formam as questões discursivas, que só podem ser captadas de forma indireta, por meio de manifestação dos entrevistados (Minayo *et al.*, 2005, p. 109). Apoiamo-nos nas considerações de Minayo e colaboradoras quando informam que “os questionários são tão mais confiáveis quanto

¹⁴ Número do parecer 7.000.004

¹⁵ Link da entrevista pelo Google Forms:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSe9kxAzavGk92ImCxHyEBUJr9h2fusC5sUBLBF4e_KNK_H_81A/viewform

¹⁶ As perguntas que foram realizadas no questionário, pode ser visualizada no apêndice B desta dissertação.

maior for a sua capacidade de reproduzir as mesmas respostas em distintos momentos ou por diferentes investigadores e tão mais válidos quanto maior for sua sensibilidade e especificidade frente ao indicador proposto (Minayo *et al.*, 2005, p. 133).

O questionário foi constituído por um número de questões fechadas e categorizadas (Minayo *et al.*, 2005, p.133) em dados pessoais, a familiaridade com a assuntos étnico-raciais a partir da Lei n° 11.645, a vivência profissional, situações relacionadas a preconceito racial e as áreas de que gostariam de atuar após a conclusão do curso de Assistente Administrativo, tendo sido apresentadas várias opções para que se escolhesse uma ou mais dentre elas, cobrindo todas as respostas possíveis (Minayo *et al.*, 2005, p. 145).

Foram feitas quinze perguntas. As perguntas 1 a 6 inquiriam acerca das informações pessoais dos estudantes, para compreender o público que compõe o curso. Cabe destacar que as perguntas 1 e 2 diziam respeito ao nome e ao apelido, com o objetivo garantir o sigilo em torno da identidade dos participantes. Quando este texto fizer referência a algum deles, utilizará sempre o apelido.

As perguntas de 7 a 9 tinham relação com o conhecimento que os estudantes possuíam da lei n.º 11.645. As perguntas 10, 11 e 12 referiam-se à vivência profissional e ao ensino oferecido no campus Tijuca II do Colégio Pedro II. A pergunta 12 era discursiva, questionando se o estudante passou por situações de preconceito durante o exercício de sua profissão. Foi incluído nessa pergunta, além do trabalho, o local de estudos, por entender que alguns estudantes podem não ter ainda experiência profissional, já que a idade mínima para ingressar no PROEJA é de dezoito anos. Já as perguntas 13, 14 e 15 diziam respeito às áreas em que o estudante pode vir a trabalhar após a conclusão do curso.

3.2.1 Dados coletados

Inicialmente, a pesquisa foi orientada pela Lei n.º11.645/058, que ampliou a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares. Entretanto, durante o processo de defesa, a banca sugeriu o redirecionamento da análise para a Lei n.º 10.639/03, por compreender que ela se alinha de forma mais precisa ao foco do estudo: a valorização da cultura afro-brasileira na educação de jovens e adultos.

Assim, as adaptações realizadas nesta versão da dissertação visam garantir maior coerência teórica e metodológica, sem comprometer os dados obtidos. As entrevistas e tabelas mantêm a referência original à Lei n.º 11.645/08, por expressarem o contexto empírico em que foram produzidas, enquanto as discussões e interpretações finais ajustadas à luz da Lei n.º 10.639/03.

A Tabela 1 mostra a relação dos estudantes matriculados, frequentes e os que responderam ao questionário. Dos 58 estudantes da turma PASS 101, vinte são frequentes e dezessete responderam, totalizando o percentual de 85%. Já na turma PASS 201, dos vinte estudantes matriculados, dezenove estão frequentando e dezesseis responderam, totalizando pouco mais de 84%.

Tabela 1 – Quantitativo de estudantes que responderam à pesquisa

Turmas	Quantidade de estudantes matriculados	Quantidade de estudantes frequentes	Quantidade de Estudantes que responderam à pesquisa	Percentual dos estudantes frequentes que responderam à pesquisa
PASS 101	38	20	17	85%
PASS 201	20	19	16	84,21%
TOTAL	58	39	33	84,61%

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados coletados na aplicação dos questionários aos estudantes e das informações obtidas pela coordenação do curso.

Os dados em relação à frequência mostram que boa parte dos estudantes do primeiro ano, até o dia 24 de setembro, não frequentaram as aulas. A coordenação fez uma busca ativa (sistema que procura localizar os estudantes para entender os motivos da ausência). Segundo relatos, alguns não estão conseguindo frequentar as aulas devido à conciliação dos estudos com questões socioeconômicas. Sâmia Elene Lobato dos Remédios relaciona algumas dessas dificuldades:

dificuldades financeiras, a urgência quanto à empregabilidade, problemas relacionados à organização familiar ativa, a gravidez, a violência, a dificuldade de locomoção, o horário de trabalho incompatível com o horário das aulas, e em muitos casos a ausência absoluta de renda, que impede que o discente dê prosseguimento aos estudos. (2021, p. 46)

Em relação à faixa etária, foi utilizado o mesmo critério que a Plataforma Nilo Peçanha, havendo uma diferença na idade mínima para ingressar no PROEJA. O site faz a classificação de idade a partir dos quinze anos. Na tabela desta pesquisa, a

idade mínima será de dezoito anos.

A Tabela 2 mostra que a maioria dos estudantes que estão matriculados neste curso corresponde às faixas etárias de 25 a 29, 40 a 44 e 50 a 54 anos, ou seja, um público que possui experiência de vida, que provavelmente já trabalhou ou trabalha, possivelmente chefes de família. Há uma pequena porcentagem de estudantes com menos de 24 anos. Essa faixa de idade só foi possível devido à alteração da idade mínima para o ingresso de estudantes na Educação de Jovens e Adultos. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.694, (Brasil, 1996), no Artigo 37, incisos I e II, a idade mínima é de quinze anos para o Ensino Fundamental e dezoito anos para o Ensino Médio.

Tabela 2 – Faixa etária dos estudantes das turmas PASS 101 e PASS 201

Faixa de Idade	PASS 101	PASS 201	TOTAL	PERCENTUAL
18 a 19	2	1	3	9,09%
20 a 24	2	1	3	9,09%
25 a 29	3	2	5	15,15%
30 a 34	2	1	3	9,09%
35 a 39	1	1	2	6,06%
40 a 44	4	1	5	15,15%
45 a 49	1	3	4	12,12%
50 a 54	1	4	5	15,15%
55 a 59	--	--	--	--
> 60	1	2	3	9,09%

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados coletados na aplicação dos questionários aos estudantes.

Pereira e Oliveira (2018) trazem fatores que podem contribuir para a entrada desses jovens na EJA: a evasão, a repetência, o sistema escolar deficiente, a dificuldade de acesso e a falta de motivação para permanecer na escola, que ocorreram no ensino diurno. Independentemente da idade, todos estão buscando concluir o ensino médio e, ao mesmo tempo, uma qualificação profissional.

A Tabela 3 mostra que os estudantes deste curso são majoritariamente mulheres. Segundo a dissertação de Silva (2022), o número de mulheres no PROEJA é maior porque muitas dessas estudantes deixam de estudar devido a questões familiares.

Tabela 3 – Gênero declarado das turmas.

GÊNERO	FEMININO	MASCULINO	PREFIRO NÃO DECLARAR
PASS 101	12	4	1
PASS 201	12	4	-
TOTAL	24	8	1
PERCENTUAL	72,72%	24,24%	6,06%

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados coletados na aplicação dos questionários aos estudantes.

Constantemente as mulheres se veem obrigadas a deixar de estudar ou trabalhar para cuidar de filho(s) ou filha(s). Isso pode ocorrer quando elas não dispõem de uma rede de apoio, a exemplo de familiares, que possam tomar conta das crianças, não conseguem vagas para suas crianças em creches ou escolas públicas, ou não tem recursos financeiros para contratar o serviço de uma pessoa especializada, como uma babá (Silva, 2022, p. 34). Muitas vezes, elas só conseguem retornar aos estudos quando os filhos crescem ou a pressão familiar se torna menos pesada. E isso também explica o motivo de muitas dessas mulheres estarem com idade superior a quarenta anos, como é mostrado na tabela 2.

Tabela 4 – Autodeclaração de raça

AUTODECLARAÇÃO	PASS 101	PASS 201	TOTAL	PERCENTUAL
PRETO	6	5	11	33,33%
BRANCO	3	5	8	24,24%
PARDO	7	5	12	36,36%
INDÍGENA	1	--	1	3,03%
AMARELO	----	----	----	---
NÃO DECLARARAM	--	1	1	3,03%

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados coletados na aplicação dos questionários aos estudantes.

Na Tabela 4 aparece a autodeclaração de raça. Assim como na Plataforma Nilo Peçanha, a autodeclaração parda é de maior percentual, porém, diferentemente da plataforma, o segundo maior percentual é dos estudantes que optaram por se autodeclarar pretos, em seguida brancos e por último indígenas. Frigotto (2018, p. 510) relata que os Institutos Federais representam uma ampla e inclusiva política pública de educação de qualidade, que integra os sujeitos sociais historicamente excluídos da sociedade como pretos, pardos, indígenas, quilombolas e jovens pobres. Eles proporcionam a esses estudantes a oportunidade de concluir os estudos e

ingressar no mundo do trabalho, tendo como meta formar sujeitos conscientes e que sejam capazes de compreender a sociedade em que estão inseridos (Moura, 2014, p. 32).

Tabela 5 – Conhecimento da Lei N° 11.645/08

Conhecimento da Lei N° 10.639/03	PASS 101	PASS 201	TOTAL	PERCENTUAL
Não conheço a lei e não tenho interesse em conhecer	2	0	2	6,06%
Não conheço a lei, mas tenho interesse em conhecer	6	9	15	45,45%
Conheço um pouco a lei e acho o que eu já sei é o suficiente	0	0	0	0
Conheço um pouco a lei e gostaria de saber mais	8	5	13	39,39%
Conheço bastante a lei, mas gostaria de continuar aprendendo sobre o assunto	1	2	3	9,09%

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados coletados na aplicação dos questionários aos estudantes.

O resultado dessa pergunta mostra que, somando os 39,39% que “conhecem e gostariam de saber mais” com os 9,09% dos que “conhecem bastante e gostariam de continuar aprendendo” sobre a lei n° 11.645, alcança-se o total de 48,48%. Essa informação demonstra que há interesse no aprendizado da lei em discussão.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico Institucional (Colégio Pedro II, 2018), a instituição contribui para ofertar o que é proposto ao ensino da história e cultura indígena e afro-brasileira nos níveis fundamental e médio, onde, nas descrições das disciplinas de Artes, História, Sociologia e Educação Física, explicitam o trabalho com esse assunto, contribuindo, assim, para a “construção de uma sociedade antirracista, que leva em conta as diversidades e promove uma educação democrática” (Corenza, 2021, p. 223). Considerando a vontade dos estudantes, é

importante que a instituição continue investindo na proposta de discussão antirracista, descrevendo a oferta nas demais disciplinas que oferece.

O percentual dos estudantes que não conhecem e não têm interesse em conhecer é de 6,06%. Já 45,45% informaram que não conhecem, mas gostariam de conhecer. É provável que quem desconhece a lei não estivesse na aula nos dias em que o assunto foi abordado, ou tenha chegado com atraso (o que acontece com muitos), não percebendo do que se tratava.

Lembramos que os estudantes jovens e adultos são sujeitos já imbuídos de vivência educacional, política, econômica, social e cultural anteriores, e que, na prática pedagógica, precisam ser levadas em conta (Souza, 2023, p. 308). Muitas vezes a abordagem pode ter sido feita de modo que o estudante não percebesse do que se tratava por já vivenciar estas questões no cotidiano.

Tabela 6 – Disciplinas em que foi abordada a lei 11.645/08

Áreas de conhecimento	PASS 101	PASS 201	TOTAL	PERCENTUAL
Sim, nas disciplinas das áreas de Ciências da Natureza	3	2	5	12,82%
Sim, nas disciplinas das áreas de Ciências Humanas.	3	8	11	28,20%
Sim, nas disciplinas das áreas de Linguagens	1	2	3	7,69%
Sim, nas disciplinas específicas do curso de Assistente Administrativo.	12	4	16	41,02%
Não tive aula que trabalhasse o tema citado	1	3	4	10,25%

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados coletados na aplicação dos questionários aos estudantes.

A organização desta pergunta foi realizada por área de conhecimento, de acordo com o Projeto Político do Curso Assistente Administrativo do Colégio Pedro II (2022, p. 32), que integra três áreas de conhecimento do Ensino Médio e as disciplinas específicas da Educação Profissional do Curso de Assistente Administrativo. Optei por organizar por área de conhecimento em vez das 35 disciplinas para evitar opções longas e uma possível desistência do entrevistado.

Na Tabela 6, estão organizadas as disciplinas em Ciências da Natureza – Matemática, Física, Química e Biologia; Ciências Humanas – História, Geografia, Sociologia e Filosofia; Linguagem – Língua Portuguesa e Línguas Estrangeiras (que são o Inglês e o Francês); e Educação Física (na grade das disciplinas não constam as disciplinas de Literatura e Artes). As disciplinas específicas do curso são: Contabilidade Básica, Fundamentos da Administração (FAD), Marketing e Vendas, Administração de RH, Informática Aplicada e Inglês Técnico.

Ao todo foram 39 opções marcadas. Alguns estudantes marcaram mais de uma área de conhecimento, mostrando que a instituição busca trabalhar o ensino da história e cultura indígena e afro-brasileira em diferentes áreas. E a maior porcentagem ficou concentrada nas disciplinas específicas do curso de Assistente Administrativo, apontando as características das teorias pós-críticas de currículo, pois introduzem discussões sobre desigualdade social, gênero, feminismo, racismo etc. (Freire; Vieira, 2019). Ao ser desenvolvida nessas disciplinas, a proposta de trabalho através das leis 10.639/03 e 11.645/08 reflete o multiculturalismo e a diversidade cultural (hooks, 2013), e acaba por promover e reconhecer os diferentes grupos existentes nas turmas.

Tabela 7 – Participação de oficinas, palestra ou roda de conversa sobre história e cultura afro-brasileira

Quanto à participação dos eventos	PASS 101	PASS 201	TOTAL	PERCENTUAL
Não participei pois não soube desses eventos	8	6	14	42,42%
Não participei porque não tive interesse.	0	1	1	3,03%
Não participei pois o horário proposto pelo colégio não era compatível com o meu.	0	1	1	3,03%
Participei, mas não consegui assistir	1	2	3	9,09%

todo o evento devido ao horário proposto.				
Participei integralmente do evento.	8	6	14	42,42%

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados coletados na aplicação dos questionários aos estudantes.

Segundo a tabela, quase metade dos estudantes (48,48%) ainda não tinham conseguido assistir aos eventos propostos pela instituição (palestra, oficina ou roda de conversa). Destes, 42,42% disseram não ter participado por não ficarem sabendo, o que levanta a possibilidade de problemas na divulgação do evento. 51,51% informaram que assistiram.

Segundo a coordenação do curso de Assistente Administrativo, o período de greve foi bastante delicado para o funcionamento das aulas, e pode ter atrapalhado, inclusive, na divulgação de eventos. Alguns professores ofereceram atividades pedagógicas nesse período, com o objetivo de manter o vínculo dos estudantes, mas os tempos de aula ficaram espaçados e, com isso, o número de estudantes foi reduzido.

Quanto aos eventos extraclasse, sua importância pode ser de capacitar as pessoas a adquirir conhecimento que as leve além da experiência pessoal, e que elas provavelmente não poderiam adquirir se não fossem à escola (Young, 2014). Portanto, compartilhar ideias e experiências de vida ajuda a enriquecer o conhecimento e ampliar a percepção do mundo que se faz parte.

Tabela 8 – Possíveis situações de preconceito racial vivenciadas no local de trabalho ou estudo

Situações de preconceito racial vivenciadas	PASS 101	PASS 201	TOTAL	PERCENTUAL
Não, nunca presenciei e nem fui vítima	8	9	17	51,51%
Sim, já presenciei uma situação de preconceito racial.	2	6	8	24,24%
Sim, já fui vítima de preconceito racial.	4	1	5	15,15%
Sim, já presenciei e também já fui vítima de preconceito racial.	3	0	3	9,09%

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados coletados na aplicação dos questionários aos estudantes.

As questões levantadas na Tabela 8 servem para entender a experiência dos estudantes relacionada ao racismo, pois “a escola não é uma ilha. Ela possui um

entorno e dialoga com ele” (Da Silva, 202, p. 47). Como se trata de um público jovem e adulto, que já passou pela escola, com indivíduos inseridos no mercado de trabalho, alguns estudantes tiveram algo a dizer em relação a situações de preconceito e como se sentiram a respeito.

Os resultados da tabela mostram que 51,51% dos estudantes não passaram por esse tipo de situação no local de trabalho ou de estudo, mas ao somar quem já vivenciou com quem já presenciou, obtemos 48,48%. Ou seja, quase a metade dos estudantes entrevistados já presenciaram ou vivenciaram situações de preconceito racial. Isso reflete o que Almeida (2018, p. 38) alega sobre o racismo estrutural, quando este advém de comportamentos individuais e/ou institucionais onde o racismo é tratado como regra em vez de ser tratado como exceção, quer dizer, com normalização de ações que são criminosas. E isso significa que situações sobre preconceito não devem deixar de ser discutidas

Tabela 9 – Depoimento de treze estudantes sobre situações de preconceito racial

APELIDO	DEPOIMENTO
Charles	“Foi de pessoas da mesma cor.”
Coração	“Foram 2 situações bem diferentes, uma até achei engraçada. Na 1ª, conheci um rapaz que era recrutador. Uma vez ele me “mostrava” o perfil que uma presa pedia para a função de recepcionista o que estava frisado é que não poderia ser negra.”
Lica	“No antigo local de trabalho, meus ex-colegas de profissão ficavam me incomodando com piadas e falas desrespeitosas por eu ser de outro estado, onde falavam a todo tempo: “você mora numa oca, você tem jacaré de criação”, entre outras palavras”.
Beto	“Não no local de trabalho e nem de estudo, mas em outros locais, lojas de departamento e supermercados. Já fui vítima e presenciei diversas vezes”.
John	“Fui abordado dentro de um estabelecimento comercial por querer apanhar caixas de papelão e alegaram que eu estava roubando algo”.
Laury	“Sim, em lojas, tanto em loja de grife quanto em lojas populares. O simples

	fato de ser seguida pela segurança da loja, ou pela diferença de atendimento em lojas de grife”.
Lívia	“Já aconteceu de eu estar em uma loja e ficavam seguindo meu irmão”.
Mari	“Foi no supermercado, o funcionário ficou andando atrás de mim”.
M.G	“Tentaram da forma verbal me fazer sentir oprimido, pois estava sozinho. Apenas revidei no mesmo tom, se retiraram do local”.
ESTUDANTE 1	“Ouvi uma frase de uma amiga: “Que todo negro tem que andar munido ou portando RG, e que eu e meu filho éramos brancos e não negros como o seu neto”.
ESTUDANTE 2	“Suspeitar no supermercado por conta da cor da pele”.
Cris	“Na escola, quando era jovem no ensino fundamental.”
Ja	“Por ser dona de uma marca de acessórios que na maioria das vezes é organizado por pessoa de pele clara”.
Tete	“Uma mulher no metrô, dizia que dentro do metrô não era lugar dela, ou seja, de pessoas negras”.

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados coletados na aplicação dos questionários aos estudantes.

Alguns estudantes deram depoimentos sobre as situações de racismo vivenciadas. Outros perguntaram se poderiam relatar situações ocorridas em outros lugares. Concordei que relatassem, pois entendi que havia a necessidade de os estudantes desabafarem. Dos 33 estudantes, treze deram um depoimento. Muitos deles preferiram relatar situações que estão sofrendo no cotidiano ou que mais marcaram suas vidas. Nesse sentido, é importante destacar que “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir” (Ribeiro, 2023, p. 64).

Tabela 10 – Relação do estudante com o trabalho

Relação com o trabalho	PASS 101	PASS 201	TOTAL	PERCENTUAL
Sim, em trabalho formal.	4	4	8	24,24%
Sim, em trabalho informal.	2	3	5	15,15%
Sim, trabalho por conta própria.	0	1	1	3,03%
Não estou trabalhando atualmente, mas estou à procura	8	3	11	33,33%

de emprego.				
Não estou trabalhando no momento.	3	5	8	24,24%
Estou aposentado (a).	0	0	0	0

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados coletados na aplicação dos questionários aos estudantes.

Os resultados da Tabela 10 mostram que a maioria dos estudantes se encontra desempregada, que alguns estão à procura de um emprego e outros, no momento, estão apenas estudando. Esses dados estão em consonância com a pesquisa de Silva e Oliveira (2013), que dizem que “os/as educandos/as da EJA são, por exemplo, marcados/as não raro, pela instabilidade do trabalho” (147 e 148).

Os 15,15% dos estudantes que estão em trabalho informal, por não terem carteira de trabalho assinada, têm seus direitos trabalhistas — férias, décimo terceiro, licença maternidade, auxílio-doença, dentre outros — negados, estando em uma posição instável e precária (Silva; Oliveira, 2013, p. 148).

Alguns estudantes relataram as funções que exercem. Durante a aplicação dos questionários, foi possível perceber que muitos estudantes chegaram após o horário de início da aula, aparentemente cansados por causa do dia exaustivo. Quando soou o sinal informando que o jantar estava sendo servido, todos encaminharam-se ao refeitório, demonstrando preocupação em não perder a refeição. Como as aulas terminam às 22h10, essa seria possivelmente a última refeição do dia, e depois de uma jornada de trabalho de oito horas ou mais, seguida de quatro horas de estudos, fora o tempo gasto no trajeto de volta para casa, o estudante economizaria tempo e dinheiro com comida.

Tabela 11 – Atividades profissionais exercidas

APELIDO	Atividade
Lica	“Operadora de caixa”.
Beth	“Diarista”
John	“Auxiliar de cozinha”
Laury	“Dona de casa”
Mari	“Diarista”
Michelinha	“Auxiliar de serviços gerais”
Ninna Reis	“Trabalhar em lojas de roupas e eventos”.
ESTUDANTE 1	“Auxiliar Administrativo”
ESTUDANTE 2	“Marketing/Anúncios”
Bruna	“Assistente Administrativo”
Cris	“Cozinheiro”

Ja	“Sou responsável por uma marca de acessórios artesanais”
Lolô	“Doméstica”
Ma	“Cuidadora”
O Bom	“Atendimento”
Tete	“Camareira”
Gabriel	“Sou do almoxarifado”
ESTUDANTE 3	“Trabalho de doméstica”

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados coletados na aplicação dos questionários aos estudantes.

Pode-se perceber que os estudantes são trabalhadores que estão, ao mesmo tempo, buscando sobreviver e frequentando o curso de Assistente Administrativo no período noturno para buscar melhor qualificação profissional. Os Institutos Federais propõem o trabalho como princípio educativo para o preparo para o mundo do trabalho. A partir dos dados coletados, observa-se, contudo, que embora o Colégio Pedro II e os Institutos Federais proponham o trabalho como princípio educativo, na prática essa concepção ainda não se concretiza plenamente. Os estudantes do PROEJA, majoritariamente trabalhadores, vivenciam uma realidade em que a formação profissional enfrenta o desafio de equilibrar as exigências do mercado de trabalho com a perspectiva de uma educação voltada à emancipação e à transformação social. Assim, percebe-se que o ideal de articular o trabalho à formação integral, conforme preveem as diretrizes da educação profissional e tecnológica, ainda encontra limites nas condições materiais e estruturais da instituição, bem como nas próprias contradições do modo de produção capitalista, que subordina a educação às demandas do mercado.

Tabela 12 – Aponta as áreas que o estudante do curso de Assistente Administrativo pode exercer, segundo o Projeto Político de Curso Assistente Administrativo do Colégio Pedro II

FUNÇÃO	PASS 101	PASS 201	TOTAL	PERCENTUAL
Recursos Humanos	6	8	14	17,28%
Administração	12	9	21	25,92%
Contabilidade	3	4	7	8,64%
Logística	4	5	9	11,11%
Marketing e vendas	5	4	9	11,11%
Informática	4	3	7	8,64%
Atendimento	4	9	13	16,04%

ao público				
Outros		1	1	1,23%

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados coletados na aplicação dos questionários aos estudantes.

Nesta questão, foi perguntado: “Se você fosse Assistente Administrativo do seu trabalho ou do local de onde você gostaria de trabalhar, que função (ou funções) você gostaria de exercer?”, e o estudante, se desejasse, poderia optar por mais de uma área. Muitos estudantes marcaram mais de uma opção, outros marcaram todas; o total de marcações foi 81. Das áreas propostas pelo Projeto Político de Curso de Assistente Administrativo (2022), o cargo de administração foi o mais votado, seguido pela opção de recursos humanos e atendimento ao público. São áreas que, de certa forma, podem ter contato direto com o público, e por isso faz-se necessário preparar os estudantes para diferentes tipos de situações de discriminação que poderão presenciar, ou até mesmo, vivenciar. E, conforme o próprio Projeto Político do curso, é necessário formar trabalhadores críticos e aptos para desenvolver as mais variadas funções.

Tabela 13 – Interesses não contemplados pela formação de Assistente Administrativo

APELIDO	FUNÇÕES
Beto	“Marketing digital”
Luis	“O que aparecer para trabalhar”

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados coletados na aplicação dos questionários aos estudantes.

A Tabela 13 aponta outros interesses que os estudantes têm fora do que é proposto pelo Projeto Pedagógico do curso de Assistente Administrativo. Apenas dois estudantes se manifestaram. Um optou pela área de Marketing digital, que pode ser uma vertente da disciplina de Marketing e Vendas. E o outro estudante apenas relatou o desejo de ter um emprego, seja ele qual for. Este último relato apresenta reflexos da Tabela 10, a qual mostra que quase a metade dos estudantes pesquisados encontra-se desempregada. São estudantes que possuem interesses diferenciados. São trabalhadores e alguns estão à procura de emprego, muitos já são chefes de família que buscam nos estudos uma forma de melhorar de emprego.

Faz-se necessário considerar que ser estudante não é uma condição natural e espontânea para o jovem pobre que frequenta a escola. Ser estudante é uma das

características desse sujeito. Ele tem uma vida que abrange, além da escola, a família, o trabalho, o lazer, o namoro, a religiosidade, a sexualidade e muitas outras dimensões que pressupõem relações (Da Silva, 2021, p. 31).

É um público que precisa de um olhar diferenciado em seu atendimento, buscando projetos em que possam articular as disciplinas oferecidas com suas experiências de vida e, ao mesmo tempo, apontar a forma de como relacionar o aprendizado com aquilo que buscam na escola, que é a formação para almejar um emprego ou um outro emprego que supra suas necessidades em enquanto trabalhadores.

Tabela 14 – Contribuições do ensino da história e cultura afro-brasileira na formação do estudante.

OPÇÕES	PASS 101	PASS 201	TOTAL	PERCENTUAL
Não pode contribuir pois o tema é irrelevante.	1		1	3,22%
Pode contribuir parcialmente pois é um tema que envolve apenas uma parte da sociedade.	2	1	3	9,67%
Pode contribuir totalmente pois é um tema que envolve todos os setores da sociedade	12	15	27	87,09%

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados coletados na aplicação dos questionários aos estudantes.

A Tabela 14 diz respeito à contribuição que o ensino da história e cultura indígena e afro-brasileira pode trazer à formação dos estudantes. Dois estudantes preferiram não responder a esta questão, pois não saberiam como utilizar esse conhecimento. Vieira (2009) informa que esse é um dos problemas enfrentados pelos pesquisadores: pessoas resistem ou hesitam em responder a muitas perguntas que lhe são feitas pois, muitas vezes, exigem reflexões e requerem tomadas de decisões

em algumas respostas. Ao todo, foram 31 respostas, nas quais 87,09% dos entrevistados disseram que o ensino da Lei nº 11.645 pode contribuir totalmente para sua formação, uma vez que é um assunto que envolve todos os setores da sociedade, o que é reiterado pelas respostas da pergunta seguinte, que podem ser vistas na Tabela 12.

Tabela 15 – Temas que os estudantes gostariam que fossem discutidos na oficina

Assuntos étnico-raciais	PASS 101	PASS 201	TOTAL	PERCENTUAL
Reflexões étnico-raciais no trabalho	11	12	23	31,08%
Reflexões étnico-raciais no esporte, cultura e lazer.	7	8	15	20,27%
Reflexões sobre as cotas raciais	10	7	17	22,97%
Reflexões étnico-raciais no ensino.	8	11	19	25,67%

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados coletados na aplicação dos questionários aos estudantes.

A Tabela 15 apresenta os temas de interesse dos estudantes para uma oficina pedagógica voltada às relações étnico-raciais, e a pergunta permitiu que os participantes selecionassem mais de um tema, totalizando 74 escolhas. A maior preferência recaiu sobre “reflexões étnico-raciais no trabalho”, evidenciando a preocupação dos estudantes em se prepararem para situações no mundo do trabalho de forma consciente e crítica. Essa preferência possibilitou a elaboração de uma oficina que abordasse situações de racismo em diferentes setores da sociedade, promovendo uma abordagem que privilegia a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, estratégias que, conforme Castro *et al.* (2023), contribuem de maneira significativa para a compreensão do mundo contemporâneo.

As respostas dos estudantes orientaram a elaboração do material utilizado na oficina. Como a maioria deles relatou possuir pouca familiaridade com discussões étnico-raciais, iniciou-se a atividade com uma apresentação acerca do racismo estrutural, destacando sua enraizamento na sociedade e seu impacto na inclusão de

pessoas pretas, pardas e indígenas no mundo do trabalho. Uma dinâmica realizada para “quebrar o gelo” foi empregada para refletir sobre o papel dessas populações na sociedade, promovendo uma compreensão mais empática e crítica.

Dado que aproximadamente metade encontra-se desempregada e alguns desempenham trabalhos domésticos, foi necessário alertar para a questão do trabalho análogo à escravidão, uma problemática relevante, uma vez que muitos trabalhadores nesta área não recebem os direitos trabalhistas devidos. Essa abordagem visa conscientizar sobre riscos e as violações de direitos presentes em determinadas condições laborais.

A inclusão da temática indígena buscou evidenciar que, além do preconceito dirigidos aos afro-brasileiros, outras etnias, como os povos indígenas, também enfrentam discriminação na sociedade brasileira. A maioria dos estudantes se autodeclarou parda (36,36%), classificação que, segundo os critérios utilizados pelo Censo IBGE (2023), engloba indivíduos considerados “negras” devido a predominância de traços negros em sua composição racial, incluindo aqueles com miscigenação de raças (Camilo, 2023)¹⁷. Assim, a discussão sobre cotas raciais foi incorporada à oficina, uma vez que, conforme os dados da tabela 12, muitos estudantes aspiram a cargos de Assistente Administrativo e, ao compreenderem a importância e o funcionamento dessas políticas, poderão reivindicar esse direito quando necessário.

Por fim, a temática do racismo nos esportes foi abordada para demonstrar que, qualquer pessoa, independentemente de sua condição social ou financeira, pode ser vítima de discriminação racial. Essa abordagem reforça a ideia de que o racismo não é uma problemática exclusiva de populações marginalizadas economicamente. Além disso, essa escolha corrobora a preferência expressa na tabela 14, na qual a maioria dos estudantes considera o ensino da história e cultura afro-brasileira um tema de relevância, pois envolve todos os setores da sociedade.

¹⁷ CAMILO, Adriana Almeida. Que categorias o Censo IBGE utiliza para raça e cor?. In: **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDTF**, 17 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sementes-da-equidade/que-categorias-o-censo-ibge-utiliza-para-raca-e-cor>. Acesso: 15 jun. 2025.

3.3 A oficina

A análise do Projeto Político Pedagógico Institucional do Colégio Pedro II teve grande importância para orientar o planejamento da oficina pedagógica “Práticas de valorização das relações étnico-raciais na Educação Profissional: Construindo novos caminhos no curso de Assistente Administrativo a partir da Lei nº 10.639/03”.

Segundo os registros do Projeto Político Pedagógico Institucional do Colégio Pedro II, antes, planejava-se o ensino das relações étnico-raciais com base na lei 10.639/2003, que tratava da obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira”. De acordo com Lopes e Dionísio (2023, p. 296), a lei foi “um marco importante na história da educação brasileira empreendidas pelo Movimento Negro¹⁸”, pois foi resultado de anos de reivindicações.

A lei 11.645/2008 trouxe uma alteração importante, que também foi seguida pelo projeto pedagógico da instituição:

Com a nova alteração na legislação educacional em 2008 – a promulgação da Lei nº. 11.645, houve o acréscimo obrigatório da temática Cultura Indígena. Naquele momento, havia um duplo compromisso de política pública educacional para com as chamadas “minorias étnicas”. O Estado buscava uma espécie de reparação histórica pela via educacional, prevendo uma reversão nas inúmeras camadas de etnocídios presentes na história nacional (Lopes; Dionísio, 2023, p. 298).

Outro elemento que chama a atenção nesse documento é a proposta curricular. A instituição, ao se propor a desenvolver projetos de acolhida, atendimento à mulher e discussões étnico-raciais, tem elementos característicos da teoria pós-crítica (Freire; Vieira, 2019) que dialogam com “categorias de identidade, alteridade e diferença”. As atividades propostas aos estudantes que estão disponíveis no site da instituição são adaptadas à idade escolar deles, e todas elas em prol de um fim, que é o cumprimento do que é proposto no PPPI.

Durante cada etapa da oficina, foram identificadas as disciplinas a serem desenvolvidas e as habilidades que poderiam ser trabalhadas. Para definir essas

¹⁸ Lopes (2006, p. 114-115) define o Movimento Negro como “nome genérico dado, no Brasil, ao conjunto de entidades privadas empenhadas na luta pelos direitos de cidadania da população afrodescendente. Em uma visão mais restrita, a expressão diz respeito às organizações nascidas a partir do final da década de 1960 que se incluem dentro dessa denominação. No sentido amplo, entretanto, o Movimento Negro existe desde as confrarias e sociedades de auxílio mútuo constituídas, ainda na época escravista, com a finalidade de propiciar a alforria de seus membros; e passa por entidades como a Frente Negra brasileira, fundada em São Paulo em 1931, e pelas diversas organizações criadas em todo o Brasil, da década de 30 até a ditadura de 1964”.

habilidades, consultei o Projeto Político Pedagógico Institucional do Colégio Pedro II (2018), o Projeto Pedagógico do curso de Assistente Administrativo (2022) e a Bibliografia Básica Complementar do IFTO (2017)¹⁹, já que algumas habilidades específicas do curso estavam mais alinhadas com o documento do IFTO. Ressalta-se que, nos documentos consultados, as habilidades específicas referentes às disciplinas de formação específica são formuladas de forma mais abrangente e menos prescritivo, diferindo das disciplinas de formação geral²⁰, cujas habilidades estão pormenorizadas na Base Nacional Comum Curricular (Ministério de Educação, 2018), que orienta o desenvolvimento dos estudantes no Ensino Médio, sobretudo no trabalho com temáticas de relações étnico-raciais.

A abordagem pedagógica que busca promover uma formação crítica e inclusiva valoriza a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade como elementos essenciais para o desenvolvimento de sujeitos questionadores e conscientes de seu papel na sociedade. Segundo Castro e colaboradores (2023), essas abordagens podem se fundir, trazendo temas do cotidiano que estimulam a reflexão e o debate entre os estudantes. Bezerra (2013) reforça que é possível trabalhar simultaneamente disciplinas da formação geral e da formação profissional, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, a inclusão da Lei nº 10.639/03 pode fortalecer esse trabalho, especialmente quando abordada sob a perspectiva da pedagogia histórico-crítica. Para isso, os docentes podem realizar um levantamento prévio do conhecimento dos estudantes, por meio de questões, perguntas e informações,

¹⁹ O acesso a este documento pode ser feito no Google Drive com o link https://drive.google.com/file/d/1z47cP44OEz4j25WBnWSHTp-6pL5n6XBB/view?usp=drive_link. Acesso em: 15 set. 2025.

²⁰ Foram pesquisados os Projetos Políticos Pedagógicos de alguns dos Institutos Federais que disponibilizaram este documento no site como:
Instituto Federal do Rio Grande do Sul: https://ifrs.edu.br/alvorada/wp-content/uploads/sites/17/2021/12/Resolucao-019_2021-16_12_2021-APROVAR-o-Projeto-Pedagogico-do-Curso-de-Qualificacao-Profissional-em-Assistente-Administrativo.docx-mesclado.pdf;
Instituto Federal do Rio de Janeiro campus Niterói: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/Cursos%20M%C3%A9dio%20%7C%20T%C3%A9cnico/arquivo_completo_-_resolucao_no_66-2021_-_aprova_o_curso_fic_em_assistente_administrativo_integrado_ao_ensino_medio_na_modalidade_de_proeja_-_campus_niteroi.pdf;
Instituto Federal do Piauí: https://ead.ifpi.edu.br/pluginfile.php/56606/mod_page/content/17/PPC%20-%20Assistente%20Administrativo%20-%20EAD.pdf;
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense: <https://videira.ifc.edu.br/proeja/wp-content/uploads/sites/51/2020/11/PPC-PROEJA-Videira- 2.pdf>.

conforme Gasparin (2012, p. 23), permitindo uma abordagem mais contextualizada e significativa.

No planejamento de uma oficina pedagógica, essa metodologia foi pensada após a sugestão da banca de qualificação, que orientou a realização de uma atividade voltada às questões étnico-raciais. Inspirada em Candau (1999), busquei promover, através da oficina, a troca de experiências e opiniões, reconhecendo que a aprendizagem vai além da sala de aula e deve envolver a participação ativa dos estudantes na construção do conhecimento. A pedagogia histórico-crítica reforça essa ideia, destacando a importância de pesquisar e discutir temas relevantes com estudantes, promovendo uma educação mais inclusiva e reflexiva.

Para fundamentar a prática da formação integrada, que visa a formação de sujeitos críticos por meio da articulação entre disciplinas de formação geral e profissional, foram consultados documentos como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Brasil, 2012), as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Brasil, 2011) e o Documento Base (Brasil, 2007). Essas referências reforçam a importância de uma abordagem pedagógica que valorize a integração de conhecimentos e a reflexão sobre questões sociais, promovendo uma formação integral do sujeito.

A interação entre mim e os estudantes do curso também caracteriza esta pesquisa como qualitativa (Gil, 2010). De início, foi necessário fazer a preparação da oficina acompanhando os seguintes passos: apresentação pessoal, informar o objetivo do projeto; explicar sobre a Lei nº 10.639/03; explicar aos estudantes que é necessário desenvolver as atividades em equipe para estimular o debate e as reflexões.

Após a preparação, deu-se início a primeira etapa da oficina: “Refletindo sobre uma educação antirracista”, com o tema central “Educação e o racismo estrutural”, que tinha como propósito atender ao primeiro pressuposto para a formação integrada, que é desenvolver projetos que visem preparar os estudantes para enfrentar os problemas existentes na sociedade brasileira, para que possam vir a superar a divisão social de classes (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005). Em seguida, foram apresentados os vídeos “Combate ao Racismo nas Escolas”²¹, “O que é racismo estrutural?”²², “SAC

²¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UnCGNvNzWUU>. Acesso 15 maio 2025.

²² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=la3NrSoTSXk>. Acesso 15 maio 2025.

Quebrando: Privilégio Branco”²³ e “AD Junior explica como o racismo estrutural segrega negros no mercado de trabalho”²⁴. Entre um vídeo e outro, foram realizados debates para compreender quais opiniões eles tinham em relação ao racismo estrutural que está presente na sociedade brasileira.

Para fazer com que os estudantes das duas turmas interagissem entre si, foi feita uma dinâmica em que eles deveriam dar um passo à frente se conseguissem responder os nomes de médicos, dentistas, advogados, técnicos esportivos, professores e reitores do Colégio Pedro II, indígenas, pretos e pardos. Em seguida, foram feitas perguntas relacionadas a questões de preconceito racial: se já sofreram discriminação racial, se já foram parados pela polícia, se já foram seguidos pelo segurança na lojas, entre outras. Os dois estudantes que chegaram primeiro ganharam uma caixa de bombom, e os demais estudantes receberam um bombom. A tarefa dessa etapa da oficina foi informar os pontos positivos e os pontos que precisam ser melhorados na instituição em que estudam.

A etapa dois, intitulada “O trabalho”, que teve como tema central “Trabalho análogo à escravidão”, teve como objetivo discutir um problema social que é urgente, e vem sendo enfrentado principalmente por brasileiros pretos, pardos e indígenas. Os estudantes discutiram o que pode causar o trabalho análogo a escravidão e como combatê-lo. Como proposta de atividade, o grupo teve que criar uma campanha contra o trabalho análogo à escravidão e divulgá-la em dois idiomas. Antes disso, foram oferecidos a reportagem “Trabalho análogo à escravidão contemporâneo mantém identidade masculina e negra”²⁵, dos jornalistas Alexandre Nascimento e Rayllan Oliveira, a letra da música “Canto das três raças”²⁶, de Clara Nunes, o vídeo “Quem são os escravos no século XXI”²⁷, da VejaPontoCom e a leitura do Código Penal artigo 149, que estabelece penas ao crime de condição de trabalho análogo à escravidão.

A etapa três, “Cotas Raciais”, com o tema central “A questão das cotas raciais e a reflexão sobre a importância das etnias e reconhecimento dos povos originários”,

²³ Disponível em: https://youtu.be/2YC4f8Gl3jc?si=E0AcqUZ3qZThqi_E. Acesso 15 maio 2025.

²⁴ Disponível em: <https://youtu.be/umSghTVPq2k?si=Grd83qQU4jGV8MAB>. Acesso 15 maio 2025.

²⁵ Disponível em: <https://www.otempo.com.br/brasil/trabalho-analogo-a-escravidao-contemporaneo-mantem-identidade-masculina-e-negra-1.2826756#>. Acesso 15 maio 2025.

²⁶ Disponível em: https://youtu.be/4-aEd72WAe8?si=UJp_yeDZ_nUS5Lxq. 15 maio 2025.

²⁷ Disponível em: http://youtu.be/NT_iEj1A2HM?si=dqp9U8POda5Lp-p2l. 15 maio 2025.

gerou uma série de discussões, já que alguns estudantes acreditavam que as cotas seriam mais justas se fossem sociais, em vez de raciais. Outro grande debate desta atividade ocorreu após a montagem do quebra-cabeças sobre a localização das comunidades indígenas no Brasil, já que eles desconheciam a existência da maioria delas, além de encontrarem dificuldade para responder quais políticos ou artistas indígenas eles conheciam. Como atividade, foi proposto construir uma tabela com a informação das regiões do Brasil e a quantidade de comunidades indígenas presentes em cada uma delas. Em seguida, eles deviam se imaginar como Assistentes Administrativos da FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas), com a função de auxiliar na contratação de novos funcionários para fazer o censo dessas comunidades. Deveriam, então, incluir o sistema de cotas para essa contratação. Nesta atividade, foram utilizados o quebra-cabeças, o poema “Índio não sou”²⁸, de Márcia Wayna Kambeba, além da apresentação dos vídeos “AGU Explica – Sistema de Cotas Raciais”²⁹ e “COTAS raciais NÃO SÃO um favor!”³⁰.

A quarta e última etapa da oficina foi “Esporte, cultura e lazer”, com o tema central “Racismo no Futebol”. Foram discutidas as situações de preconceito racial que jogadores de futebol pretos têm passado dentro do campo em várias partes do mundo. Os estudantes observaram que essas cenas lastimáveis aumentaram nos últimos anos. Junto às discussões, foram apresentados os vídeos “Começo do futebol sob a sombra do racismo”³¹ e “CHEGA DE RACISMO! I Paródia Dona de Mim”³², que serviram de informação sobre o futebol no Brasil e o racismo nesse esporte, avaliando como podemos conscientizar as pessoas sobre esse crime. Como proposta de atividade, eles teriam que simular que são Assistentes Administrativos de uma empresa publicitária, e teriam que montar uma propaganda de combate ao racismo nos esportes.

²⁸ Disponível em: <https://tomaaiumpoema.com.br/504-marcia-kambeba-indio-eu-nao-sou-literatura-indigena/>. Acesso 15 maio 2025.

²⁹ Disponível em: https://youtu.be/gIrsv_AafHA?si=K55I0F3aYt5gybiC. Acesso 15 maio 2025.

³⁰ Disponível em: <https://youtu.be/qvjyu4AeA0I?si=TPWN12NmITuLk-uj>. Acesso 15 maio 2025.

³¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8z23WocuPmA>. Acesso 15 maio 2025.

³² Disponível em: <https://youtu.be/fW8Tp7E9iYM?si=dx2RtUDNaI9aF7xq>. Acesso 15 maio 2025.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 1ª Etapa da oficina – Refletindo sobre uma educação antirracista. Tema central: Educação e o racismo estrutural.

Figura 1 – Preparação para a oficina

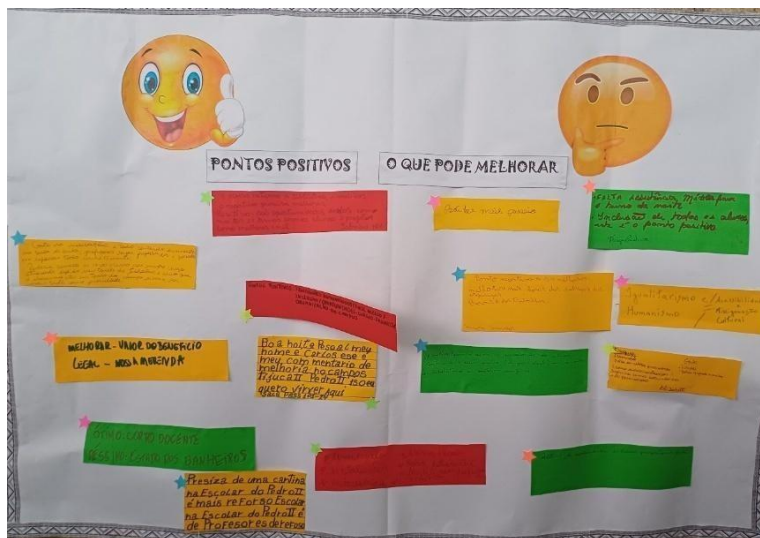


Fonte: Imagem produzida pela autora na realização da oficina (2024).

Foi feita uma dinâmica em que eles deveriam responder as perguntas sobre representatividade de pessoas pretas, pardas e indígenas dentro e fora do colégio. Alguns estudantes não conseguiram sair do ponto de partida e isso causou risos entre eles e elas, por perceberem a pouca representatividade de médicos, diretores escolares e técnicos da seleção brasileira de futebol e vôlei. Eles e elas perceberam que são espaços com poucas representações de pessoas pretas, pardas e indígenas.

A representatividade pode ser vista como forma de expressar interesses de um grupo. Ela “possui um sentido ideológico que atua na construção subjetiva identitária dos indivíduos que integram estes grupos” (Carvalho; Junior, 2023, p. 59 apud Bobbio, 1998). Isso não indica, como se acredita, uma falta de resistência ou interesse, mas sim a falta de acesso à representação, sofrida por pessoas pretas, pardas e indígenas. Não é que não se tenha falado, conforme (Kilomba, 2019, p.51), “o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas”.

Figura 2 – Refletindo sobre a instituição



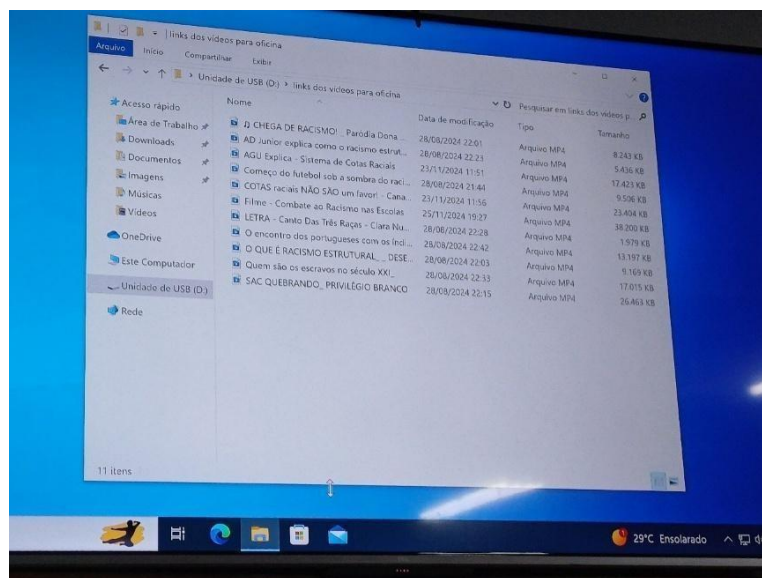
Fonte: Imagem produzida pela autora na realização da oficina (2024).

Por fim, eles deviam responder, por escrito, o que poderiam melhorar se fossem assistentes administrativos da instituição onde estudam. Muitos relataram que colocariam assistência médica no turno da noite, uma vez que este serviço só atende no diurno e estenderia o horário da biblioteca para mais tarde. Como pontos positivos, muitos relataram que são as aulas oferecidas pelos professores.

Essa informação revela surpresa, pois a ausência médica no turno da noite é vista como uma negação de direito básico, de acesso ao socorro médico em caso de urgência. Afinal, “chegamos” e não “podemos ficar” (Kilomba, 2019, p. 57 apud hooks, 1990, p. 148)? Isso expressa a sensação de limitação e exclusão que essa falta causa, considerando que a assistência médica deveria ser garantida a todos, independentemente do horário. Essa questão reflete uma preocupação de equidade e o direito de todos de usufruir dos atendimentos oferecidos pela instituição, sem restrições de horário.

4.2 2ª Etapa da oficina – O trabalho. Tema central: Trabalho análogo à escravidão.

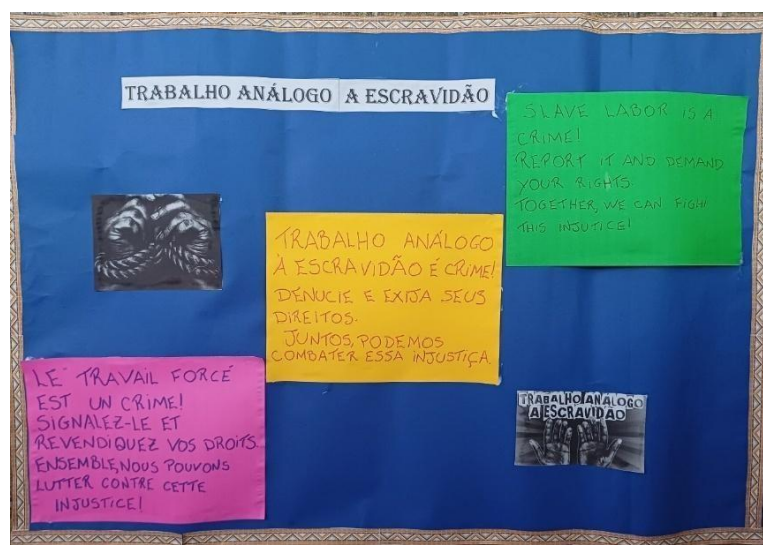
Figura 3 – Vídeos exibidos na oficina



Fonte: Imagem produzida pela autora na realização da oficina (2024).

Após a exibição do vídeo e da música “O canto das três raças”, perguntei que profissões gostariam de exercer após a conclusão do curso. Alguns cogitaram trabalhar como assistentes administrativos na instituição onde estudam. Lemos o artigo “Como no passado” coletivamente, e discutimos como o trabalho análogo à escravidão afeta a população. Os estudantes responderam que esta condição de trabalho está associada a baixa escolaridade e a pouca oferta de emprego.

Figura 4 – Trabalho análogo à escravidão



Fonte: Imagem produzida pela autora na realização da oficina (2024).

Uma estudante informou que é preciso intensificar campanhas contra o trabalho análogo a escravidão, e que, quando era criança, pouco via a sua mãe porque ela trabalhava em casa de família e tinha que dormir no emprego. Há uma estrutura de classe no Brasil que é dividida pelo patronato, ou seja, os empresários no qual a riqueza é estruturada na exploração econômica. A fala da estudante evidencia uma realidade marcada por relações de trabalho historicamente desiguais no Brasil. Embora o trabalho doméstico formal não se enquadre juridicamente como trabalho análogo à escravidão, a experiência relatada revela resquícios de práticas sociais e econômicas que remontam à lógica da servidão e da exploração, especialmente quando envolve jornadas extensas, ausência de direitos e a naturalização da subalternidade das trabalhadoras, em sua maioria mulheres negras.

Nesse sentido, o paralelo com o trabalho análogo à escravidão é válido como instrumento analítico, pois permite compreender as continuidades históricas da exploração da classe trabalhadora, particularmente nas ocupações associadas ao cuidado e ao serviço doméstico. Essas práticas evidenciam como as estruturas de classe e de raça ainda organizam o mundo do trabalho no país, reproduzindo desigualdades profundamente enraizadas desde o período escravocrata.

Assim, ao trazer essa reflexão para a oficina, promove-se uma consciência crítica sobre as condições materiais de existência e sobre a herança colonial que persiste nas relações sociais e laborais, em consonância com os pressupostos da pedagogia histórico-crítica, que busca articular o conhecimento escolar à realidade

concreta dos estudantes e às contradições do modo de produção capitalista. Os possíveis resultados dessa abordagem incluem o fortalecimento da consciência social dos estudantes, a redução de preconceitos e a formação de sujeitos mais críticos e engajados na luta contra o racismo e outras formas de opressão. Assim, a pedagogia histórico-crítica, ao promover debates abertos e a reflexão sobre temas relevantes, contribui para a construção de uma sociedade justa e igualitária, construindo cidadãos capazes de reconhecer e combater as desigualdades sociais.

4.3 3ª Etapa da oficina – Cotas raciais. Tema central: A questão das cotas raciais e a reflexão sobre a importância das etnias e reconhecimento dos povos originários.

Após a exibição dos vídeos, foi feita a leitura do poema “Índia não sou”. Discutimos o apagamento cultural da população negra e indígena vêm sofrendo. Um estudante lembrou-se do enredo da escola de samba Estação Primeira de Mangueira do ano de 2019, “História para Ninar Gente Grande”³³, que falou do apagamento social das pessoas negras.

Discutimos, ainda, a questão dos povos Yanomamis, que estavam morrendo devido à invasão de garimpeiros em suas terras e à contaminação das águas com mercúrio. Muitos relataram ter pouco conhecimento sobre as comunidades indígenas, e observaram que a representatividade indígena em espaços sociais é menor que a representatividade de pessoas pretas.

³³ Samba Enredo disponível no link <https://www.youtube.com/watch?v=JMSBisBYhOE> e a letra do samba disponível em <https://www.lettras.mus.br/mangueira-rj/samba-enredo-2019-historias-para-ninar-gente-grande/>. Acesso 15 maio 2025.

Figura 5 – Cotas raciais



Fonte: Imagem produzida pela autora na realização da oficina (2024).

A maior dúvida que eles e elas levantaram foi sobre as cotas raciais. Entendemos, aqui que: “As cotas raciais são para reparar todo atraso sofrido pelo povo negro ao longo da história” (Assis, 2015, p.18). Durante a oficina, alguns deles perguntaram se as cotas raciais eram justas e se isso não era um mecanismo de aumentar a discriminação racial. É o que Souza (1983) relata sobre discursos serem enraizados e encarados como algo normal. Uma estudante respondeu que as cotas raciais eram uma reparação histórica para repor os direitos que foram negados. Muitos concordaram em optar pelas cotas raciais, pois pretendiam prestar concurso público para vagas de assistente administrativo.

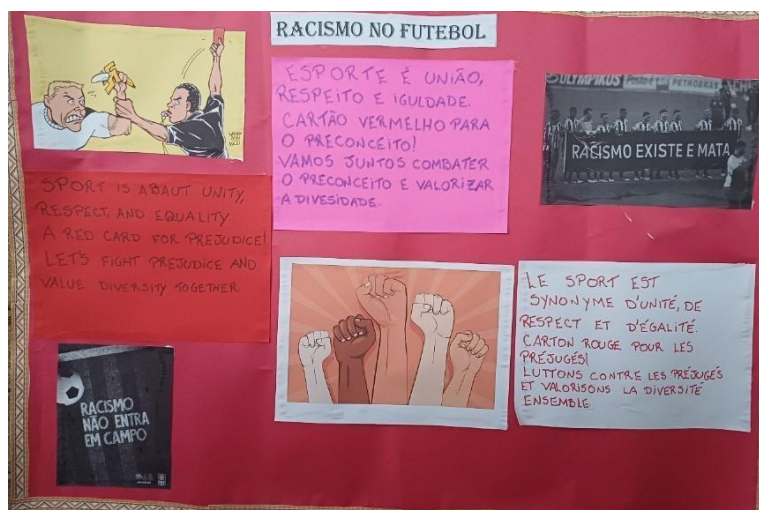
Assim, as discussões demonstram a compreensão de que as cotas raciais representam uma medida de justiça social e reparação histórica, essenciais para promover a equidade, o acesso às oportunidades e contribuir para a construção de uma sociedade justa. Ainda que haja opiniões divergentes, é importante reconhecer o papel dessas políticas na transformação das desigualdades estruturais e na valorização da diversidade racial.

4.4 4ª Etapa da oficina – Esporte, cultura e lazer. Tema central: Racismo no Futebol.

Antes de iniciar a exibição dos vídeos, perguntei se gostavam de futebol. A

maioria respondeu que sim, mas que não eram fãs, costumavam assistir aos jogos em época de Copa do Mundo. Após a exibição dos vídeos, discutimos os casos de racismo sofrido pelos jogadores, principalmente pelo jogador Vini Jr.³⁴ Uma estudante levantou a questão de que o jogador é famoso e rico, mas isso não foi o suficiente para que ele não fosse vítima de racismo.

Figura 6 – Racismo no futebol



Fonte: Imagem produzida pela autora na realização da oficina (2024).

Uma outra estudante levantou a questão da falta de respeito e de empatia dos torcedores (“que são criminosos”), que fazem esse tipo de coisa somente para se divertir. Já um outro estudante questionou: “será que eles não percebem a gravidade da situação?”. É o que Souza (1983) afirma, que o racismo faz parte de um contexto de domínio simbólico que serve para reafirmar as relações de poder, ou seja, por mais que uma pessoa preta ascenda financeiramente, para uma sociedade que carrega um discurso de racismo que está enraizado, ela será sempre um sujeito subalterno pelo simples fato de ter nascido preta.

É provável que a oficina tenha contribuído para que os participantes percebessem essas dinâmicas de poder e racismo estrutural. Ao discutir essas questões, a oficina ajuda a ampliar a compreensão sobre como o racismo funciona além do preconceito individual, mostrando que está ligado a sistemas e discursos que

³⁴ Links das reportagens sobre ataques raciais sofridas pelo jogador Vini Jr. <https://www.brasilefato.com.br/2023/05/25/racismo-contra-vini-jr-o-mundo-que-nao-deixou-o-preto-brilhar>, <https://agenciabrasil.ebc.com.br/esportes/noticia/2024-03/em-lagrimas-vini-jr-revela-menos-vontade-de-jogar-devido-racismo> e <https://exame.com/esporte/vini-jr-e-alvo-de-discriminacao-racial-por-torcida-do-atletico-de-madrid-antes-de-jogo-da-champions/>. Acesso 15 maio 2025.

precisam ser desafiados. Essa reflexão é fundamental para a formação de cidadãos mais conscientes, pois promove o entendimento de que a luta contra o racismo exige mudanças estruturais e não apenas ações isoladas. Assim, ao reconhecerem essas questões, os estudantes podem se tornar agentes de transformação social.

Perguntei a eles como fariam campanhas antirracistas no futebol. Muitos responderam que utilizariam as mídias digitais (Instagram, Facebook, TikTok) para ter mais alcance. Após a troca de ideias, foi proposto que confeccionassem cartazes para expor de forma visual suas opiniões. Os estudantes se reuniram para montar as informações nos cartazes, mas essa parte teve que ser feita rapidamente porque o tempo da oficina estava chegando ao fim e eles precisavam jantar. E, após a janta, teriam outra aula. Mesmo correndo contra o tempo nestes últimos minutos, eles ficaram satisfeitos com a experiência e perguntaram da possibilidade de ter outro encontro. Sobre a relação da oficina com a formação integral do sujeito, podemos dizer que ela contribuiu de várias maneiras. Ao proporcionar um espaço de reflexão, diálogo e troca de experiências, a oficina ajudou a desenvolver tanto os conhecimentos específicos quanto as habilidades socioemocionais, como empatia, escuta ativa e pensamento crítico. Assim, a oficina promoveu uma formação que vai além do aspecto acadêmico, contribuindo para o desenvolvimento de um sujeito mais consciente, crítico, ético e capaz de atuar de forma mais plena na sociedade.

4.5 Avaliação da oficina

A avaliação foi aplicada minutos antes da conclusão da oficina. Como já tinha soado o sinal indicando que o jantar estava sendo servido, a maioria dos estudantes levou o formulário para o refeitório, para preencher durante a refeição. Terminado o intervalo, eles e elas voltaram para a sala de aula e me entregaram a avaliação preenchida.

Após a aplicação da Oficina Pedagógica, pedi que respondessem ao questionário de avaliação do Produto Educacional. Esse questionário foi aplicado para verificar se o objetivo da pesquisa foi alcançado, ou seja, se ao integrar a educação profissional junto com discussões étnico-raciais pressupostas às leis 10.639/03 e 11.645/08, houve contribuições para a sua formação integral.

O questionário foi aplicado de modo presencial, mas também foi disponibilizado

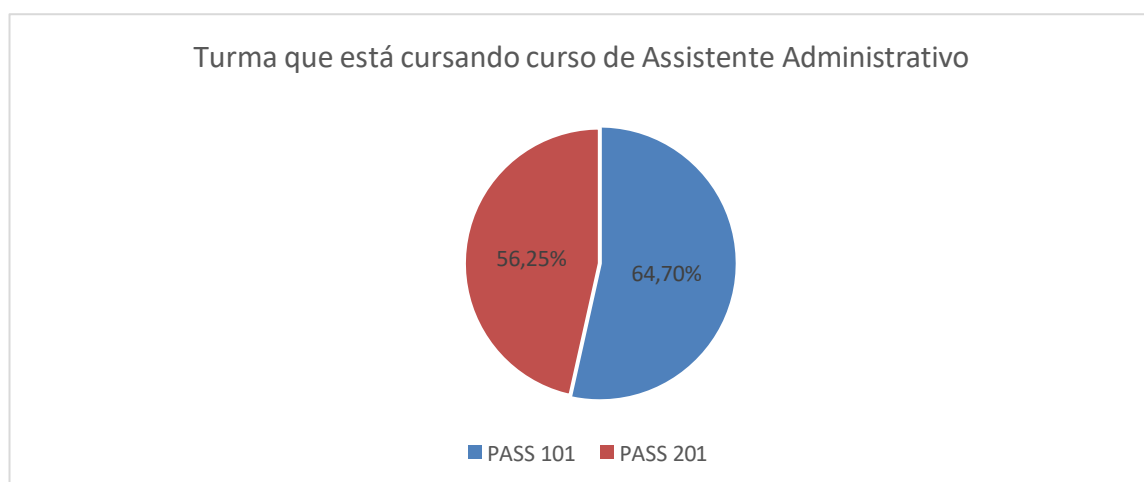
no Google Forms³⁵. Dos trinta e três estudantes que assinaram o TCLE (Termo de Consentimento Livre Esclarecido) concordando em participar da pesquisa, vinte estudantes (onze da turma PASS 101 e nove da turma PASS 201) participaram da oficina, e o questionário pós-oficina foi anexado ao questionário inicial. Então 64,7% da turma PASS 101 e 56,25% da turma PASS 201 participaram da oficina, sendo o total de 60,60% de estudantes que participaram da coleta de dados inicial.

Foram feitas dez perguntas, sendo que as duas primeiras eram apenas para repetir o nome e o apelido para facilitar o anexo ao documento anterior. Em seguida, havia seis questões de múltipla escolha e três discursivas (a questão sete apresentava a opção de escrever, se o estudante achasse necessário).

A realização da atividade aconteceu após o agendamento com a coordenação do curso e a divulgação do evento foi feita previamente e no início da atividade pelo aplicativo de mensagem WhatsApp, em um grupo que reúne estudantes, professores e a coordenação.

Os resultados serão apresentados por gráficos para entendermos melhor a troca de conhecimentos proporcionada.

Gráfico 2 – Perfil da amostra



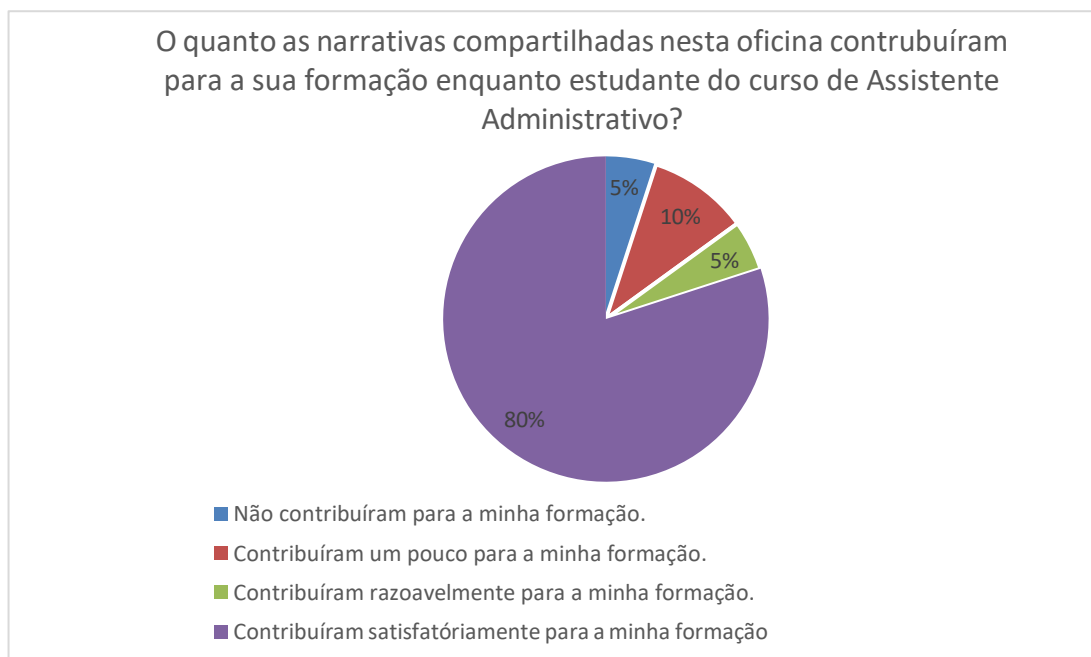
Fonte: Elaborado pela autora com os dados do questionário aplicados aos estudantes do PROEJA do curso de Assistente Administrativo.

A primeira pergunta da avaliação do produto educacional foi relacionada aos conteúdos apresentados na oficina e o quanto contribuíram para a formação de cada

³⁵ Formulário disponível em: https://docs.google.com/forms/d/1mG5jLP-IZnNP3IS4_SZYw0XhLk4c-7ltj9Vej_Fy-wq/edit#responses. Acesso 23 jan. 2025.

um enquanto estudante do curso de assistente administrativo. O resultado foi que 5% informaram que a oficina não contribuiu para a sua formação, 10% alegaram que houve pouca contribuição, 5% informaram que contribuiu razoavelmente e 80% informaram que contribuiu satisfatoriamente para a formação.

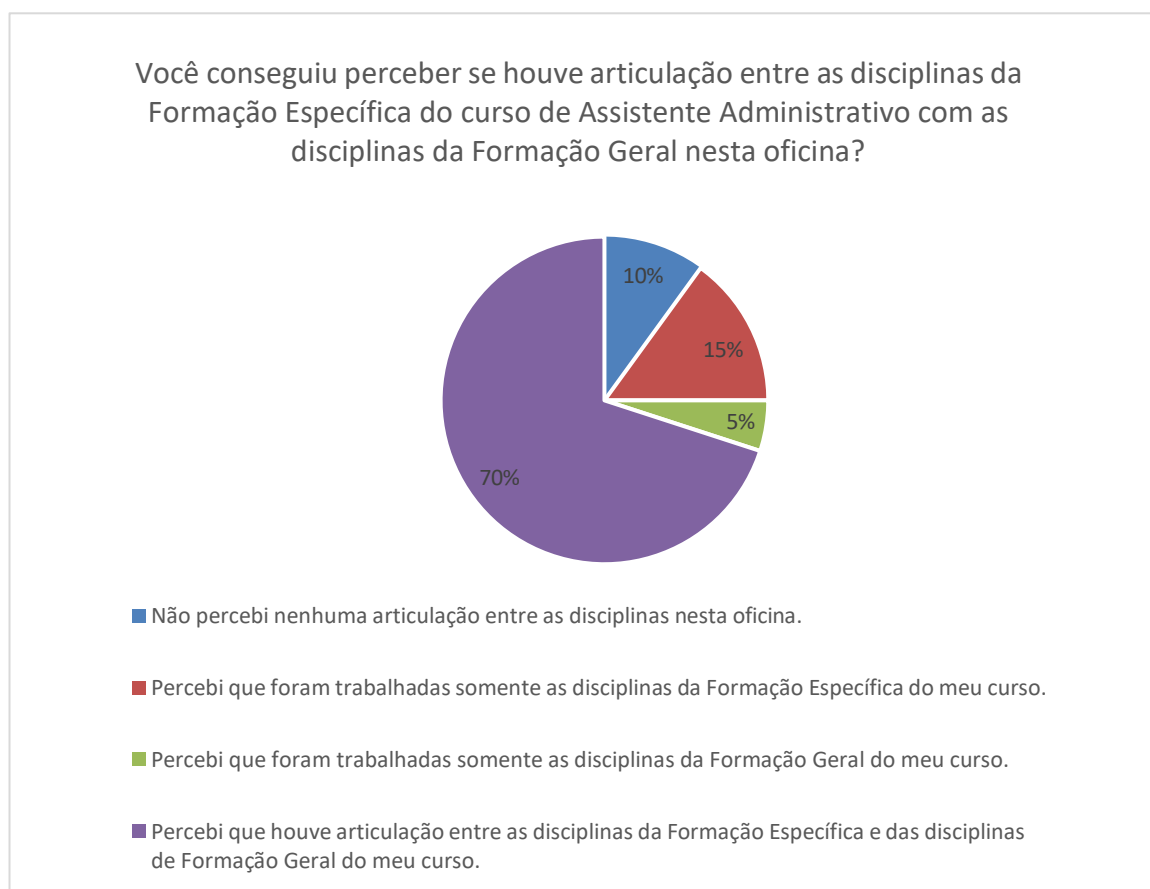
Gráfico 3 – As contribuições da oficina para a formação do estudante do curso de Assistente Administrativo



Fonte: Elaborado pela autora com os dados do questionário aplicados aos estudantes do PROEJA do curso de Assistente Administrativo.

A pergunta seguinte foi para compreender se o estudante conseguiu perceber a articulação entre as disciplinas da Formação Específica do curso de Assistente Administrativo com as disciplinas da Formação Geral, uma vez que a politécnica acontece na interdisciplinaridade. Esta pergunta obteve os seguintes percentuais: 10% informaram que não perceberam nenhuma articulação entre as disciplinas, 15% apontaram que perceberam que somente as disciplinas da Formação Específica foram trabalhadas, 5% perceberam que foram trabalhadas somente as disciplinas da Formação Geral e 70% responderam que houve a articulação entre as disciplinas de Formação Geral e as disciplinas da Formação Específica.

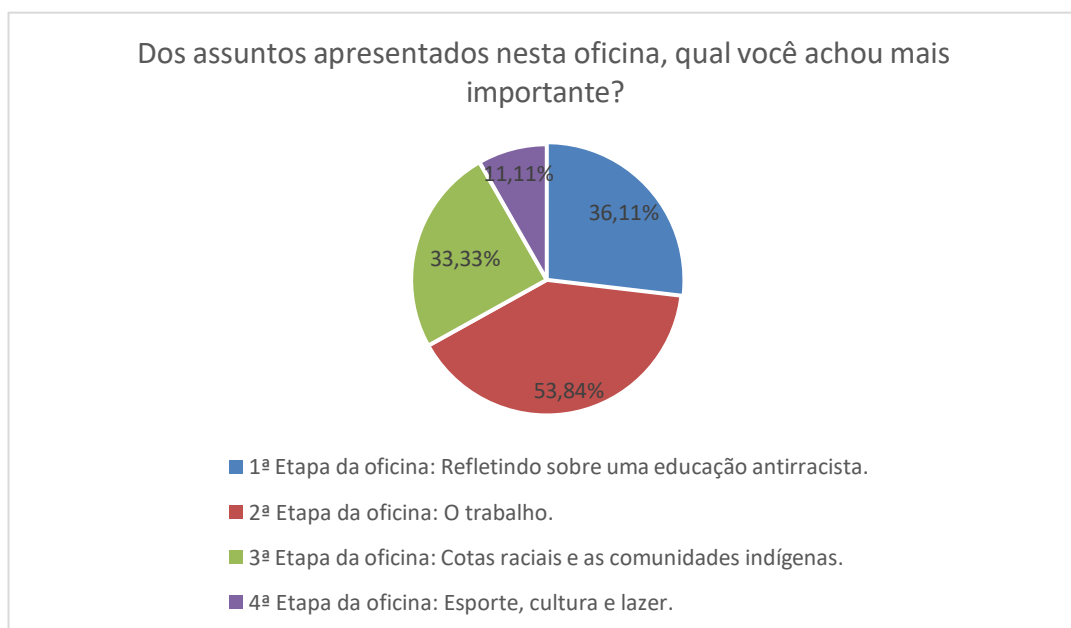
Gráfico 4 – Articulação entre as disciplinas da Formação Específica e da Formação Geral.



Fonte: Elaborado pela autora com os dados do questionário aplicados aos estudantes do PROEJA do curso de Assistente Administrativo.

A questão subsequente diz respeito à opinião deles sobre a importância dos assuntos abordados na oficina. O estudante poderia optar por um ou mais de um assunto se quisesse. Ao todo foram 36 marcações e o percentual será calculado em cima deste total. “Refletindo sobre uma educação antirracista” teve 36,11% dos votos, “O trabalho” recebeu 19,44% da votação, “Cotas Raciais e as comunidades indígenas conseguiu” 33,33% e “Esporte, cultura e lazer” recebeu 11,11% de votos.

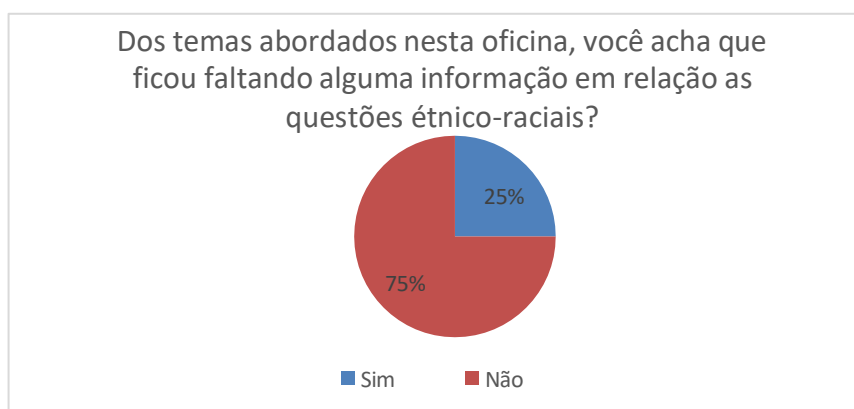
Gráfico 5 – O grau de importância dos assuntos apresentados na oficina.



Fonte: Elaborado pela autora com os dados do questionário aplicados aos estudantes do PROEJA do curso de Assistente Administrativo.

A questão seguinte buscou saber se o estudante sentiu falta de alguma informação que poderia ser trabalhada na oficina. 25% dos estudantes informaram que faltou informação, e 75% acreditam que todas as informações foram passadas.

Gráfico 6 – Algum assunto não foi trabalhado nesta oficina?



Fonte: Elaborado pela autora com os dados do questionário aplicados aos estudantes do PROEJA do curso de Assistente Administrativo.

Tabela 16 – Opinião dos estudantes acerca da falta de informações

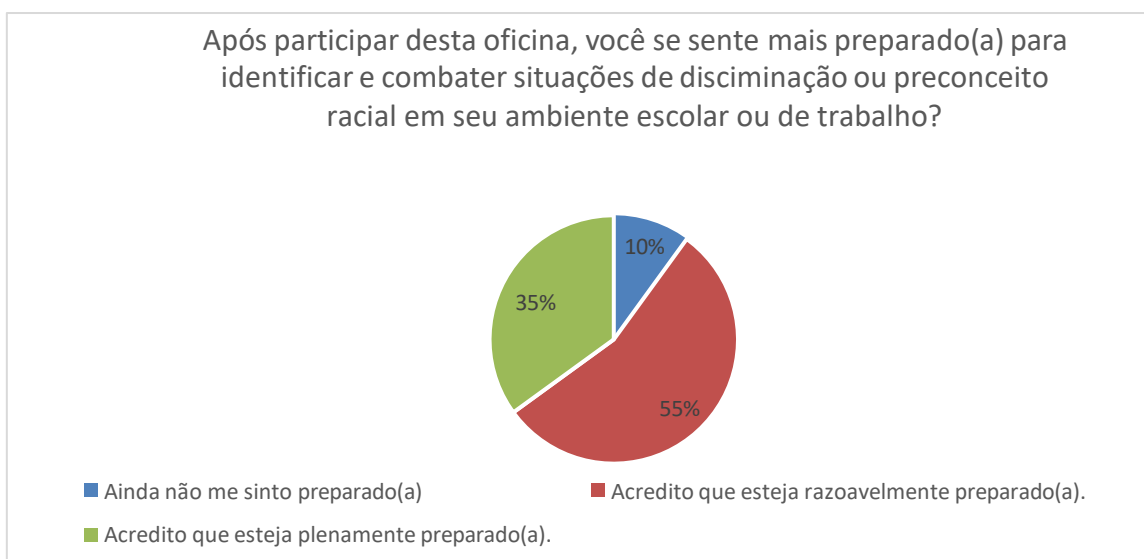
APELIDO	Quais informações faltaram
Charles	“Ou quais informação(ões)?”
Michelinha	“Cota e futebol.”
Estudante 5	“Precisamos de todo conteúdo sobre

	informações étnico-raciais que os professores possam aplicar, para acabar com o racismo.”
Vânia	“Qual o efeito do sistema de cotas: diminuiu, manteve o mesmo nível ou aumentou as situações envolvendo racismo em relação aos não brancos.”

Fonte: Elaborado pela autora com os dados do questionário aplicados aos estudantes do PROEJA do curso de Assistente Administrativo.

A questão seguinte foi para compreender se a partir dos assuntos debatidos na oficina os e as estudantes se sentem mais preparados(as) para identificar e combater situações de discriminação ou preconceito racial. 10% disseram que não se sentem preparados(as), 55% informaram que se sentem razoavelmente preparados(as) e 35% responderam que se sentem plenamente preparados(as).

Gráfico 7 – O quão preparado os estudantes estão para reconhecer e combater a discriminação e o racismo no ambiente escolar ou de trabalho.



Fonte: Elaborado pela autora com os dados do questionário aplicados aos estudantes do PROEJA do curso de Assistente Administrativo.

A penúltima questão pede sugestões de melhorias para outras oficinas de discussões étnico-raciais.

Tabela 17 – Sugestões de melhorias para outras oficinas de discussões étnico-raciais

ESTUDANTES	SUGESTÕES
Vania	“Ouvir alunos que se enquadrariam no

	sistema de cotas atuais. Pensar quais outras cotas seriam úteis/necessárias.”
Estudante 5	“O máximo de informações disponíveis em aulas como esse que tivemos”.
Michelinha	“Que todas se referem o racismo confundindo como eu posso me defender dessa forma. Para me defender”.
Charles	“Prioriza demais o sistema”.
Bibi	“Apresentar diferentes perspectivas sobre os temas, incluindo as de movimentos sociais”.
Lúcia Leroi	“É preciso de várias oficinas deste, pois nos esclarece bastante”.
Cris	“Debates antirracistas e preconceitos”.
Gabriel	“Mais debates”.
Tete	“Mais tempo”.
Lolô	“Curso de expansão de oportunidades”.
Mari	“Debater e falar mais sobre este assunto”.
Ninna Reis	“O tempo utilizado”
Beth	“Um tempo maior para a oficina”.
Lica	“No momento os conteúdos apresentados por ela estão maravilhosos”.
Beto	“Ações de conscientização da população em geral do combate ao racismo no país”.
M.G	“Abranger o conceito geral da discussão em relação ao dia a dia do curso que fazemos”.
Cristina	“Melhorar o tempo”.
Laury	-----
Larissa	-----
Luis	-----

Fonte: Elaborado pela autora com os dados do questionário aplicados aos estudantes do PROEJA do curso de Assistente Administrativo.

Alguns estudantes não quiseram deixar sugestões de melhoria para futuras oficinas. Muitos relataram a questão do tempo proposto para a atividade e outros sugeriram mais debates sobre o tema. A tabela 18 é referente à última questão, que pedia ao estudante para resumir em uma palavra o que a oficina representou.

Tabela 18 – Em uma palavra, o que a oficina representou para o estudante.

ESTUDANTE	PALAVRA QUE REPRESENTA A OFICINA
Vania	Excelente/Parabéns!
Estudante 5	“Arte”.
Michelinha	“Inclusão”.
Charles	“Prioridade em tudo”.
Bibi	“Ótima, satisfeita!”.
Lúcia Leroi	“Humanização, isso nos faz muito bem...”.
Cris	“Respeito”.
Gabriel	“Liberdade”.
Tete	“Excelente”.
Lolô	“Gratidão”.
Mari	“Futuro”.
Ninna Reis	“Boa”
Laury	“Representatividade”
Beth	“Interessante”.
Lica	“Dedicação e profissionalismo”.
Beto	“Aprendizado!”.
M.G	“Reflexão”.
Cristina	“Inclusão”.
Larissa	-----
Luis	-----

Fonte: Elaborado pela autora com os dados do questionário aplicados aos estudantes do PROEJA do curso de Assistente Administrativo.

Nessa última questão, dois estudantes optaram por não expressar em uma palavra o que a oficina trabalhada representou pessoalmente. Dos dezoito que responderam, apenas as palavras “respeito” e “inclusão” se repetiram. Esses depoimentos finais demonstram que os estudantes tiveram uma experiência positiva com a oficina.

Pelas respostas atribuídas nos questionários antes e depois da oficina, os estudantes sentem necessidade de que haja mais debates sobre questões étnico-raciais, e possuem muitas experiências para compartilhar.

A coordenação do curso do PROEJA divulga seus eventos através dos professores, que informam durante a aula e por meio do grupo de Whatsapp. Muitos estudantes não compareceram ao evento mesmo tendo aula após a oficina. Os que compareceram conseguiram participar, mesmo chegando após o início da atividade. Todos e todas contribuíram com exemplos de situações ocorridas na sociedade e com relatos de experiência pessoal. Segundo Freire (1996, p. 24), é fundamental que o processo de ensino e aprendizagem vá além da simples transferência de

conhecimentos, promovendo a criação de possibilidades para que os estudantes possam produzir e construir o seu próprio saber desde o início de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeitos ativos nesse processo.

Os que responderam, no questionário inicial, que tiveram aulas sobre questões étnico-raciais em apenas uma disciplina conseguiram perceber a presença das disciplinas da Formação Específica e da Formação Geral nas atividades propostas, mas ainda não se sentem plenamente preparados para reconhecer e combater o racismo. Discussões dessa natureza precisam ser constantemente debatidas para evitar que se expanda o preconceito racial.

A aplicação da oficina foi uma experiência importante. A troca de ideias com os estudantes antes, durante e depois possibilitou acrescentar novos assuntos que poderiam ter sido inseridos, como o samba enredo da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira “História para Ninar Gente Grande”, para falar sobre o apagamento histórico-social dos povos indígenas e afro-brasileiros, e poderia ter sido inserida também a questão das trabalhadoras que realizam a função de empregadas domésticas para falar do trabalho análogo a escravidão.

A abordagem descrita na oficina exemplifica a pedagogia histórico-crítica, uma vez que buscou promover uma formação integral do sujeito, ao integrar conhecimentos de diferentes disciplinas e estimular a reflexão crítica sobre questões sociais, como o racismo. Segundo Gasparin (2012), a pedagogia histórico-crítica valoriza o diálogo, o trabalho em conjunto e a reflexão para chegar a soluções das situações que foram propostas. Isso foi feito em atividades de como criar campanhas que combatam o trabalho análogo à escravidão e a campanha de conscientização sobre o racismo nos esportes, e também os cálculos feitos para as vagas de cotas. Permite-se, assim, que os estudantes se tornem sujeitos ativos na construção de seus conhecimentos.

Contudo, falar sobre racismo é um assunto que abre espaço para diferentes discussões e os depoimentos podem enriquecer o debate. Sem esquecer que a articulação das disciplinas da formação específica com as da formação geral foi trabalhada com sucesso. A transdisciplinaridade, juntamente da interdisciplinaridade, conceitos defendidos por Castro *et al.* (2023), são caminhos fundamentais para uma formação integral do sujeito. Essa integração permite que o estudante desenvolva uma percepção ampla do mundo, compreendendo as complexidades sociais e culturais, e se tornando capaz de atuar de forma consciente e crítica na sociedade.

Os possíveis resultados dessa abordagem incluem o fortalecimento da consciência social dos estudantes, a redução de preconceitos e a formação de sujeitos mais críticos e engajados na luta contra o racismo e outras formas de opressão. Assim, a pedagogia histórico-crítica, ao promover debates sobre temas relevantes, pode contribuir para criar uma sociedade mais justa e igualitária, formando cidadãos que conseguem identificar as desigualdades sociais e atuar para combatê-las.

5 Produto Educacional

Após a aplicação do questionário para investigar o perfil dos estudantes do curso de Assistente Administrativo e verificar a familiaridade quanto à temática das relações étnico-raciais pressuposta à Lei nº 10.639/03, foi criada, como produto educacional, uma oficina pedagógica intitulada “Práticas de valorização das relações étnico-raciais na Educação Profissional: Construindo novos caminhos no curso de Assistente Administrativo a partir da Lei nº 10.639/03”.

A partir das ideias de Mendonça e colaboradores (2022) acerca de produtos educacionais, entendemos que essa oficina está contido no contexto do ensino formal, uma vez que é aplicada em uma organização educativa oficial, que é o Colégio Pedro II, onde o ensino é estruturado por currículo, que objetiva o desenvolvimento do estudante e faz a emissão de certificado após a conclusão do curso (p. 3). Além disso:

Um produto educacional pode ser concebido, por exemplo, para ser utilizado diretamente por estudantes de forma autônoma; por meio de intervenção de um professor ou, em outro exemplo, para professores, com intervenção de um formador (Mendonça, *et al.*, 2022, p. 9).

Dessa forma, a aplicação da oficina intitulada “Práticas de valorização das relações étnico-raciais na educação profissional: construindo novos caminhos no PROEJA a partir da Lei nº 10.639/03” foi elaborada a partir da coleta de dados aos estudantes do curso de Assistente Administrativo das turmas PASS 101 e PASS 201, e após a pesquisa do Projeto Político Pedagógico Institucional (2018), do Projeto Pedagógico de Curso Assistente Administrativo (2022) e a Bibliografia Básica Complementar Assistente Administrativo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (2017). Assim, foram consultadas as habilidades de cada disciplina trabalhada na execução das tarefas pelos estudantes, de modo a fazer a articulação das disciplinas de formação geral com as disciplinas da formação específicas do curso. E também pode ser replicada, pois pode-se adaptá-la a diferentes níveis de ensino e diferentes contextos (Rizzatti *et al.*, 2020, p. 17).

A oficina apresenta discussões referentes a situações de preconceito racial em diferentes setores da sociedade, começando na estrutura, seguida pelo trabalho, passando pelo apagamento histórico-social e chegando ao esporte. Os recursos pedagógicos utilizados foram vídeos retirados do YouTube, artigo retirado em site governamental, uma música da MPB (música popular brasileira) e poesia. Além de

materiais como quebra-cabeças, fotos retiradas do Google Imagens, folhas, cartolinas, caneta esferográfica, papel, lápis, tesoura, borracha e caneta.

Esta oficina pode ser visualizada através do link https://drive.google.com/file/d/16ieCBsHj6nbbfh7kOQ42t3WjwcOR--mx/view?usp=drive_link.

5.1 Desenho do produto educacional

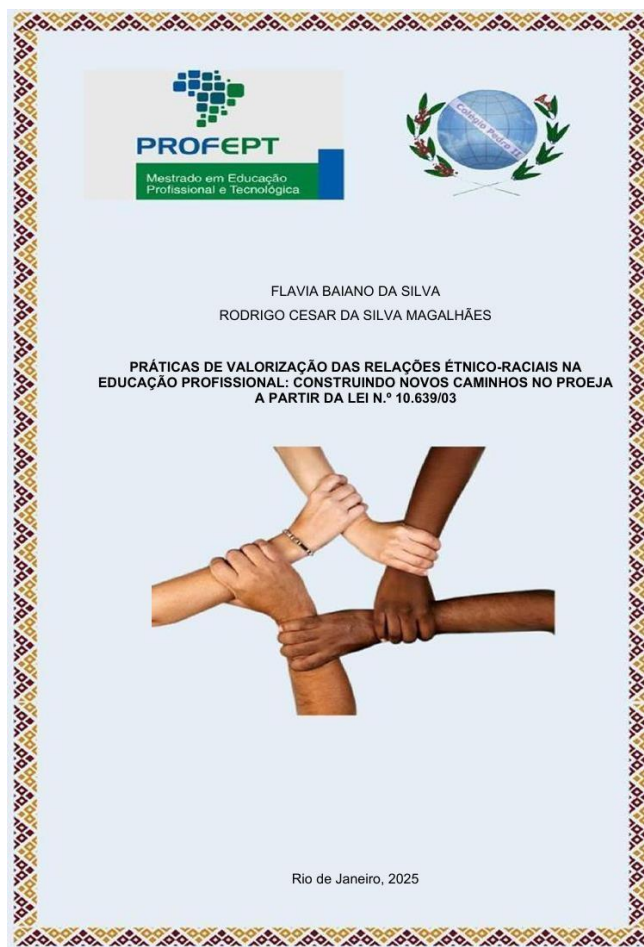
A oficina pedagógica “Práticas de valorização das relações étnico-raciais na Educação Profissional: Construindo novos caminhos no curso de Assistente Administrativo a partir da Lei nº 10.639/03” foi criada de forma gratuita, utilizando as ferramentas o Word para a escrita do texto, o Google Imagens para copiar imagens que foram utilizadas no trabalho e a plataforma Canva para fazer a arte. São ferramentas que possuem editores que orientam o usuário, e por isso não exigem conhecimentos aprofundados em desenvolvimento de projetos de design gráfico.

Serão apresentadas, nas páginas seguintes, as principais partes da oficina pedagógica elaborada como produto educacional.

5.1.1 Capa

A capa contém os nomes da orientanda e do orientador do trabalho, as logos do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica e do Colégio Pedro II, o título do produto educacional e uma imagem retirada do Google Imagens.

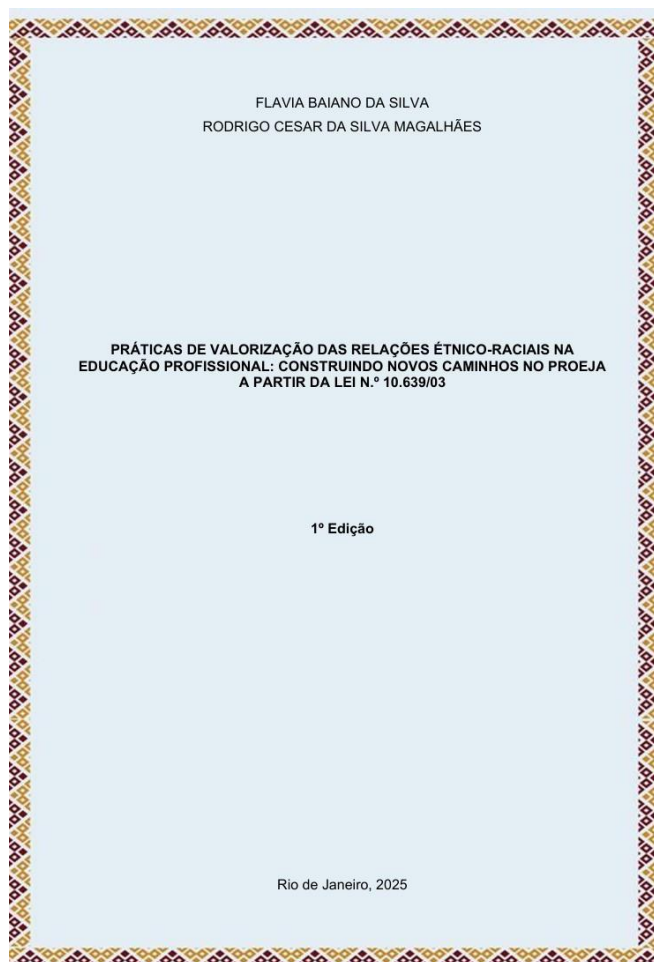
Figura 7 – Capa



Fonte: Imagem da oficina pedagógica “Práticas de valorização das relações étnico-raciais na Educação Profissional: Construindo novos caminhos no curso de Assistente Administrativo a partir da Lei nº 10.639/03”.

5.1.2 Contracapa

Neste trecho há o nome da instituição de mestrado, o título do produto educacional, o nome da orientanda, a cidade e o ano do trabalho.

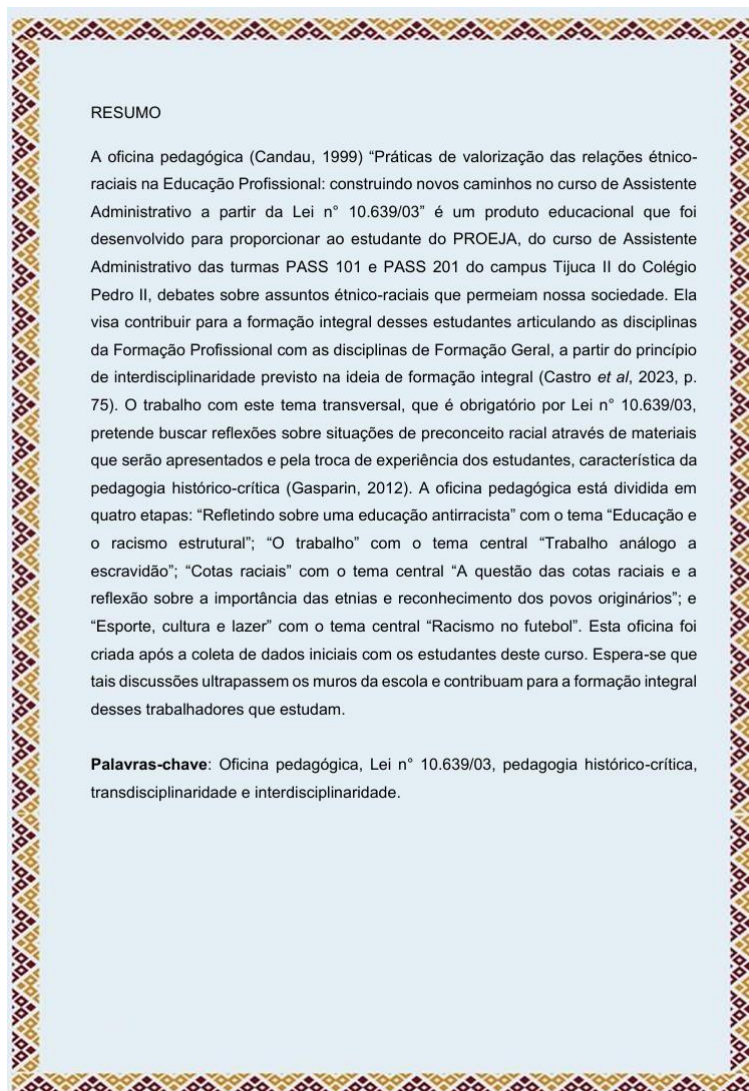
Figura 8 – Contracapa

Fonte: Imagem da oficina pedagógica Práticas de valorização das relações étnico-raciais na Educação Profissional: Construindo novos caminhos no curso de Assistente Administrativo a partir da Lei n° 10.639/03

5.1.3 Resumo

Resumo do que se trata o produto educacional.

Figura 9 – Resumo

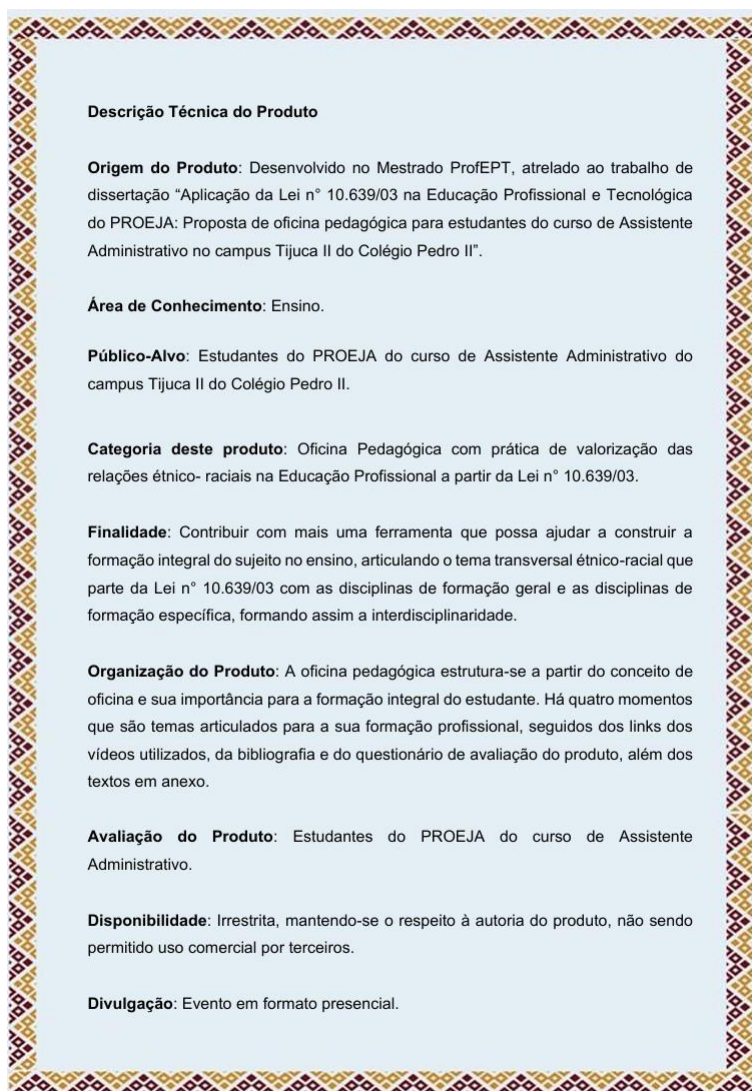


Fonte: Imagem da oficina pedagógica Práticas de valorização das relações étnico-raciais na Educação Profissional: Construindo novos caminhos no curso de Assistente Administrativo a partir da Lei nº 10.639/03.

5.1.4 Descrição Técnica do Produto

É feita a descrição do produto.

Figura 10 – Descrição Técnica do Produto



Fonte: Imagem da oficina pedagógica Práticas de valorização das relações étnico-raciais na Educação Profissional: Construindo novos caminhos no curso de Assistente Administrativo a partir da Lei nº 10.639/03.

5.1.5 Sumário

Informações sobre as páginas onde constam informações sobre o produto.

Figura 11 – Sumário

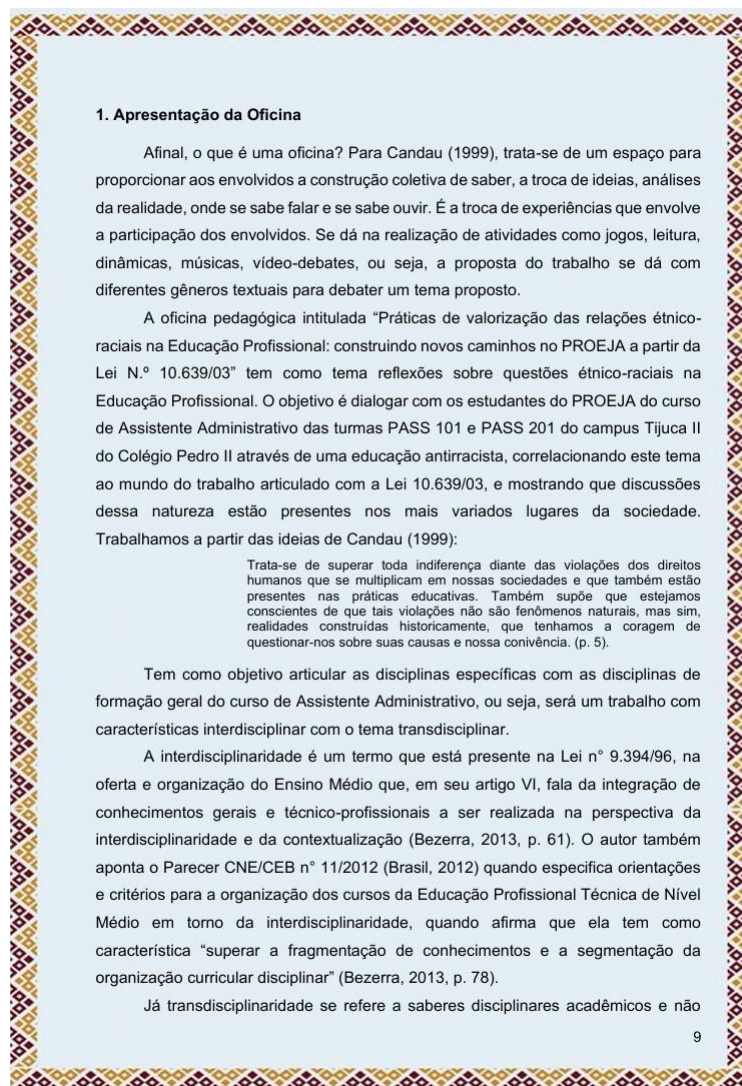
SUMÁRIO	
1. Apresentação da Oficina.....	7
2. Preparação da oficina.....	10
3. Etapas da Oficina.....	11
3.1 1ª Etapa da oficina: Refletindo sobre uma educação antirracista	15
3.2- 2ª Etapa da oficina: O trabalho	19
3.3- 3ª Etapa da Oficina: Cotas raciais	23
3.4- 4ª Etapa da Oficina: Esporte, cultura e lazer	28
3. Avaliação da Oficina.....	31
4. Considerações Finais.....	32
Referências Bibliográficas.....	33
APÊNDICE 1.....	37
APÊNDICE 2.....	40
APÊNDICE 3.....	41
APÊNDICE 4.....	42
APÊNDICE 5.....	43
APÊNDICE 6.....	44

Fonte: Imagem da oficina pedagógica Práticas de valorização das relações étnico-raciais na Educação Profissional: Construindo novos caminhos no curso de Assistente Administrativo a partir da Lei nº 10.639/03.

5.1.6 Apresentação da oficina

As três páginas seguintes falam sobre como será a oficina. Durante a apresentação da oficina, informei novamente aos estudantes as propostas que seriam trabalhadas. Foram apresentados vídeos que fazem abordagem sobre o preconceito racial que está presente nos diferentes espaços da sociedade, ou seja, o racismo, segundo Almeida (2018) é estrutural. É importante ressaltar que nas etapas da oficina, além de trabalhar questões étnico-raciais, foram levantadas reflexões sobre o papel deles como Assistentes Administrativos no atendimento ao público.

Figura 12 – Apresentação da oficina

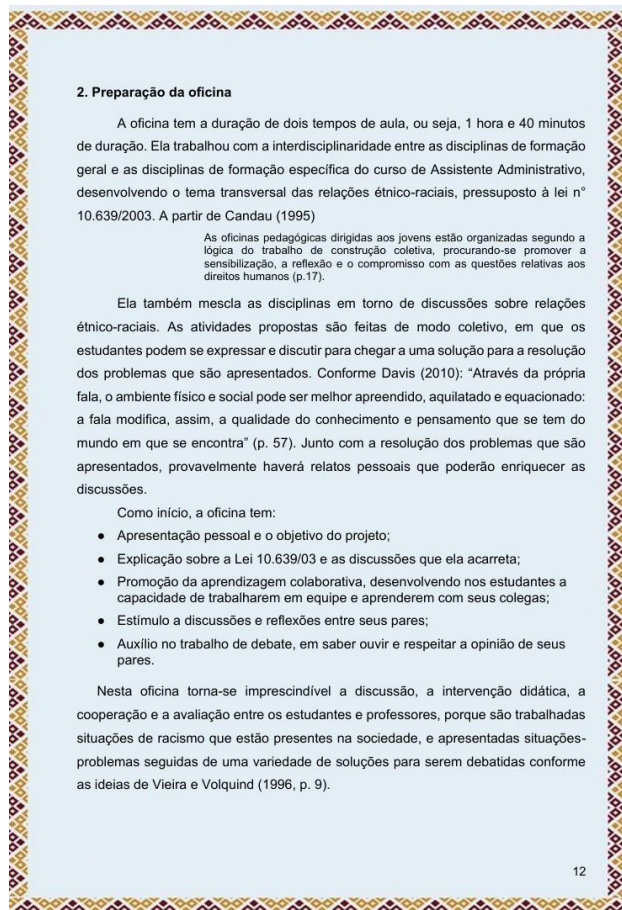


Fonte: Imagem da oficina pedagógica Práticas de valorização das relações étnico-raciais na Educação Profissional: Construindo novos caminhos no curso de Assistente Administrativo a partir da Lei n° 10.639/03.

5.1.7 Preparação da Oficina e Etapas da Oficina

Há uma descrição do tempo de duração e da execução e da apresentação da oficina aos estudantes. E nas etapas há informações de como a oficina será dividida e quais recursos materiais e didáticos serão utilizados.

Figura 13 – Preparação da Oficina



Fonte: Imagem da oficina pedagógica Práticas de valorização das relações étnico-raciais na Educação Profissional: Construindo novos caminhos no curso de Assistente Administrativo a partir da Lei nº 10.639/03.

Figura 14 – Etapas da Oficina

3. Etapas da Oficina

Ela é dividida em quatro partes: "Refletindo sobre uma educação antirracista" com o tema "Educação e o racismo estrutural"; "O trabalho" com o tema central "Trabalho análogo a escravidão"; "Cotas raciais" com o tema central "A questão das cotas raciais e a reflexão sobre a importância das etnias e reconhecimento dos povos originários"; e "Esporte, cultura e lazer" com o tema central "Racismo no futebol".

A tabela a seguir relaciona os recursos didáticos utilizados em cada etapa. Todos os links foram acessados no dia 23 de janeiro de 2025.

ETAPAS DA OFICINA	RECURSOS DIDÁTICOS: VÍDEOS, TEXTOS E MÚSICA.
1ª Etapa da oficina: Refletindo sobre uma educação antirracista	<p>Filme: Combate ao Racismo nas Escolas: https://www.youtube.com/watch?v=UnCGNvNzWUU</p> <p>O que é racismo estrutural? Desenhando: https://www.youtube.com/watch?v=la3NrSoTSXk</p> <p>SAC Quebrando: Privilégio Branco: https://youtu.be/2YC4f8Gj3jc?si=E0AcgUZ3qZThqi_E</p> <p>AD Junior entrevista ao Jornal da Cultura https://youtu.be/umSghTVPq2k?si=Grd83qQU4jGV8MAB</p>
2ª Etapa da oficina: O trabalho	<p>"Canto das três raças", de Clara Nunes: https://youtu.be/4-aEd72WAe8?si=UJp_yeDZ_nUS5Lxq</p> <p>Letra da música Canto das Três Raças: https://youtu.be/4-aEd72WAe8?si=UJp_yeDZ_nUS5Lxq</p> <p>Quem são os escravos no século XXI. da VejaPontoCom. http://youtu.be/NT_JEj1A2HM?si=dqp9U8POda5Lp-p2l</p> <p>Trecho do artigo no site O TEMPO Brasil: Trabalho análogo à escravidão contemporâneo mantém identidade masculina e negra (Alexandre Nascimento e Rayllan Oliveira): https://www.otempo.com.br/brasil/trabalho-analogo-a-escravidao-contemporaneo-mantem-identidade-masculina-e-negra-1.2826756#</p>

13

Fonte: Imagem da oficina pedagógica Práticas de valorização das relações étnico-raciais na Educação Profissional: Construindo novos caminhos no curso de Assistente Administrativo a partir da Lei nº 10.639/03.

5.1.8 1ª Etapa da oficina


A primeira etapa da oficina é denominada "Refletindo sobre uma educação antirracista", e tem como tema central educação e o racismo estrutural. As atividades tratam de representatividade, e trazem reflexões acerca da instituição onde está sendo realizada a oficina. Os principais recursos utilizados são os vídeos "Combate ao racismo nas escolas", "O que é racismo estrutural?", "SAC Quebrando: Privilégio Branco" e "AD Junior entrevista ao Jornal da Cultura".

Figura 15 – 1ª Etapa da oficina

estudantes poderão alcançar ao trabalhar com o ensino étnico-racial.

Após a aplicação da oficina, é entregue um questionário para compreender se os(as) estudantes se sentem mais preparados para enfrentar situações que podem encontrar no mundo do trabalho, e se conseguem perceber a presença das disciplinas que foram trabalhadas nas atividades propostas.

3.1 1ª Etapa da oficina: Refletindo sobre uma educação antirracista
Tema central: **Educação e o racismo estrutural**



Objetivo do projeto: Formar diálogos numa educação antirracista, correlacionando este tema ao mundo do trabalho, com base na Lei 10.639/03, e mostrando que discussões dessa natureza estão presentes nos mais variados lugares da sociedade. Ele tem como característica o primeiro pressuposto para a formação integrada, que é a proposta de formar um estudante preparado para enfrentar os problemas reais da sociedade brasileira, com o objetivo de superar o dualismo de classes (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p. 98).

Materiais a serem apresentados: Vídeo do YouTube: Filme - Combate ao Racismo nas Escolas.

O vídeo pertence a um projeto Cine Educação nas Redes apresentado pela

17

Fonte: Imagem da oficina pedagógica Práticas de valorização das relações étnico-raciais na Educação Profissional: Construindo novos caminhos no curso de Assistente Administrativo a partir da Lei nº 10.639/03


5.1.9 2ª Etapa da oficina

A segunda etapa da oficina é denominada “O trabalho”, e tem como tema central o trabalho análogo à escravidão. As atividades trazem discussões sobre o problema do trabalho análogo à escravidão e sua ligação com as questões raciais. Os principais recursos são a música “O canto das três raças” e o artigo “Trabalho análogo

à escravidão contemporâneo mantém a identidade masculina negra”.

Figura 16 – 2ª Etapa da oficina

3.2- 2ª Etapa da oficina: **O trabalho**
 Tema central: **Trabalho análogo à escravidão**



Fonte: Wikipédia. Os operários. Tarcila do Amaral (1933).

Objetivos: Apresentar um problema social urgente que vem sendo denunciado pelos meios de comunicação, que vem sendo enfrentado por boa parte dos brasileiros de maioria preta, parda e indígena, no qual o trabalho análogo a escravidão são consequências da necessidade de sobrevivência. E também preparar o estudante, enquanto trabalhador, em situações que envolvem preconceito e irregularidades trabalhistas. Tendo conhecimento das leis, ele poderá acionar a justiça para poder se defender e defender o seu próximo.

Compreender e discutir conceitos como trabalho escravo e do trabalho análogo a escravidão, mostrando que o negro e o pardo assim como indígena ainda são vítimas de escravidão.

Debater o conceito do que é o trabalho e a Lei nº 2848 que fala sobre o crime do trabalho análogo a escravidão.

20

Fonte: Imagem da oficina pedagógica Práticas de valorização das relações étnico-raciais na Educação Profissional: Construindo novos caminhos no curso de Assistente Administrativo a partir da Lei nº 10.639/03.

5.1.10 3ª Etapa da oficina

A terceira etapa da oficina é denominada “Cotas raciais”, e tem como tema central a questão das cotas raciais e a reflexão sobre a importância das etnias e

reconhecimento dos povos originários. Os principais recursos utilizados são o poema “Índio não sou” e os vídeos “AGU explica – cotas raciais” e “COTAS raciais NÃO SÃO um favor!”.

Figura 17 – 2ª Etapa da oficina

3.3- 3ª Etapa da Oficina: **Cotas raciais**

Tema central: **A questão das cotas raciais e a reflexão sobre a importância das etnias e reconhecimento dos povos originários.**



Objetivos: Apresentar aos estudantes que existem diferentes povos e culturas entre o que foi definido como “Índios” pelos colonizadores europeus no Brasil, de modo a ressaltar a importância da identidade étnica e cultural entre cada grupo de pessoas que a Lei 10.639/03 procura resgatar. Além disso, proporcionar ao estudante reflexões sobre preservar a memória dos povos originários e fazer um resgate histórico das pessoas que sofreram abusos físicos e psicológicos e que ainda hoje lutam para terem direito às suas terras.

Materiais a serem apresentados:

Vídeo no You Tube: “O encontro dos portugueses com os índios”.

Vídeo escolhido porque usa uma linguagem crítica sobre as primeiras impressões que os portugueses tiveram ao chegar em terras brasileiras.

Link: https://youtu.be/rAY242ABzsM?si=ZG_w5VMJSmDCbOjt

Poema: “Índio não sou”, de Márcia Wayna Kambéba.

Escolhido o poema para analisar as visões de mundo, conflitos de interesse,

26

Fonte: Imagem da oficina pedagógica Práticas de valorização das relações étnico-raciais na Educação Profissional: Construindo novos caminhos no curso de Assistente Administrativo a partir da Lei nº 10.639/03.

5.1.11 4ª Etapa da oficina

A quarta etapa da oficina é denominada “Esporte, cultura e lazer”, e tem como tema o racismo no futebol. Os principais recursos utilizados são os vídeos “Começo do futebol sob a sombra do racismo” e “Futparódias. CHEGA DE RACISMO”.

Figura 18 – 4ª Etapa da oficina

3.4- 4ª Etapa da Oficina: **Esporte, cultura e lazer**
 Tema central: **Racismo no Futebol.**



Fonte: Latuff, Jornal Su21.

Objetivos: Refletir sobre situações de racismo que os jogadores pretos têm passado, como a prática que vem crescendo nos últimos anos, o que isso representa para a sociedade e o que leva uma pessoa a praticar tal gesto.

- Vídeo - começo do futebol sob a sombra do racismo, com Maurício Murad – sociólogo. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=8z23WocuPmA>

A escolha do vídeo foi feita porque o sociólogo fala da chegada do futebol ao Brasil, sendo considerado um esporte elitista, racista e excludente. E questões como o racismo neste esporte só aumentou com o passar dos anos. O sociólogo ainda aponta como o racismo estrutural se encontra em diversas áreas da cultura, e por isso devemos estar cientes e combatê-los para ajudar a diminuir as diversas desigualdades e injustiças sociais.

Materiais a serem apresentados:

Vídeo no You Tube : Começo do futebol sob a sombra do racismo.
 O sociólogo Maurício Murad fala da chegada do futebol ao Brasil, sendo

29

Fonte: Imagem da oficina pedagógica Práticas de valorização das relações étnico-raciais na Educação Profissional: Construindo novos caminhos no curso de Assistente Administrativo a partir da Lei 10.639/03.

5.1.12 Avaliação da Oficina

Ao final da oficina, os estudantes receberam uma avaliação do trabalho para responder.

Figura 19 – 4ª Etapa da oficina, parte 4 e avaliação da oficina

	possuindo senso crítico nessa transferência" (Colégio Pedro II, 2018 p.29).
Matemática	"Avaliar a razoabilidade de um resultado numérico na construção de argumentos sobre afirmações quantitativas" (IFTO, 2017, p.118).
Contabilidade	"Ter condições de subsidiar de forma segura e eficaz os cálculos que ocorrem relacionados às finanças" (IFTO, 2017, p.147).
Fundamentos da Administração	"Conhecer a realidade organizacional e planejar sua atuação profissional através de novos modelos de gestão" (IFTO, 2017, p.145).

Fonte: A Autora, 2025

"Esta etapa da oficina permite que os estudantes colaborem juntos na confecção de materiais antirracistas no esporte fazendo uso de seus conhecimentos nas disciplinas estudadas no curso de Assistente Administrativo. Por isso será trabalhada a habilidade (EM13LGG303), que trata de debater questões polêmicas de relevância social, analisando diferentes argumentos e opiniões, para formular, negociar e sustentar posições, frente a análise de perspectiva distinta" (Brasil, 2018, p.493).

4. Avaliação da Oficina

Após a realização das atividades, recomenda-se a entrega de um questionário, para que os participantes da oficina possam responder o efeito que a oficina causou neles e nelas. Uma das questões levantadas é se eles e elas se sentem preparados para identificar e combater situações de discriminação racial, tanto no trabalho quanto nos estudos. Além disso, levantar informações sobre o que ficou faltando para que sejam preparadas outras oficinas, uma vez que, este debate precisa ser feito de modo constante.

Também recomenda-se questionar se os estudantes conseguiram reconhecer a interdisciplinaridade nas etapas da atividade, já que para haver a politécnica é

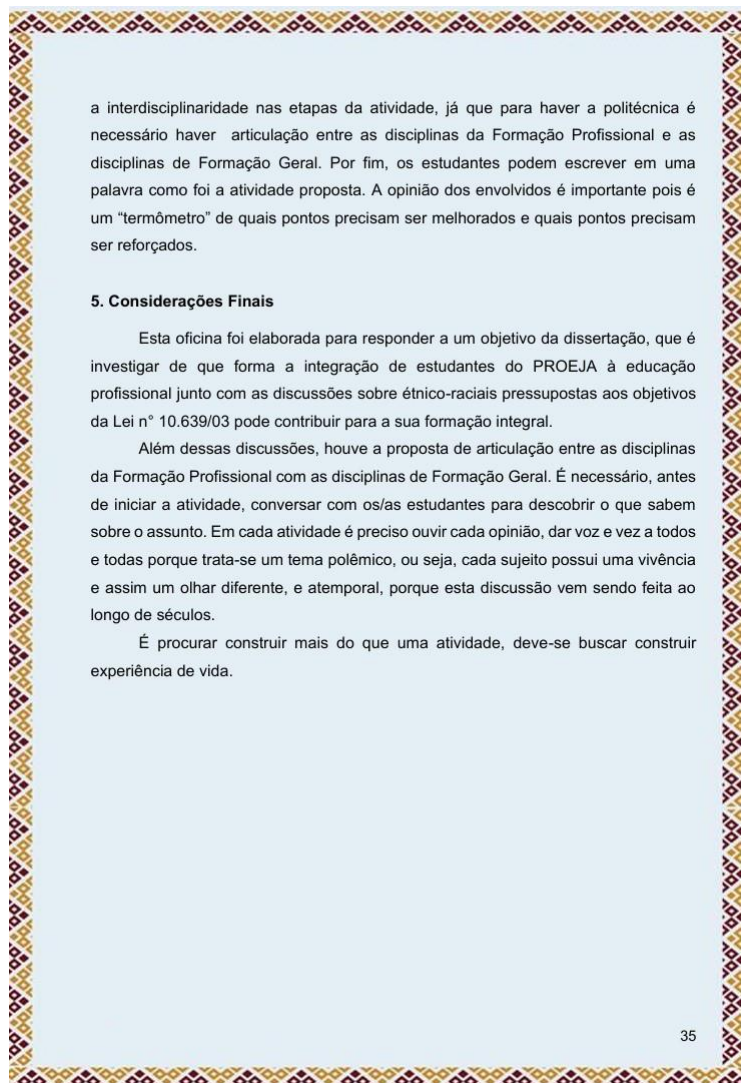
32

Fonte: Imagem da oficina pedagógica Práticas de valorização das relações étnico-raciais na Educação Profissional: Construindo novos caminhos no curso de Assistente Administrativo a partir da Lei nº 10.639/03

5.1.13 Considerações Finais

São feitas considerações sobre a realização da oficina.

Figura 20 – Considerações Finais



Fonte: Imagem da oficina pedagógica Práticas de valorização das relações étnico-raciais na Educação Profissional: Construindo novos caminhos no curso de Assistente Administrativo a partir da Lei nº 10.639/03.

5.1.14 Referências

Figura 21 – Referências

Referências Bibliográficas

AGU Explica – **Sistema de Cotas Raciais**. Publicado em 8 de mar. de 2018. Disponível em https://youtu.be/glrsv_AafHA?si=K5510F3aY15qvbiC. Acessado em 06/07/2024

BEZERRA, Daniela de Souza. **Ensino médio (des) integrado: história, fundamentos, políticas e planejamento curricular**. Natal (RN), 2013.

BRASIL. **Lei n. 10.639/03 de 9 de janeiro de 2003**. Brasília: Presidência da República, 2008.

Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

_____. Art. 1º O art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Altera o art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.803.htm. Acesso em: 01/02/2024

Canal History Brasil. **O encontro dos portugueses com os índios I Guia Politicamente Incorreto I HISTORY**. Publicado em 12 de nov. de 2020. Disponível em https://youtu.be/rAY242ABzsM?si=ZG_w5VMJSmDCbOit. Acessado em 05/02/2024.

Canal Preto. **COTAS raciais NÃO SÃO um favor!** Publicado em 27 de nov. de 2018. Disponível em <https://youtu.be/qvivu4AeA0I?si=TPWN12NmITuLk-uj>. Acessado em 06/07/2024.

CANDAUI, Vera Maria. **Oficinas Aprendendo e Ensinando Direitos Humanos**. Educação em Direitos Humanos: uma proposta de trabalho. Novameria/PUC-Rio, 1999.

CANDAUI, Vera Maria; SACAVINO, Susana Beatriz; MARANDINO, Martha; Maciel, Andréa Gasparini. **Tecendo a cidadania: oficinas pedagógicas de direitos humanos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

CASTRO, Argentina Mororó; ARAÚJO, Josélia Carvalho de; SOARES, Daniela Taumaturgo Dias; SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. Bases do Conhecimento, Dialética e as Premissas Interdisciplinares e Transdisciplinares na Educação. In: SOUZA, Francisco das Chagas Silva; COELHO, Marcelo Nunes; PONTES, Verônica Maria de Araújo. **Ensaio na educação básica, vol. 5: abordagens teóricas e práticas**. Natal: IFRN, 2023.

Cine Educação. Filme – **Combate ao Racismo nas Escolas**. Publicado em 31 de out. de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UnCGNvNzWUJ>. Acessado em 05/02/2024.

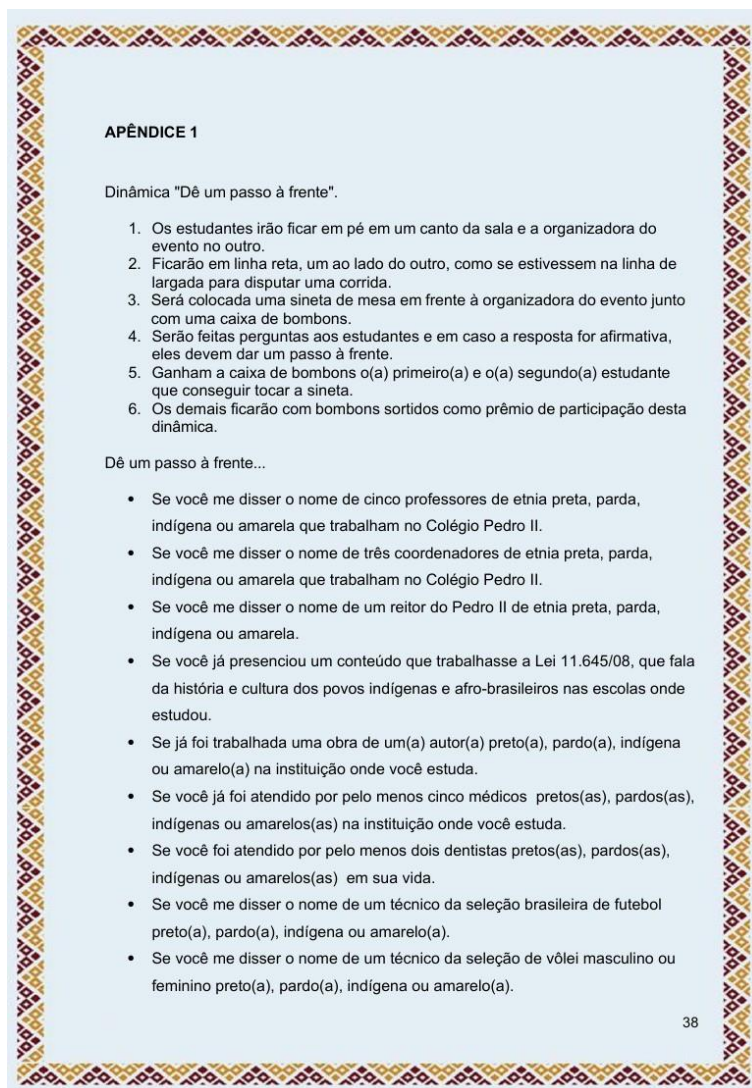
COLÉGIO PEDRO II. **Plano Político Pedagógico Institucional (PPPI) 2017-2020**. Rio de Janeiro. 2018. Disponível em

Fonte: Imagem da oficina pedagógica Práticas de valorização das relações étnico-raciais na Educação Profissional: Construindo novos caminhos no curso de Assistente Administrativo a partir da Lei nº 10.639/03

5.1.15 Apêndices.

São os materiais compartilhados com os estudantes durante a oficina.

Figura 22 – Apêndice 1: dinâmica utilizada na 1ª etapa



Fonte: Imagem da oficina pedagógica Práticas de valorização das relações étnico-raciais na Educação Profissional: Construindo novos caminhos no curso de Assistente Administrativo a partir da Lei nº 10.639/03.

6 CONCLUSÕES

Esta pesquisa teve como objetivo geral investigar de que forma a integração de estudantes do PROEJA à educação profissional, aliada às discussões sobre questões étnico-raciais previstas na Lei nº 10.639/03, pode contribuir para a formação integral desses jovens e adultos. Para isso, foi realizado um estudo nas turmas PASS 101 e PASS 201 do curso de Assistente Administrativo, no campus Tijuca II do Colégio Pedro II, buscando compreender como esses temas são abordados e a familiaridade dos estudantes com eles.

Os objetivos específicos envolveram compreender a proposta do projeto de ensino médio integrado e a criação do PROEJA, analisar a história do Colégio Pedro II e seu papel na oferta do Ensino Médio Integrado, além de examinar a importância da Lei nº 10.639/03 na valorização das culturas indígenas e afro-brasileiras na educação. Também foi caracterizado o perfil dos estudantes do PROEJA em relação ao conhecimento sobre questões étnico-raciais, e elaborada uma oficina transdisciplinar e interdisciplinar baseada na referida lei, com o intuito de promover debates e reflexões. Os questionários aplicados antes e após a oficina permitiram verificar a hipótese de que a articulação entre disciplinas da formação geral e específica, aliada a uma abordagem pedagógica pós-crítica, pode contribuir para uma formação mais integral e consciente desses estudantes.

A metodologia adotada, detalhada no capítulo 3, envolveu a interação direta com os estudantes, buscando ouvir opiniões, promover trocas de experiências e respeitar suas vivências. A oficina foi planejada para promover o aprendizado colaborativo, onde os estudantes puderam refletir sobre temas como racismo estrutural, trabalho análogo à escravidão, cotas raciais e racismo no esporte, sempre com o objetivo de ampliar sua compreensão e sensibilização sobre essas questões.

Ao longo do processo, verificou-se que a pedagogia histórico-crítica foi fundamental para criar um ambiente de diálogo, respeito e troca de experiências, contribuindo para o alcance dos objetivos propostos. A atividade reforçou a importância de que a escola seja um espaço de integração com a vida dos estudantes, suas famílias e seus trabalhos, promovendo uma formação que vá além do conteúdo acadêmico, formando cidadãos mais críticos e conscientes.

Após a realização das atividades, recomenda-se a aplicação de questionários de avaliação para compreender o impacto da oficina nos participantes, incluindo sua

percepção sobre a preparação para identificar e combater discriminações raciais, além de avaliar a compreensão da interdisciplinaridade na atividade. Essas avaliações são essenciais para aprimorar futuras ações e garantir que o debate sobre questões étnico-raciais seja constante e efetivo.

Por fim, a construção de experiências de vida, mais do que a realização de uma única atividade, deve ser o foco do trabalho pedagógico. A continuidade dessas ações, aliada ao diálogo aberto e ao respeito às diferentes vivências, contribuirá para a formação de estudantes mais críticos, conscientes e preparados para atuar na sociedade de forma mais justa e igualitária.

Dessa forma, pode-se afirmar que os objetivos específicos foram plenamente contemplados ao longo da pesquisa. Foi possível compreender a proposta do PROEJA e o perfil dos estudantes, bem como analisar a história e o papel do Colégio Pedro II na oferta do Ensino Médio Integrado. Além disso, os resultados evidenciaram a relevância da Lei n.º 10.639/03 na valorização das culturas afro-brasileiras, e ao mesmo tempo, em que permitiram caracterizar as experiências e o conhecimento dos estudantes sobre questões étnico-raciais. A realização da oficina pedagógica transdisciplinar e interdisciplinar possibilitou, ainda, promover reflexões significativas, o que tornou viável compreender os sentidos e significados atribuídos pelos estudantes às discussões propostas. Esses resultados reforçam a contribuição da pesquisa para a promoção de uma formação integral, crítica e consciente, em consonância com os princípios do PROEJA.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ASSIS, Leandro de. **O negro no Brasil**. Um histórico de desvantagens e a luta por reparação. 1ª edição. Rio de Janeiro: publicação independente (e-book).

BAKUNIN, Mikhail. **A Instrução Integral**. São Paulo: Editora Imaginário, 2003.

BEZERRA, Daniella de Souza. **Ensino médio (des)integrado: história, fundamentos, políticas e planejamento curricular**. Natal: Editora IFRN, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 22 ago. 2024.

BRASIL. **LEI Nº 6.545, DE 30 DE JUNHO DE 1978**. disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6545.htm. Acessado em 22/10/2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. **Lei n. 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Presidência da República, 2003.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>. Acesso: 14 de nov. de 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.478** de 24 junho de 2005. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5478.htm. Acesso em: 18 de jan. de 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.840** de 13 DE julho de 2006. <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejadecreto5840.pdf>. Acesso em 18 de jan. de 2024.

BRASIL. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. **Documento Base**. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf. Acesso em: 14 ago. 2024.

BRASIL. **Lei n. 11.645/08 de 10 de março de 2008**. Brasília: Presidência da República, 2008.

BRASIL. Lei **LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acessado em 22/10/2024

BRASIL. **Lei n. 12.677, de 25 de junho de 2012**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Implementação da História e das Culturas dos Povos Indígenas na Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação, 2015. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/diretrizes-operacionais-para-a-implementacao-da-historia-e-das-culturas-dos-povos-indigena-na-educacao-basica-em-decorrencia-da-lei-no-11-645-2008,d1546b73-a9b1-4123-ab36-e3b882d7e7c4>. Acesso: 14 de nov. de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**. Brasília: Ministério da Educação, 2024. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept>. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. Plataforma Nilo Peçanha. Indicadores de Gestão. Classificação Racial, Renda e Sexo. Disponível em <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVILWJjNzYtZWQwYjI2OThhYWY1IiwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVhYi1iYjU4LTgyYjJhMTUzNDhmZiJ9>. Acessado em 22/10/2024.

BRITO, Leonardo Leonidas de; ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de; AMORIM, Elizabeth de Jesus Moreira; REMÉDIOS, Sâmia Elene Lobato dos. O PROEJA no Colégio Pedro II: Trajetória e possibilidades para o êxito de uma educação profissional, politécnica e integral. **Revista Labor**, Florianópolis, v. 1, p. 123-148, 2020.

CANDAU, Vera Maria. **Oficinas Aprendendo e Ensinando Direitos Humanos**. Educação em Direitos Humanos: uma proposta de trabalho. Rio de Janeiro: Novameria/PUC-Rio, 1999.

CANDAU, Vera Maria; SCAVINO, Susana Beatriz; MARANDINO, Martha; Maciel, Andréa Gasparini. **Tecendo a cidadania**: oficinas pedagógicas de direitos humanos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

CARVALHO. Érika Loureiro; JUNIOR, Paulo Melgaço da Silva. Negro pelos negros: a importância da representatividade no cotidiano escolar. *In*: SOUZA, João José do Nascimento; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço; **Caminhos para uma educação antirracista**: teoria e práticas docentes. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2023.

CASTRO, Argentina Mororó; ARAUJO, Joselia Carvalho de; SOARES, Danielle Taumaturgo Dias; SANTOS, Jean Mac Cole. Bases do conhecimento dialético e as premissas interdisciplinares e transdisciplinares na educação. *In*: SILVA, Francisco das Chagas; COELHO, Marcelo Nunes; PONTES, Verônica Maria de Araújo. **Ensino na Educação Básica**: abordagens teóricas e práticas. Natal: IFRN, 2023.

CIAVATTA, Maria. Ensino Médio Integrado, a Politecnia e a Educação Omnilateral: por que lutamos? **Revista Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1. p. 187- 205, 2014.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. *Trabalho Necessário*, Niterói (RJ), n. 3, ano 3, 2008. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>. Acesso 10 abr. 2025.

COLÉGIO PEDRO II. **Político Pedagógico Institucional (PPPI), 2017-2020**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2018/JUL/PPPI%20NOVO.pdf>. Acesso em set. de 2023.

COLÉGIO PEDRO II. **Projeto Pedagógico de Curso Assistente Administrativo do Colégio Pedro II Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. PROEJA. 2022

CORENZA, Janaína de Azevedo. **Práticas curriculares antirracistas**: tema em discussão. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2021.

CORREIA, Divanez Alves; MALDANER, Jair José; CAVALCANTE, Rivadávia Porto. A Educação Profissional Tecnológica na Base Nacional Comum Curricular: concepções e contradições. **Revista Prática Docente**, Confresa, v. 5, n. 1, p. 563-581, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/rpd/article/view/618/286>. Acesso em: 12 jul. 2024.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil**: história, direito e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DA SILVA, Analise de Jesus. **Na EJA tem J**: juventudes na educação de jovens e adultos. Curitiba: Appris, 2021.

DAVIS, Claudia. **Psicologia na educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FAZENDA, Evani Catarina. **O que é interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Geiza Ferreira; VIEIRA, Demóstenes Dantas. Reflexões sobre currículo: das teorias tradicionais às teorias pós-críticas. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 6., 2019, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: CONEDU, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. **Política e educação**: ensaios. São Paulo: Cortez, 1993. (Coleção questões da nossa época; v. 23).

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino médio integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. (Coleção educação contemporânea).

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KASSICK, Clovis Nicanor. PEDAGOGIA LIBERTÁRIA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 32, p. 136-149, dez. 2008. Disponível em: https://fe-old.fe.unicamp.br/pf/fe/publicacao/5095/art09_32.pdf link: <https://we.riseup.net/assets/463950/A+pedagogia+Libert%C3%A1ria+na+Hist%C3%B3ria+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+Brasileira+Neiva+Beron+Kassick.pdf> Acesso em: 12 jul. 2024.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2003.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2003.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias do Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Carla; DIONÍSIO, Tiago. Por uma Educação Antirracista no ensino de História e Geografia: experiências teórico-metodológicas na Educação Básica. *In*: SOUZA, João José do Nascimento; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da. **Caminhos para uma educação antirracista**: teoria e práticas docentes. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2023.

MACHADO, Maria Margarida. Educação de jovens e adultos: Após 20 anos da Lei nº 9.394, de 1996. **Revista Retrato da Escola**, Brasília, v. 19, p. 429-451, jul./dez. 2016.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

MEDEL, Cássia Ravena Mulin de Assis. **Projeto Político Pedagógico: Construção e implementação na escola**, Editora Autores Associados, Campinas, SP, 2008.

MÉSZÁROS, Isván. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do Trabalho).

MINAYO, Maria Cecília de Souza, *et al.* **Avaliação por triangulação de métodos: abordagens sociais**. Rio de Janeiro. Fiocruz, 2005.

MORAES, Maria Cândida; BATALLOSO, Juan Miguel. **Transdisciplinaridade, criatividade e educação: fundamentos ontológicos e epistemológicos**. Campinas: Papiru, 2015.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MOREIRA, Antonio Flavio; SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2006.

MOURA, Dante Henrique. A integração curricular da educação profissional coma educação básica na modalidade de jovens e adultos (Proeja). **Cadernos de Pesquisa em Educação**, Vitória, v. 19, n. 39, p. 30-49, jan./jun. 2014.

MOURA, Dante Henrique. **Trabalho e formação docente na educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/editora/livros-para-download/trabalho-e-formacao-docente-na-educacao-profissional-dante-moura>. Acesso em: 12 jul. 2024.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

NEVES, Bruno Miranda. **O PROEJA no Colégio Pedro II: formação e qualificação docente em questão**. Rio de Janeiro: RPC Editora, 2015.

PASSOS, Joana Célia dos; SANTOS, Carina Santiago dos. A educação das relações étnico-raciais na EJA: entre as potencialidades e os desafios da prática pedagógica. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, e192251, 2018.

PEREIRA, Talita Vidal; OLIVEIRA, Roberta Avoglio Alves. Juvenilização da EJA como efeito colateral das políticas de responsabilização. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 29, n. 71, p. 528-553, ago. 2018.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/His%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. *In*: MOLL, Jaqueline (org.).

Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

REMÉDIOS, Sâmia Elene Lobato dos. **A evasão escolar no PROEJA: um estudo no Colégio Pedro II/Campus Centro.** 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2021.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil.** 2a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2023.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques *et al.* **Memória Histórica do Colégio Pedro II: 180 anos de história na educação do Brasil.** Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2018.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 12.ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2021 (e-book).

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da Politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde,** Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 131-152, mar. 2003.

SILVA, Edlamir Coelho da. **Estudantes mães: identidades no PROEJA.** 2022. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, Campus Olinda, Coordenação Local ProfEPT/IFPE - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, Olinda, PE. 2022.

SILVA, Jerry Adriani da; OLIVEIRA, Heli Sabino de. O mundo do trabalho e os/as educandos/as da educação de jovens e adultos-EJA: “é possível ter segurança nesse emaranhado de formas de viver?” **Revista Lugares de Educação,** Bananeiras/PB, v. 3, n. 5, p. 143-161, 2013.

SILVA, Gabriele Bonotto, FELICETTI, Vera Lucia. **Habilidades e competências na prática docente: perspectivas a partir de situações-problema.** Educação por escrito, Porto Alegre, v.5, n. 1, p. 17-29, jan.-jun. 2014.

SOUZA, João José do Nascimento; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da. **Caminhos para uma educação antirracista: teorias e práticas docentes.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2023.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. (Coleção Tendências; v. 4).

VIEIRA, Sonia *et al.* **Como elaborar questionários.** São Paulo: Atlas, 2009.

YOUNG, Michael. **Teoria do Currículo: O que é e por que é importante.** Cadernos de Pesquisa. v. 44, n. 151, p. 190-202, jan./mar.2014.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

Link para acessar o Produto Educacional oficina pedagógica “Práticas de valorização das relações étnico-raciais na Educação Profissional: construindo novos caminhos no curso de Assistente Administrativo a partir da Lei nº 10.639/03”

https://drive.google.com/file/d/16ieCBsHj6nbbfh7kOQ42t3WjwcOR--mx/view?usp=drive_link

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO COM OS ESTUDANTES DO PROEJA DO
CURSO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO DAS TURMAS PASS 101 E PASS
201.**

Prezado (a) Participante,

Meu nome é Flavia Baiano da Silva. Convido- o (a) a participar voluntariamente da pesquisa intitulada "A Lei nº 11.645/08 no curso de Assistente Administrativo da Educação Profissional e Tecnológica", que desenvolvo no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) no Colégio Pedro II. Sob a orientação do Prof. Dr. Rodrigo Cesar da Silva Magalhães. O objetivo da pesquisa é elaborar uma proposta de oficina que integre os estudantes do curso de Assistente Administrativo do PROEJA com o mundo do trabalho vinculadas as discussões étnico-raciais. Esta pesquisa é de cunho acadêmico, ou seja, as informações prestadas no decorrer da pesquisa são sigilosas e a sua participação é anônima. Esta pesquisa será apresentada em forma de dissertação do mestrado profissional. Na última questão reservo um espaço para o seu e-mail caso queira receber uma cópia dessa produção. Agradeço a sua colaboração, que deverá ser consentida no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Atenciosamente,

Flavia Baiano da Silva.

Questionário para estudantes do curso de Assistente Administrativo do campus Tijuca II do Colégio Pedro II.

1. Nome.: _____

2. Apelido (este vai para a pesquisa para garantir o seu anonimato):

3. Idade: _____

4. Gênero

() feminino

() masculino

() prefiro não declarar

5. Turma do curso de Assistente Administrativo que está cursando.

PASS 101

PASS 201

6. Como você se autodeclara?

Preto (a)

Branco (a)

Pardo (a) (mistura de cores ou etnias)

Indígena (Povos originários da América)

Amarelo (a)

Prefiro não declarar

7. Você conhece a Lei N° 11.645/08 que fala da obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos indígena e afro-brasileira?

Não conheço a lei e não tenho interesse em conhecer.

Não conheço a lei, mas tenho interesse em conhecer.

Conheço um pouco a lei e acho o que eu já sei é o suficiente.

Conheço um pouco a lei e gostaria de saber mais.

Conheço bastante a lei, mas gostaria de continuar aprendendo sobre o assunto.

8. Você já teve alguma aula que trabalhasse o tema da história e cultura indígena e afro-brasileira? Você pode escolher mais de uma opção, se desejar.

Sim, nas disciplinas das áreas de Ciências da Natureza.

Sim, nas disciplinas das áreas de Ciências Humanas.

Sim, nas disciplinas das áreas de Linguagens.

Sim, nas disciplinas específicas do curso de Assistente Administrativo.

Não tive aula que trabalhasse o tema citado.

9. Você já participou de alguma oficina, palestra ou roda de conversa oferecida pelo Colégio Pedro II que abordasse o tema da história e cultura indígena e afro-brasileira?

Não participei pois não soube desses eventos.

Não participei porque não tive interesse.

Não participei pois o horário proposto pelo colégio não era compatível com o meu.

- () Participei, mas não consegui assistir todo o evento devido ao horário proposto.
- () Participei integralmente do evento.

10. Alguma vez você presenciou ou foi vítima de uma situação de preconceito racial no seu local de estudo ou no local de trabalho?

- () Não, nunca presenciei e nem fui vítima.
- () Sim, já presenciei uma situação de preconceito racial.
- () Sim, já fui vítima de preconceito racial.
- () Sim, já presenciei e também já fui vítima de preconceito racial.

Caso tenha presenciado, poderia fazer um breve e relato de como aconteceu?

11. Atualmente você está trabalhando?

- () Sim, em trabalho formal.
- () Sim, em trabalho informal.
- () Sim, trabalho por conta própria.
- () Não estou trabalhando atualmente, mas estou à procura de emprego.
- () Não estou trabalhando no momento.
- () Estou aposentado (a).

12. Qual função você exerce em seu trabalho?

13. Se você fosse Assistente Administrativo do seu trabalho ou do local de onde você gostaria de trabalhar, que função (ou funções) você gostaria de exercer? Você pode escolher mais de uma opção, se desejar.

- () Recursos Humanos.
- () Administração
- () Contabilidade
- () Logística
- () Marketing e vendas
- () Informática
- () Atendimento ao público

() Outros

Caso escolha ação "outros", qual seria a função?

14. O quanto você acha que o ensino da história e cultura indígena e afro-brasileira pode contribuir para a sua formação?

() Não pode contribuir pois o tema é irrelevante.

() Pode contribuir parcialmente pois é um tema que envolve apenas uma parte da sociedade.

() Pode contribuir totalmente pois é um tema que envolve todos os setores da sociedade.

15. Se fosse proposto uma oficina pedagógica que abordasse assuntos étnico-raciais, que assunto você gostaria que fosse discutido? Você pode escolher mais de uma opção.

() Reflexões étnico-raciais no trabalho.

() Reflexões étnico-raciais no esporte, cultura e lazer.

() Reflexões sobre as cotas raciais.

() Reflexões étnico-raciais no ensino.

Esta pesquisa será publicada em forma de dissertação. Caso queira receber uma cópia da publicação, deixe seu e-mail neste espaço.

APÊNDICE C – TCLE ALUNO DO PROEJA – Parte 1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP/CPII



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – MAIORES DE IDADE

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa denominada A Lei 11.645/08 no curso de Assistente Administrativo da Educação Profissional e Tecnológica, realizada no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica ProfEPT / Colégio Pedro II e que diz respeito a um (a) dissertação de mestrado.

1. OBJETIVO: O objetivo do estudo é elaborar uma proposta de oficina que integre os estudantes do curso de Assistente Administrativo do PROEJA com o mundo do trabalho vinculadas as discussões étnicos raciais.

2. PROCEDIMENTOS: a sua participação consistirá em: responder a um questionário que poderá ser presencial ou via Google Forms, participar de oficina onde terá roda de conversa onde construir juntos atividades que integrem as práticas da educação profissional com a temas étnicos raciais. O registro da oficina será feito por meio de fotografias.

3. POTENCIAIS RISCOS E BENEFÍCIOS: Toda pesquisa oferece algum tipo de risco. Nesta pesquisa, o risco pode ser avaliado como mínimo, isto é, trata-se de uma aplicação de questionário individual, sem a intervenção ou modificação intencional dos fatores fisiológicos e sociais dos indivíduos que participarão do estudo. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em um possível desconforto por parte do participante no momento do contato com a pesquisadora, em que poderá ocorrer algum tipo de constrangimento em alguma pergunta do questionário. Objetivando minimizar esses riscos, serão assumidos compromissos relacionados à preservação da segurança e do bem-estar dos participantes, garantindo rigorosa preservação da privacidade, sigilo e anonimato das informações obtidas, assim como a proteção da imagem. Para que isso aconteça, os questionários serão realizados de maneira individual, assim como serão adotados codinomes para a identificação dos participantes, sem que haja nenhum tipo de divulgação dos nomes reais, nem mesmo as iniciais ou quaisquer outra forma que permita a identificação individual. Também será garantido aos participantes da pesquisa o direito de acesso ao teor do conteúdo do instrumento, ou seja, os tópicos que serão abordados antes de responder as perguntas. E em relação aos dados coletados, estes permanecerão em posse de apenas da pesquisadora que manterá os arquivos sob sua guarda e responsabilidade por um período de cinco anos. Após o término da pesquisa, terminado o prazo de arquivamento, todos os dados serão excluídos de forma permanente de qualquer registro de plataforma virtual, ambiente compartilhado ou “nuvem” de forma a assegurar o compromisso com a segurança dos dados. É garantido, também, o direito ao participante de pausar, interromper ou até mesmo desistir da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum tipo de penalidade ou prejuízo. Por outro lado, são esperados os seguintes benefícios da participação na pesquisa: a oferta de uma oficina que integre a educação profissional com a temática étnico racial que poderá contribuir para a formação integral dos estudantes do curso de Assistente Administrativo.

ATENÇÃO PESQUISADOR/A: Ao subestimar os riscos envolvidos em um estudo, o pesquisador não transmite as informações necessárias para que o indivíduo tome uma decisão autônoma sobre sua participação na pesquisa. A Resolução CNS nº 510/2016, Artigo 2º, Inciso III, define benefício da pesquisa como as “contribuições atuais ou potenciais da pesquisa para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida, a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado”, sem incluir benefícios ao/à pesquisador/a.

4. GARANTIA DE SIGILO: os dados da pesquisa serão publicados/divulgados em livros e revistas científicas. Asseguramos que a sua privacidade será respeitada e o seu nome ou qualquer informação que possa, de alguma forma, o (a) identificar, será mantida em sigilo. O (a) pesquisador (a) responsável se



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP/CPPII



compromete a manter os dados da pesquisa em arquivo, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

5. LIBERDADE DE RECUSA: a sua participação neste estudo é voluntária e não é obrigatória. Você poderá se recusar a participar do estudo ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. Se desejar sair da pesquisa você não sofrerá qualquer prejuízo.

6. CUSTOS, REMUNERAÇÃO E INDENIZAÇÃO: a participação neste estudo não terá custos adicionais para você. Também não haverá qualquer tipo de pagamento devido a sua participação no estudo. Fica garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, nos termos da Lei. **ATENÇÃO PESQUISADOR(A):** o Registro do Consentimento Livre e Esclarecido e/ou do Assentimento Livre e Esclarecido deve assegurar de forma clara e afirmativa a garantia de ressarcimento ao participante da pesquisa e a descrição das formas de cobertura das despesas realizadas pelo participante decorrentes da pesquisa, quando houver (Resolução CNS nº 510/2016, Artigo 17, Inciso VII). Solicita-se incluir no Processo de Consentimento Livre e Esclarecido e/ou de Assentimento Livre e Esclarecido, bem como no seu Registro, os possíveis gastos como seu reembolso (Resolução CNS nº 510/2016, Artigo 2º, Inciso XXIV).


7. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS, CRÍTICAS, SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES: você receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a outra ficará com o(a) pesquisador(a). Caso você concorde em participar, as páginas serão rubricadas e a última página será assinada por você e pelo(a) pesquisador(a). O(a) pesquisador(a) garante a você livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Você poderá ter acesso ao(a) pesquisador(a) Flavia Baiano da Silva pelo telefone (21) 97687-0755 ou pelo e-mail: fbaiano2003@yahoo.com.br. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Colégio Pedro II (CEP/CPPII), situado no Endereço: Campo de São Cristóvão nº 177, prédio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC), sala 202-B – São Cristóvão – Rio de Janeiro, CEP 29921-903, pelo telefone: 21 3891-0020 ou pelo e-mail: cep@cp2.g12.br

CONSENTIMENTO

Eu, _____ li e concordo em participar da pesquisa.

Assinatura do(a) participante	Data: ___/___/___
-------------------------------	-------------------

Eu, Flavia Baiano da Silva obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do(a) participante da pesquisa.

 <small>Documento assinado digitalmente</small> FLAVIA BAIANO DA SILVA <small>Data: 17/06/2024 06:06:55 -0300</small> <small>Verifique em https://validar.it.gov.br</small>	Data: 16/06/2024
Assinatura do(a) pesquisador(a)	

--

Endereço: Campo de São Cristóvão nº 177, prédio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC), sala 202-B – São Cristóvão – Rio de Janeiro, CEP 29921-903
TEL: 21 3891-0020 – Email: cep@cp2.g12.br
Site : <http://www.cp2.g12.br/blog/cepcp2/>

APÊNDICE D – PARECER DA PESQUISA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

PARECER DE PESQUISA

Comunico, para os devidos fins, que a pesquisa **A Lei 11.645/08 no curso de Assistente Administrativo da Educação Profissional e Tecnológica** a ser realizada por **Flavia Baiano da Silva**, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, do Colégio Pedro II (ProfEPT/CP II); conta com a aprovação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura para sua realização no Colégio Pedro II.

A pesquisa, que será desenvolvida junto a estudantes do curso de Assistente Administrativo do PROEJA, tem como objetivo elaborar uma proposta de oficina que integre os estudantes do curso com o mundo do trabalho, vinculadas às discussões étnico-raciais. Em sua metodologia, a pesquisa utilizará a abordagem qualitativa, e fará uso da aplicação de questionários.

O projeto foi aprovado pela Plataforma Brasil, sob o CAAE número **81430224.7.0000.9047**.

A pesquisadora se compromete a solicitar a todos os participantes a autorização para uso de informações obtidas, tais como o uso de imagem e depoimentos, por meio do preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Além disso, a pesquisadora também se compromete a preservar a identidade dos mesmos, bem como o bom nome da Instituição na redação de seu trabalho e em materiais futuros que vier a publicar ou apresentar, seguindo os princípios éticos de pesquisa.

A pesquisadora, conforme o Termo de Compromisso assinado no requerimento, deverá dar ciência a esta Pró-Reitoria da conclusão de seu trabalho, bem como fazer a entrega de cópia digital do material conclusivo (Dissertação) referente à pesquisa realizada, para a Coordenadoria de Pesquisa do Colégio Pedro II, através do e-mail pesquisa@cp2.g12.br e, caso a Coordenadoria julgue necessário, divulgar os resultados em evento a ser agendado pela PROPGPEC.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 2024.

Ana Carolina Rigoni Carmo – SIAPE 2331591

Coordenadora de Pesquisa



Fundado em 2 de Dezembro de 1837
